

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACE - FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
CONTABILIDADE E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Kátia Soares Braga

**A comunicação científica e a bioética brasileira:
uma análise dos periódicos científicos brasileiros**

Tese apresentada ao Departamento de
Ciência da Informação e Documentação da
Universidade de Brasília como parte dos
requisitos para obtenção do grau de doutor

Orientadora: Profa. Dra. Suzana Mueller

Coorientadora: Profa. Dra. Debora Diniz

BRASÍLIA

Março – 2009

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

Bibliotecária: Kátia Soares Braga (CRB/DF 1522)

Braga, Kátia Soares.

A comunicação científica e a bioética brasileira: uma análise dos periódicos científicos brasileiros / Kátia Soares Braga. Brasília: [s.n], 2009.

182 p.; il. (graf. e tab.).

Orientadora: Prof. Dra. Suzana Mueller.

Coorientadora: Prof. Dra. Debora Diniz.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília,
Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Informação, 2009.

1. Comunicação científica. 2. Periódicos científicos – Brasil. 3. Edição científica.
4. Bioética – Brasil. 5. Campo científico. I. Mueller, Suzana (Orientadora). II. Diniz,
Debora (Coorientadora). II. Uma análise dos periódicos científicos brasileiros.

CDU 001.891: 172 (81)
CDD 001.1791

**A comunicação científica e a bioética brasileira:
uma análise dos periódicos científicos brasileiros**

Tese – Pós- Graduação (doutorado) em
Ciência da Informação no Departamento
de Ciência da Informação e Documentação
da Universidade de Brasília – 2009

Kátia Soares Braga

Banca examinadora:

Profa. Dra. Suzana Mueller

Prof. Dra. Marilena Cordeiro Dias Villela Corrêa

Prof. Dra. Tatiana Lionço

Prof. Dr. Antônio Lisboa Carvalho de Miranda

Prof. Dra. Sely Maria de Souza Costa

Prof. Dra. Elmira Luzia Melo Soares Simeão

Brasília, 31 de março de 2009.

Para

Luiza Soares

Hilda e

Pedro

Agradeços àqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa

Às professoras Dra. Suzana Mueller e Dra. Debora Diniz, pela orientação
Aos membros da banca, inclusive Dr. Carlos Coimbra Jr. e Dra. Sely Costa que participaram da
avaliação e, portanto, do aperfeiçoamento do projeto
Aos professores e pesquisadores de Georgetown University, principalmente Dra. Carol Taylor, Dr. Jim
Giordano, Dra. Ann Neale, Dra. Monica Enricco e Dra. Lucia Galvagni, do Center for Clinical
Bioethics; Dra. Maggie Little, Ms. Yashar Shagai, Ms. Marianna Bega, do Kennedy Institute of Ethics,
além de Nastya Solovieva
Às bibliotecárias da Bioethics Library em Georgetown University, principalmente Dra. Laura Bishop,
Ms. Martina Darragh e Ms. Richard Anderson
À professora Dra. Marilena Corrêa, do Instituto de Medicina Social da UERJ, pelo acolhimento
durante o estágio doutoral
Ao Dr. Marcelo Medeiros
Aos parceiros da Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, principalmente Ana América,
Ana Terra, Cristiano Guedes, Natália Pereira, Thaís Imperatori e Wederson Santos
À Flávia Squinca, Alam Guimarães e Morvan Rodrigues
Aos colegas da pós-graduação da UnB, principalmente Dra. Kelley Cristine Gasque, Ms. Jayme Leiro
Vilan Filho e Dr. Henrique Flávio R. da Silveira
Aos colegas e, principalmente, às bibliotecárias do Centro de Documentação e Informação da Câmara
dos Deputados; além do Dr. Geraldo Lucchese, Dr. Cláudio Viveiros de Carvalho e Ms. Fábio de
Barros Correia Gomes
Às bibliotecárias do Ministério de Ciência e Tecnologia
A todos os participantes da pesquisa que tornaram-na possível

Resumo

Esta é uma pesquisa social de caráter exploratório que visa analisar o papel dos periódicos científicos na delimitação e no desenvolvimento da bioética no Brasil. O estudo foi realizado com técnicas mistas de coleta de dados, como *survey*, questionário e entrevista aberta, entre os meses de agosto de 2007 e agosto de 2008. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Participaram da pesquisa 2 periódicos científicos brasileiros em bioética, 1 em medicina e 6 em saúde pública, além de 150 autores, 13 editores e 6 avaliadores. Os dados foram submetidos a análise documental, análise estatística, análise de conteúdo e a elementos da teoria fundamentada. A discussão teórica e a interpretação dos dados apoiaram-se em literatura especializada das áreas de comunicação científica e sociologia da ciência, principalmente nos estudos sobre periódicos científicos, edição científica e avaliação pelos pares (*peer review*), além das noções de campo científico e das disputas políticas entre a comunidade científica em Pierre Bourdieu. Os resultados apontaram que: 1) nas fases de institucionalização e academicização da bioética, foram criados os primeiros periódicos especializados que contribuíram para dar visibilidade ao campo; 2) a baixa qualidade dos periódicos especializados pode comprometer a fase atual de consolidação do campo; 3) a bioética é suscetível a influências de campos mais consolidados, como a medicina e a saúde pública, que, no entanto, são contrabalançadas pelas ciências sociais e humanidades; 4) para manter os altos níveis de qualidade dos periódicos sob sua responsabilidade, editores dependem também de bons artigos ofertados pelos autores; por isso, há equilíbrio de forças entre eles, em vez de uma concentração nas mãos dos editores devido a seu poder de decisão, como antes se pensava.

Palavras-chave: Comunicação científica, Periódicos científicos, Edição científica, Bioética, Campo científico.

Abstract

This is a social and exploratory investigation aimed at analyzing the role of scientific journals in the definition and development of bioethics in Brazil. The research was conducted using a combination of data collection techniques, such as survey, questionnaires, and open interviews from August 2007 to August 2008. The research project was approved by the University of Brasilia Human Sciences Research Ethics Committee. Two Brazilian scientific journals in bioethics, 1 in medicine, and 6 in public health, besides 150 authors, 13 editors, and 6 reviewers participated in the research. The data were submitted to documental analysis, statistical analysis, content analysis, and to elements within Grounded Theory. The theoretical discussion and the interpretation of the data were based on specialized literature on scientific communication and sociology of science, mainly the studies on scientific journals, scientific edition, peer review, together with the notions of scientific field and political disputes within the scientific community presented by Pierre Bourdieu. The results showed that: 1) during the phases of institutionalization and academicization of bioethics, the first specialized journals were created which gave the field visibility; 2) the low quality of specialized journals may compromise the field's current phase of consolidation; 3) bioethics is susceptible to influences from more consolidated fields, such as medicine and health, which are, however, counterbalanced by social sciences and humanities; 4) to keep high levels of quality of the journals under their responsibility, editors depend on good articles provided by authors; therefore, there is a balance of forces between editors and authors, contrary to the idea that editors had more power due to their decision authority.

Key-words: Scholarly communication, Scientific journals, Scientific edition, Bioethics, Scientific field.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	8
Capítulo I.....	11
1 - INTRODUÇÃO.....	11
1.1 - Problema de pesquisa.....	13
1.2 - Delimitação do problema de pesquisa.....	15
1.3 - Objetivos.....	16
1.4 - Hipóteses de pesquisa.....	17
1.5 - Justificativa.....	18
Capítulo II.....	21
2 - COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E BIOÉTICA.....	21
2.1 - Comunicação científica.....	21
2.2 - Periódicos científicos.....	24
2.2.1 - Avaliação dos periódicos científicos.....	29
2.2.1.1 - Metodologia <i>Scientific Eletronic Library Online</i> (SciELO).....	33
2.2.1.2 - Sistema Qualis.....	34
2.3 - Edição científica.....	35
2.3.1 - Submissão do artigo.....	37
2.3.2 - Tomada de decisão.....	38
2.3.3 - Avaliação dos originais.....	41
2.3.4 - Críticas à edição científica e avaliação pelos pares (<i>peer review</i>).....	42
2.3.5 - Ética na comunicação científica.....	45
2.4 - Comunidade científica.....	46
2.4.1 - Colégios invisíveis.....	49
2.4.2 - Sujeitos da edição científica.....	51
2.4.2.1 - Autores.....	51
2.4.2.2 - Editores.....	52
2.4.2.3 - Avaliadores.....	53
2.5 - Relações sociais e disputas políticas na ciência.....	54
2.5.1 - Kuhn e relações sociais na ciência.....	54
2.5.2 - Bourdieu e a dimensão política da ciência.....	55
2.6 - Bioética.....	58
2.6.1 - Da origem à institucionalização do campo.....	58
2.6.2 - A comunidade científica do campo.....	60
2.6.3 - A academicização do campo.....	62
2.6.4 - A comunicação científica no campo.....	64
Capítulo III.....	68
3 - METODOLOGIA DE PESQUISA.....	68
3.1 - Uma pesquisa social com os periódicos científicos brasileiros.....	68
3.2 - Um estudo de caso sobre a bioética.....	69
3.3 - Métodos de pesquisa.....	70
3.3.1 - Os universos e as amostras de pesquisa.....	70

3.3.1.1 - Periódicos científicos.....	70
3.3.1.2 - Comunidade científica.....	74
3.3.1.2.1 - Autores.....	74
3.3.1.2.2 - Editores.....	75
3.3.1.2.3 - Avaliadores.....	77
3.3.2 - Instrumentos de coletas de dados.....	80
3.3.2.1 - Protocolo de pesquisa: periódicos científicos.....	80
3.3.2.2 - Protocolo de pesquisa: comunidade científica.....	81
3.3.2.3 - Questionário.....	81
3.3.2.3.1 - Elaboração do questionário.....	81
3.3.2.3.2 - Pré-teste do questionário.....	83
3.3.2.4 - Roteiro das entrevistas.....	85
3.3.2.4.1 - Elaboração dos roteiros de entrevista.....	86
3.3.2.4.2 - Pré-teste das entrevistas.....	88
3.3.3 - Coleta de dados.....	89
3.3.3.1 - Protocolos de pesquisa.....	89
3.3.3.2 - Questionário.....	90
3.3.3.3 - Entrevistas.....	90
3.3.4 - Análise dos dados.....	91
3.3.4.1 - Análise documental.....	91
3.3.4.2 - Análise estatística e de conteúdo dos questionários.....	92
3.3.4.3 - Análise de conteúdo das entrevistas.....	93
Capítulo IV.....	96
4 – DELIMITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BIOÉTICA.....	96
4.1.1 - Periódicos e artigos sobre bioética.....	97
4.1.2 - Editora ou entidade publicadora.....	100
4.1.3 - Financiamento dos periódicos.....	101
4.1.4 - Credibilidade e qualidade dos periódicos.....	102
4.1.5 - Funções do periódico científico.....	107
4.2 - Linha editorial.....	111
4.2.1 - Bioética e ética médica.....	114
4.2.2 - Bioética e ciências da saúde.....	115
4.2.3 - Bioética e ética em pesquisa ou teoria principialista.....	116
4.2.4 - Bioética e saúde pública.....	117
4.2.5 - Bioética e teologia.....	119
4.2.6 - Bioética e direito.....	120
4.2.7 - Bioética e multi e interdisciplinariedade.....	122
4.2.8 - Bioética e ciências sociais e humanidades.....	124
4.2.9 - Bioética e epistemologia.....	125
4.2.10 - Temas e assuntos da bioética.....	127
4.3 - Edição Científica.....	129
4.3.1 - Autores na edição científica.....	129
4.3.2 - Papel dos editores e avaliadores na edição científica.....	139
4.3.2.1 - Perfil e relações sociais entre editores e avaliadores.....	139
4.3.2.2 - Papel dos editores na edição científica.....	145
4.3.2.3 - Papel dos avaliadores na edição científica.....	146
Capítulo V.....	149
5 - CONCLUSÃO.....	149
BIBLIOGRAFIA.....	155
ANEXO A.....	171
ANEXO B.....	174
ANEXO C.....	176
ANEXO D.....	182

ANEXO E.....184
ANEXO F.....186

Capítulo I

1 - INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa sobre a comunicação científica na bioética. A comunicação científica desempenha um papel central para a ciência haja visto que a validação e certificação do conhecimento científico dependem da sua publicação, preferencialmente, de artigos em periódicos científicos. O que legitima os periódicos científicos e os distingue de outros veículos de comunicação científica na validação e certificação do conhecimento produzido é a avaliação pelos pares (*peer review*) dos artigos submetidos à publicação. Em um campo emergente e de natureza multidisciplinar como a bioética, o papel da comunicação científica e dos periódicos pode ir além.

Apesar da importância da avaliação pelos pares (*peer review*) e da publicação de artigos nos periódicos científicos para a validação e certificação do conhecimento científico, ainda são escassos os estudos analíticos sobre o processo da edição científica. As pesquisas sobre a comunicação científica privilegiam questões como o crescimento, o acesso e o fluxo da informação, o uso das novas tecnologias da informação e comunicação e aspectos diversos dos periódicos científicos, incluindo análises quantitativas sobre a dispersão, a distribuição e as citações nos artigos publicados, como serão vistos na revisão de literatura.

Na literatura especializada brasileira, há algumas publicações sobre as normas que regem a comunicação científica em geral e, em particular, a edição científica de periódicos; além de reflexões sobre as atividades desempenhadas pelos editores que são publicadas nos editoriais dos próprios periódicos científicos sob a sua responsabilidade (ADAMI, 2005; MUELLER, 1997; VILAN FILHO, 2008). No Brasil, a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) reúne boa parte dos eventos e debates realizados na área. No entanto, não há nenhum grupo de pesquisa que atue nessa linha cadastrada junto ao diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na literatura especializada estrangeira, os estudos nesta área abrangem a edição científica de um modo geral,

incluindo as editoras científicas e a publicação de livros; assim como a avaliação pelos pares (*peer review*) dos artigos em periódicos científicos de áreas do conhecimento específicas (WELLER, 1995).

Diante do exposto, esta pesquisa tem a intenção de fortalecer a edição científica como uma linha de pesquisa e contribuir para os estudos analíticos dessa área. Em particular, sobre o papel social e político desempenhado pelos pesquisadores durante a edição científica em prol da formação e consolidação das áreas, dos campos ou das linhas de pesquisa, principalmente daqueles emergentes. Este é, portanto, o foco desta pesquisa cujo objetivo é discutir o papel dos periódicos científicos na delimitação e no desenvolvimento de um campo como a bioética. Por suas características, a bioética foi escolhida como objeto desta investigação, pois além de ser um campo jovem, emergente e de natureza multidisciplinar, a comunicação e a comunidade científicas do campo estão em fase de organização.

Nesse sentido, esta pesquisa foi dividida em quatro etapas que estão refletidas nos capítulos desta tese. Inicialmente, recorreu-se à literatura especializada de diversas áreas que vão da ciência da informação à sociologia da ciência, incluindo as ideias difundidas pelo sociólogo Pierre Bourdieu a respeito da noção de campo científico (BOURDIEU, 2004). Além da própria bioética e suas características epistemológicas, sem que tenha havido qualquer pretensão de definir ou esgotar todas as nuances teóricas ou metodológicas que envolvem o campo. Até porque, muitas vezes a realidade praticada, narrada e interpretada pela comunidade científica dista daquela ensinada e registrada na literatura especializada. Ainda mais, em se tratando em um campo com o dinamismo da bioética, seja por ser um campo jovem e emergente, por sua natureza multi e interdisciplinar, por tratar de temas que tocam nas certezas morais até mesmo de seus pesquisadores e profissionais ou pelo interesse que desperta na ética pública, dentre outras questões.

Na metodologia, foram utilizadas técnicas mistas de coleta e análise dos dados com uma amostra bastante diversificada composta por autores, editores e avaliadores dos periódicos científicos brasileiros que publicam artigos sobre bioética. A utilização de técnicas mistas e a diversidade da amostra permitiram que o fenômeno social estudado fosse analisado e compreendido das diversas perspectivas daqueles que estão diretamente implicados na edição científica, o que permitiu uma visão mais ampla deste processo e do papel dos periódicos não apenas na

delimitação e no desenvolvimento da bioética, mas também na organização do conhecimento científico e na criação do senso de comunidade científica entre seus pesquisadores.

A análise dos dados foi enriquecida com a experiência acumulada pela pesquisadora, pois teve-se a estudar a informação e a comunicação científicas em bioética no Brasil desde 1999, ano em que ela passou a atuar no campo. Com base nessa experiência, foi possível apreender não apenas o momento presente, mas também as mudanças pelas quais o campo vem passando desde a década de 1990, principalmente em relação à produção e publicação da literatura especializada. Essas mudanças se tornaram ainda mais evidentes a partir do estágio doutoral realizado no Center for Clinical Bioethics e do contato com a Biblioteca de Bioética, ambas entidades ligadas à Georgetown University, localizada na cidade de Washington/DC, nos Estados Unidos bem como, posteriormente, no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

O intercâmbio de experiências com profissionais, professores, pesquisadores e estudantes estadunidenses e de diversos outros países do mundo, incluindo o Brasil, permitiu a imersão em um dos cenários de origem da bioética e à realidade nacional brasileira. Essas duas experiências, tão distantes quanto próximas entre si, contribuíram para o estranhamento necessário a uma análise isenta do objeto de pesquisa, ainda que sem a pretensão de se fazer um estudo comparativo ou uma abordagem exaustiva de cada etapa desde o surgimento até a consolidação da bioética.

1.1 - Problema de pesquisa

Há diversos tipos de fontes de informação científica utilizadas para divulgar pesquisas. Entre tais fontes, incluem-se os encontros científicos, os relatórios técnicos, as publicações governamentais, as teses e dissertações e os livros. (CAMPELLO, 2003). A depender da área do conhecimento ou da fase em que se

encontra a pesquisa, a comunidade científica dá preferência a determinado tipo de fonte de informação para publicar (MEADOWS, 1999).

Tanto por suas características intrínsecas quanto pelas funções que desempenham na ciência, os periódicos científicos são uma das fontes de informação preferidas por comunidades das mais diversas áreas ou campos para veicular o conhecimento científico. Não sem coincidência, são preferidos também por agências de fomento e apoio à pesquisa para mensurar a produtividade e o impacto da produção científica tanto de pesquisadores individualmente como de toda a comunidade, portanto, da ciência de um país.

Uma das mais importantes funções dos periódicos científicos é a validação ou certificação do conhecimento científico uma vez que o que é publicado deve ser avaliado e selecionado previamente por um corpo de especialistas, entre eles os avaliadores e os editores. A edição científica de um periódico com um corpo de especialistas inclui, portanto, desde a escolha de um ou mais avaliadores para examinar cada artigo específico até a seleção dos artigos para publicação, passando pela avaliação dos especialistas, os chamados pares na ciência.

Durante a edição científica, editores e avaliadores avaliam e selecionam os artigos que têm mérito, além do que é pertinente e relevante para determinada área ou campo do conhecimento. No entanto, a avaliação e a seleção não são realizadas tomando por base meramente um rol de itens previamente acordados e estipulados pela linha e política editoriais do periódico. Essas ações são motivadas também pela oferta e demanda dos autores e leitores, pelos interesses dos editores e demais membros do conselho editorial, pelas disputas internas entre a comunidade científica, pelas pressões externas às áreas e aos campos do conhecimento de abrangência do periódico e pela existência de campos emergentes, dentre novos desafios que vão surgindo ao longo do imprevisível processo de edição científica dos periódicos científicos.

Portanto, o que está no cerne da edição científica não é apenas o conhecimento científico em si, envolvendo ainda as relações sociais, o diálogo acadêmico, as disputas e as negociações políticas que se estabelecem ao redor e em prol dele. Nesse sentido, autores, editores e avaliadores têm como resultado não apenas a publicação de diversos artigos sob o título único de um periódico, mas

também a decisão sobre o que é importante para determinada área, campo, comunicação e comunidade científicas.

Diante de todas essas razões, o foco da pesquisa foi compreender se os periódicos científicos têm um papel determinante para o desenvolvimento e a delimitação de um campo científico, sobretudo em se tratando daqueles emergentes e de natureza multidisciplinar como a bioética. Por isso, em que pese a importância dos periódicos científicos e das atividades editoriais desempenhadas pela comunidade científica, coloca-se a seguinte indagação de pesquisa com relação à bioética (FLICK, 2004d; LAVILLE, 1999; MARTINS, 2007): *como os periódicos científicos brasileiros contribuem para a delimitação e o desenvolvimento da bioética no Brasil?*

1.2 - Delimitação do problema de pesquisa

Vários fenômenos durante a década de 1960 contribuíram para o surgimento da bioética nos Estados Unidos, tais como o desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas ao campo da saúde, o declínio do poder médico na medicina que passou a dialogar com outros campos do conhecimento, as denúncias das atrocidades das pesquisas envolvendo seres humanos realizadas por médicos e os debates sobre ética estimulados pela onda de conquistas de direitos civis e sociais baseados no respeito à diferença e à pluralidade. As décadas de 1980 e 1990 marcaram a difusão da bioética em todo o mundo provocada principalmente pelo desenvolvimento da engenharia genética a partir da criação do Projeto Genoma Humano (PGH) pelo governo estadunidense com o objetivo de reunir pesquisadores de diversos países para decifrar o seqüenciamento do DNA humano (DINIZ, 2002).

No Brasil, a trajetória da bioética guarda algumas semelhanças, mas também diferenças com relação à realidade estadunidense e de outros países. Os primeiros focos de interesse sobre o campo surgiram entre alguns médicos brasileiros cujas discussões giravam em torno da ética médica e de reflexões sobre a prática da medicina. A criação da Revista Bioética editada pelo Conselho Federal de Medicina e a fundação da Sociedade Brasileira de Bioética, em 1993 e 1995, respectivamente,

refletem esse interesse e marcam a fase de institucionalização da bioética no Brasil. A academicização do campo foi introduzida por teólogos haja vista que o primeiro curso de especialização e de mestrado em bioética, inaugurados em 1996 e 2004 respectivamente, foram lançados pelo Centro Universitário São Camilo, de origem jesuíta. Além do ensino, essa entidade de origem jesuíta, editava o Mundo da Saúde, periódico especializado em saúde pública, mas que já nas décadas de 1970 e 1980 publicava artigos com temas de interesses diversos para a bioética como aborto e eutanásia (DINIZ, 2008b, 2002)¹.

Diante desse cenário, o objeto de estudo desta pesquisa será limitado aos periódicos científicos brasileiros criados ou editados a partir de 1990, pois além de esse ser o período de institucionalização e academicização do campo, a realidade e as características da bioética e da comunicação científica no Brasil são distintas daquelas de outros países. Porém, diante da escassez de periódicos especializados, o foco de investigação será estendido a alguns periódicos de saúde pública que, a exemplo do Mundo da Saúde, publicam artigos sobre bioética. Além da Revista Bioética, há dois outros periódicos especializados no campo: a Revista Brasileira de Bioética, editada pela Sociedade Brasileira de Bioética, e a Bioethikos, pelo Centro Universitário São Camilo. Essa última, no entanto, não foi objeto deste estudo, pois seu primeiro fascículo foi lançado em 2007, data em que a pesquisa já se encontrava em fase de andamento (MARTINS, 2007).

1.3 - Objetivos

Tendo em vista a investigação do problema, o objetivo geral da pesquisa é:

- Identificar a contribuição dos periódicos científicos brasileiros na delimitação e no desenvolvimento da bioética no Brasil.

Por sua vez, os objetivos específicos são os seguintes:

- Identificar os periódicos científicos brasileiros que publicam artigos sobre bioética,

¹ Informações obtidas no sítio da entidade: <http://www.saocamilo-sp.br/novo/>.

- Identificar as características das políticas e linhas editoriais dos periódicos científicos brasileiros que publicam artigos sobre bioética,
- Identificar a comunidade científica que edita e publica artigos sobre bioética nos periódicos científicos brasileiros,
- Identificar as características acadêmicas e profissionais da comunidade científica que edita e publica artigos sobre bioética nos periódicos científicos brasileiros,
- Identificar os critérios utilizados pela comunidade científica na avaliação e seleção de artigos sobre bioética a serem publicados nos periódicos científicos brasileiros,
- Identificar o papel da comunidade científica na edição e publicação de artigos sobre bioética.

1.4 - Hipóteses de pesquisa

Desde o início, não se perseguiu a formulação, nem tampouco a refutação ou comprovação, de hipóteses, haja vista o caráter social e, principalmente, exploratório desta pesquisa. Entretanto, algumas hipóteses surgiram de forma espontânea promovidas pelos anos de observação do tema da comunicação científica em bioética. São elas:

- a escassez e a baixa qualidade de periódicos especializados em bioética comprometem o desenvolvimento do campo,
- a delimitação da bioética fica suscetível a influências de campos científicos mais consolidados,
- os editores científicos exercem grande influência na delimitação e no desenvolvimento da bioética em razão das funções que desempenham na edição científica.

1.5 - Justificativa

Três elementos contribuem para a originalidade desta pesquisa que são a escolha do tópico, a metodologia adotada e o tipo de discussão teórica realizado. Não fossem por suas características próprias, esses seriam aspectos comuns a toda e qualquer pesquisa. No entanto, a eleição de cada um deles foi motivada por sua relevância e exequibilidade, bem como pelo entendimento de que um dos papéis da pesquisa é ampliar os caminhos de investigação na ciência e, neste particular, na ciência da informação. Com este intuito, mesmo sem a pretensão de extrapolar os limites de seu objeto de estudo, esta pesquisa buscou o diálogo com elementos teóricos e metodológicos de outras áreas do conhecimento.

Os estudos sobre a comunicação científica e, em particular, os periódicos científicos, não se constituem em uma novidade na ciência da informação. No entanto, na contramão daqueles que criticam a eficácia do estudo de caso como técnica de pesquisa, a bioética foi eleita como o objeto de investigação porque possui características tais que impõem desafios extremos ao seu crescimento, à organização da comunicação científica e à formação da comunidade científica.

A bioética é um campo jovem e em fase de crescimento. Seu surgimento data da década de 1970, mas foi a partir dos anos 1980 que o campo começou a se expandir pelo mundo. Apesar de sua origem ter ocorrido nos Estados Unidos, a sua expansão atingiu diversos países, ainda que em diferentes tempos e de variadas maneiras. No Brasil, os primeiros sinais de interesse pela bioética começaram a surgir na década de 1990, mas com características distintas daquelas dos demais países. O impacto da bioética como um novo campo, e não apenas como uma nova linha de pesquisa limitada à área de ciências da saúde, ficou marcado por seu crescimento acelerado, extensivo a diversas áreas do conhecimento e, sobretudo, pela criação do primeiro periódico especializado, a Revista Bioética.

Desde a origem, a bioética possui natureza multidisciplinar. Apesar de seu objeto de investigação ser a saúde, diversas áreas do conhecimento, em que se incluem as ciências sociais e humanidades, participam dos seus debates e contribuem para sua delimitação: filosofia, antropologia, sociologia, direito, dentre outras. Daí se tomam ricos empréstimos teóricos, metodológicos e terminológicos destas áreas, o que torna o debate mais fecundo. Por outro lado, porém, isso deixa a

bioética mais vulnerável na construção de uma identidade própria, assim como refratária às imposições dos campos mais consolidados.

Apesar de a institucionalização e a academicização do campo serem evidentes, nem sempre é fácil identificar a comunidade científica que pesquisa e trabalha com a bioética. A criação da Sociedade Brasileira de Bioética, dos inúmeros cursos de especialização, dos dois mestrados e, mais recentemente, do doutorado; a realização de eventos científicos, incluindo congressos, encontros e jornadas regionais e internacionais; o surgimento de periódicos especializados; a proliferação de linhas e grupos de pesquisa e a participação de profissionais em comitês de ética em pesquisa ou ética hospitalar, dão visibilidade ao campo. Porém, pela inexistência de uma formação básica em nível de graduação, pela natureza multidisciplinar do campo, pela recusa do título de consultores éticos ou bioeticistas ou por muitas outras causas possíveis, a comunidade científica envolvida com o campo alega transitar por diversas áreas ou campos do conhecimento que não exclusivamente a bioética. Por isso, não é fácil apontar quem pesquisa, produz ou publica no campo.

Esses fatos foram determinantes para a eleição do tipo de pesquisa e para a adoção de técnicas de pesquisa variadas neste estudo. Não era possível enfrentar a complexidade e a diversidade de nuances da comunicação e comunidade científicas da bioética sem ampliar a amostra para periódicos de áreas com interface com o campo ou sem consultar os distintos sujeitos envolvidos na edição científica. Nesse sentido, à medida que o tamanho da amostra e as características do universo permitiram, os testemunhos dos editores e avaliadores foram coletados com base em entrevistas abertas. Por iguais razões, as experiências dos autores foram coletadas por meio da aplicação de questionário, porém sem negligenciar aqueles que não publicaram artigos sobre bioética em qualquer periódico científico brasileiro por terem tido seus artigos rejeitados.

A riqueza dos dados coletados contribuiu para a análise e interpretação dos mesmos, uma vez que os pesquisadores foram deixados livres para narrar suas vivências com relação à edição científica nos periódicos. Até os autores, por meio das questões abertas do questionário a eles dirigido, tiveram a oportunidade de registrar suas experiências acumuladas com a publicação, mas também com a rejeição de seus artigos. Esses dados permitiram ampliar a visão sobre a comunicação e edição científicas nos periódicos para além de suas regras e normas, além de cristalizar

aquela que pode ser uma análise e interpretação, dentre tantas outras, sobre a consolidação da bioética no Brasil.

Por isso, o marco teórico utilizado não poderia se restringir à literatura especializada em ciência da informação, tendo que se estender por outras áreas que estudam a comunicação científica, a comunidade científica, a sociologia da ciência e a própria epistemologia da bioética. No campo teórico, merecem destaque os estudos de Diana Crane, Robert K. Merton, Thomas S. Kuhn e Pierre Bourdieu. Cada um desses autores aborda um aspecto diferente do desenvolvimento da ciência e da formação de determinado campo científico. Por isso, mais do que discordantes, seus pontos de vista são complementares, uma vez que priorizam ora os elementos sociais ou políticos da ciência.

A comunicação científica é, senão um dos indicadores, um catalisador do crescimento de determinada área ou campo científico. Embora, sem qualquer pretensão de atender às necessidades específicas da comunidade científica ou de resolver os problemas institucionais ou acadêmicos da bioética, os resultados desta pesquisa podem contribuir para melhorar a compreensão e otimizar a comunicação científica, sobretudo dos periódicos no tocante à delimitação, ao desenvolvimento e à consolidação desse novo campo.

Capítulo II

2 - COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E BIOÉTICA

2.1 - Comunicação científica

Após a II Guerra Mundial, com os avanços ocorridos na ciência, foi possível observar um intenso fluxo de informação entre os cientistas (MENZEL, 1958). A partir de então, o tema da comunicação científica passou a fazer parte da agenda acadêmica de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Os primeiros estudos em comunicação científica tiveram como foco a preocupação com o aumento do número de periódicos e o crescimento da quantidade de publicações entre os cientistas, sobretudo dos artigos científicos.

A fim de compreender o fenômeno do crescimento na ciência, Price realizou os primeiros estudos quantitativos sobre a dispersão e a distribuição dos artigos científicos entre os periódicos, bem como estudos de citação. Apesar de diferirem em qualidade, os artigos são capazes de revelar elementos sobre a produtividade e o status do pesquisador, bem como sobre a magnitude do crescimento e do desenvolvimento da ciência, indicando sobretudo seu custo e onde e como estão alocados seus recursos sociais. Nesse sentido, esse período de crescimento faria surgir novas condições para o desenvolvimento científico, com o rompimento de antigas tradições e a emergência de novos temas de pesquisa e fenômenos científicos, processo em que, sobretudo, a sociedade também estaria envolvida. Essa seria, portanto, a pedra fundamental para o surgimento do que foi denominado de grande ciência (*big science*) (PRICE, 1965, 1976, 1951, 1961).

De fato, os estudos das citações contidas nos artigos são importantes para compreender o crescimento e o desenvolvimento da ciência ou de uma área do conhecimento. Além disso, esses estudos permitem entender a integração entre os diversos campos do conhecimento e os diferentes comportamentos da comunicação científica em cada um deles. Essas particularidades tornam complexa a comunicação

científica e a transferência da informação, sobretudo devido às novas exigências e demandas da comunidade científica em cada área ou campo do conhecimento (MEADOWS, 1999).

O crescimento exponencial da comunicação científica não é, porém, um problema na ciência, pois qualquer que tenha sido esse aumento, ele ocorreu dentro de certas condições impostas pelas regras da comunicação científica, o que conferiu alguma ordem à literatura científica. O maior problema é, na avaliação de Meadows (1999), a formação do pesquisador que tem se tornado cada vez mais complexa com a profissionalização da pesquisa e com o alto grau de especialização exigido pelo crescimento na ciência para que os pesquisadores possam acompanhar toda a literatura produzida em uma área.

O desenvolvimento da ciência depende, portanto, do acesso ao conhecimento registrado, pois as pesquisas dos cientistas devem estar amparadas nos trabalhos dos autores que os precederam (STORER, 1966). Essa dependência revela uma das características essenciais da literatura científica, a cumulatividade, o que torna o conhecimento científico distinto de qualquer outra forma de conhecimento (KRONICK, 1976). Foi dessa constatação que surgiram os estudos sobre acesso ao conhecimento científico.

A fim de otimizar o acesso ao conhecimento científico e facilitar o desenvolvimento de um campo ou área de pesquisa são necessárias inovações no que diz respeito à velocidade e eficiência da comunicação científica. Pesquisadores com poucos contatos informais na comunidade científica têm dificuldade em localizar informações, e esse problema é tanto pior quanto maior for a área do conhecimento ou mais rápida for sua expansão. Por isso, a fim de ser eficiente, um sistema formal de comunicação deve ser flexível o bastante para levar em conta esses aspectos dinâmicos do crescimento de uma área do conhecimento, das características da comunidade científica e da própria comunicação científica o que pode, inclusive, variar de uma disciplina para outra e ao longo do tempo (CRANE, 1972).

Entre os estudos sobre o fluxo da informação científica, surgidos em decorrência da preocupação com o acesso ao conhecimento científico, o mais conhecido foi o modelo desenvolvido por Garvey e Griffith. O modelo foi projetado a partir de observações das práticas de divulgação científica entre os pesquisadores na

área de psicologia, mas seus autores afirmavam que esse era um modelo universal e que pode ser adotado em qualquer outra área do conhecimento. O fluxo da informação científica segundo o modelo de Garvey/Griffith possui as seguintes características (GARVEY, 1972): a) é contínuo e percorre as várias fases de uma pesquisa, desde o início até todos os desdobramentos da pesquisa; b) a depender da fase da pesquisa ou o público-alvo, a comunicação é realizada por diferentes canais que abrangem desde a comunicação oral e informal até a comunicação escrita e formal; c) utilizando os diversos canais de comunicação, o fluxo da informação inclui diferentes tipos de publicações, que podem variar de relatórios preliminares de pesquisa até artigos de periódico científico; d) por fim, o fluxo inclui tanto a literatura primária, como os artigos, quanto a secundária, como os índices ou periódicos de resumos.

Ainda hoje, esse modelo é um clássico nos estudos de comunicação científica, muito embora venha sendo revisitado por diversos autores diante do advento dos computadores e da internet que têm alterado substancialmente o fluxo da informação científica. Entre esses autores, Hurd modernizou o modelo de Garvey/Griffith destacando que as tecnologias da informação e comunicação aumentam a comunicação informal entre os cientistas, seja na forma de contatos pessoais ou discussões em grupo durante as diferentes etapas da pesquisa, seja na forma de submissão de artigos eletronicamente ou de distribuição, entre a comunidade científica, dos chamados *pre prints*, isto é, artigos originais ainda não publicados em veículos formais de comunicação científica (HURD, 1996).

Independentemente do crescimento, do acesso ou do fluxo, a comunicação científica tem um peso tão grande que a ciência pode ser definida como um conhecimento comunicável e não apenas um conjunto de métodos. Essa noção de conhecimento público caracteriza a ciência como uma atividade intrinsecamente social, pois permite aos pesquisadores estabelecerem uma troca de informações e comunicações. De um lado, os pesquisadores adquirem e transmitem a informação para os arquivos comuns da ciência, em um processo de coletivização do conhecimento. De outro, recebem em troca o reconhecimento da comunidade científica por essa contribuição. Por isso, o sistema de comunicação é essencial para a comunidade científica (ZIMAN, 1984).

Esse breve histórico reforça a noção de que a comunicação científica é uma atividade central para a ciência. Esse é um papel que não lhe pode ser tirado, nem mesmo pelos problemas resultantes de seu crescimento rápido ou da falta de acesso muito embora, alguns estudos apontem para a compreensão destes problemas e para possíveis soluções, sobretudo no contexto das novas tecnologias da informação e comunicação. São muitos os interesses sobre a comunicação científica, de modo que ela tem sido estudada sob diversos olhares. Mas o que mais interessa para esta pesquisa são os aspectos sociais relativos à comunicação científica.

2.2 - Periódicos científicos

A comunicação científica permite a troca de informações e a coletivização do conhecimento científico entre os pesquisadores. O conhecimento precisa ser divulgado para ser validado, validação esta que começa com a aprovação de um artigo para publicação em um periódico científico. Desse modo, a literatura científica é um repositório de conhecimento validado e certificado pela comunidade científica, principalmente aquela editada e publicada em periódicos científicos. (ZIMAN, 1968). No entanto, nem sempre as funções principais dos periódicos científicos foram a validação e certificação do conhecimento científico pela comunidade científica. De início, complementarmente às funções de comunicação e troca de informações, dentre outras, os periódicos tinham o papel primordial de estabelecer a prioridade do conhecimento científico, como mostra a história do surgimento e evolução dos periódicos científicos.

No século XVII, surgiram os primeiros títulos de periódicos científicos que foram publicados pelas sociedades científicas mais influentes de então. Uma delas era a *Royal Society of London* que publicou o “The Philosophical Transactions”, cujo objetivo principal era reportar as novidades científicas da época. A outra era a *Academie de Sciences* que publicou o “Journal des Sçavans” divulgando principalmente resenhas de livros que continham novidades científicas. Ambos foram lançados em 1665 com apenas alguns meses de diferença e tinham como função básica estabelecer a prioridade do conhecimento científico. A periodicidade

dos periódicos, apesar de muitas vezes ser irregular, permitia maior celeridade nas publicações dessas novidades que a propriada pelos livros (KRONICK, 1976.; ZUCKERMAN, 1971).

Na época em que foram criados os periódicos científicos, a comunidade científica tinha grandes desconfianças em relação a eles, pois os avanços científicos costumavam ser veiculados principalmente por meio dos livros ou por meio de canais informais de comunicação. Além disso, os periódicos científicos eram muito diferentes daqueles que se conhece atualmente. Não eram compostos de artigos originais com contribuições científicas, mas das correspondências trocadas entre os cientistas. Essas correspondências não tinham caráter pessoal, mas refletiam um intenso intercâmbio de impressões sobre os trabalhos que eles desenvolviam. Apesar disso, as diferenças eram tantas que a duplicação das publicações era vista como uma forma de apologia ao autor e os textos não eram sequer submetidos à avaliação prévia (KRONICK, 1976.; ZUCKERMAN, 1971).

Nos séculos XVIII e XIX começaram a surgir as primeiras mudanças na comunicação científica, tornando os periódicos um pouco mais parecidos com os atuais. Eles passaram a ser mais especializados, refletindo o início da profissionalização e da especialização na ciência, e a publicar contribuições originais, revisões de livros, resumos de literatura primária e notícias científicas. Os trabalhos meramente compilatórios passaram a ser rejeitados, o que evidencia sua submissão a algum tipo de avaliação e seleção, ainda que feitas pelo próprio editor do periódico (KRONICK, 1976.; KRONICK, 1990; ZUCKERMAN, 1971).

Esse período teve grande importância para o desenvolvimento dos periódicos científicos, sobretudo para a edição científica e o sistema de avaliação pelos pares (*peer review*). Os periódicos não tinham mais a função apenas de imprimir os trabalhos científicos e a avaliação pelos pares (*peer review*) começou a se institucionalizar, isto é, o julgamento dos trabalhos dos pesquisadores passou a ser realizado por avaliadores com competência para tal e a contar com uma estrutura social e um sistema de regras e procedimentos. Essa mudança foi patrocinada pelos membros das sociedades científicas que editavam os periódicos e que estavam preocupados tanto com a sua reputação de pesquisadores quanto com a legitimidade do processo de edição científica (ZUCKERMAN, 1971).

Quando foram criados, os periódicos científicos tinham as seguintes funções:

- a) comunicação do conhecimento científico para a comunidade científica (MEADOWS, 1999; MUELLER, 1999; MUELLER, 2000);
- b) estabelecimento da prioridade intelectual sobre a descoberta científica (KRONICK, 1976.; MUELLER, 1999; MUELLER, 2000);
- e, por fim, c) arquivo ou memória do conhecimento científico (KRONICK, 1976.; MUELLER, 1999; MUELLER, 2000).

A partir dos séculos XVIII e XIX, com a adoção da avaliação dos artigos pelos pares na ciência, mais uma função lhes foi agregada: a de estabelecer a ciência avaliada e aprovada pela comunidade científica ou a ciência certificada que impõe um padrão de qualidade na ciência (MUELLER, 1999; MUELLER, 2000). Segundo a Royal Society (MUELLER, 2000), essas quatro funções se relacionam entre si e ainda regem os periódicos científicos até os dias atuais. Pelas funções que desempenham, os periódicos científicos são espaços legítimos para a organização dos conhecimentos e institucionalização das áreas e disciplinas (ALTBACH, 1985).

Ao caracterizarem os periódicos científicos atualmente, diversos autores afirmam que eles são:

- a) um tipo de publicação seriada (CUNHA, 2001; FACHIN, 2006a; STUMPF, 1998);
- b) publicados em partes sucessivas (CUNHA, 2001; STUMPF, 1998);
- c) publicados em volumes ou fascículos numerados cronologicamente (CUNHA, 2001; STUMPF, 1998);
- d) publicados em intervalos regulares ou irregulares, mas pré-fixados (BARBALHO, 2005; FACHIN, 2006b; MEADOWS, 1999; STUMPF, 1998);
- e) publicados por tempo indeterminado (CUNHA, 2001; FACHIN, 2006b; STUMPF, 1998);
- f) reunidos em um título comum (STUMPF, 1998);
- g) editados por uma entidade responsável (FACHIN, 2006b);
- h) dirigidos por um editor ou mais (FACHIN, 2006b; STUMPF, 1998);
- i) situados em uma linha editorial definida e de um planejamento editorial prévio (STUMPF, 1998);
- j) elaborados com a colaboração de vários autores (BARBALHO, 2005; CUNHA, 2001; FACHIN, 2006b; MEADOWS, 1999);

- k) compostos por artigos assinados (MEADOWS, 1999; STUMPF, 1998),
- l) dotados de conteúdos que tratam de diversos assuntos, tanto gerais quanto específicos (CUNHA, 2001; FACHIN, 2006b);
- m) publicados em qualquer suporte, físico ou eletrônico (FACHIN, 2006b).

Na prática, entretanto, essas características distinguem pouco os periódicos científicos de outros tipos de periódicos ou publicações seriadas. As funções desempenhadas pelos periódicos científicos, o papel que desempenham na comunicação científica, o impacto que causam na produtividade entre os cientistas e o lugar que ocupam na ciência são as características que fazem deles um tipo bastante particular de publicação seriada.

O cumprimento das funções dos periódicos científicos depende menos das características do que da formação, organização e consolidação desses veículos. Para tanto, contribuem os seguintes requisitos: a) o estágio de desenvolvimento da área científica em questão; b) o engajamento da comunidade científica na atividade de pesquisa e a afluência de artigos para publicação; c) a existência de grupos e instituições que desempenhem funções típicas de edição, avaliação, publicação, disseminação e recuperação da informação científica; d) a existência de um mercado, representado por uma comunidade de usuários que o legitimem; e e) a infraestrutura para distribuição, recuperação e acesso às informações (MIRANDA, 1996).

Os principais problemas associados ao desenvolvimento dos periódicos científicos são o volume e a proliferação dos títulos de periódicos, sobretudo com o uso da Internet; a dispersão de artigos sobre um mesmo assunto entre muitos títulos; o custo de atualização das coleções; e a instabilidade dos periódicos, que sofrem diversas alterações ao longo de sua existência (FACHIN, 2006b; MUELLER, 2000). Esses problemas afetam a utilização dos periódicos científicos pelos pesquisadores, cujas reclamações mais comuns são a demora na publicação do artigo, os custos altos de aquisição e manutenção de coleções atualizadas, a rigidez do formato impresso em comparação com a versatilidade do formato eletrônico, as dificuldades de recuperação da literatura em razão do excesso de títulos de periódicos e dos ineficientes mecanismos de busca e as dificuldades de acesso aos artigos em razão das deficiências dos acervos das bibliotecas (MUELLER, 2000).

Diante disso, diversos estudiosos acenaram para as tecnologias da informação e comunicação como um importante meio para resolver esses e outros problemas relacionados ao desenvolvimento, ao acesso e ao uso dos periódicos científicos, inclusive no que dizia respeito aos altos custos de produção e de manutenção das coleções de periódicos pelas bibliotecas (HENDERSON, 2002; KING, 1998; TENOPIR, 2003) a ponto de alguns autores, na década de 1990, afirmarem que o periódico impresso iria se extinguir (ODLYZKO, 1995).

Nessa mesma época, iniciou-se um movimento denominado de acesso livre ao conhecimento. Harnard (1991) publicou um artigo que até hoje é considerado um marco teórico para esse movimento. Nele, defendia que a interatividade proporcionada pelas tecnologias da informação e comunicação deveria ser utilizada em prol da comunicação científica e que todo pesquisador deveria poder, ele próprio, ser autor e editor de seus trabalhos acadêmicos. A atividade editorial na ciência seria sinônimo de transferência da pesquisa acadêmica para arquivos abertos (*open archives*) na internet, por meios dos chamados *e-prints*, isto é, de artigos publicados na internet antes ou após terem sido submetidos a veículos formais de comunicação científica (CORREIA, 2005; HARNARD, 1991; SENA, 2000).

Esse movimento começou a se disseminar entre os pesquisadores a tal ponto que alguns *e-prints* foram, de fato, criados (CORREIA, 2005). No entanto, esses repositórios eletrônicos não inspiram confiança ou sequer foram disseminados entre a comunidade científica de todas as áreas do conhecimento, como por exemplo as ciências sociais e humanidades ou a medicina. Houve resistência também por parte de algumas editoras que controlavam a comercialização e concentravam os lucros dos altos custos das assinaturas dos periódicos impressos vendidos às bibliotecas universitárias de todo o mundo (MUELLER, 2000).

Até pouco tempo, para alguns membros ou para algumas áreas do conhecimento, nem mesmo os periódicos eletrônicos eram vistos como confiáveis a ponto de substituírem os impressos em suas principais funções de registro primário do conhecimento validado e certificado da ciência. Os cientistas apontam inúmeras vantagens, tais como a versatilidade dos periódicos eletrônicos comparativamente aos impressos, a rapidez de divulgação das pesquisas mediante a quebra de barreiras geográficas no acesso à informação científica e a minimização dos obstáculos hierárquicos no processo de edição científica. Apesar disso, o uso das tecnologias

está mais disseminado entre os leitores, isto é, na fase de busca e recuperação da informação científica, que entre os autores, isto é, na produção e publicação da informação científica. (MUELLER, 2000). Ainda assim, mais recentemente, os periódicos eletrônicos começam a receber legitimidade e ter aceitação entre a comunidade científica, embora apenas se estiverem em conformidade com os padrões tradicionais de edição científica. (MUELLER, 2006).

Mais do que as características, importam para a comunidade científica, as funções dos periódicos científicos, pois elas são o que os distingue das demais publicações científicas seriadas. O desempenho das funções dos periódicos científicos depende de diversos fatores relacionados à área do conhecimento e à comunidade científica em questão. Entre as funções, aquela de maior impacto para a comunidade científica é a de validação e certificação do conhecimento científico publicado. Por isso, não obstante alguns problemas relacionados à publicação e ao uso dos periódicos impressos, incluindo questões quanto ao custo de produção e à acessibilidade, os periódicos eletrônicos não são difundidos entre todas as áreas do conhecimento, ao menos enquanto não existir substituto à altura para o processo de edição científica e, sobretudo, de avaliação pelos pares na ciência (*peer review*) para efeitos de validação e certificação do conhecimento científico.

2.2.1 - Avaliação dos periódicos científicos

Os periódicos científicos são o principal veículo de comunicação científica para boa parte das áreas do conhecimento. Em razão disso, da diversidade de títulos criados e da quantidade de artigos neles publicados, é necessário estabelecer critérios e definir padrões de qualidade dos periódicos científicos. Esses critérios são importantes para que a comunidade científica possa selecionar os periódicos com maior credibilidade para publicar seus artigos e buscar informação e para que as agências de incentivo ao ensino superior e de fomento à pesquisa possam mensurar a produção e financiar as atividades na ciência. Juntas, essas são condições que são minimamente necessárias ao desenvolvimento científico, tecnológico e social em cada país (BARBALHO, 2005; FACHIN, 2006a; FACHIN, 2006b).

As principais críticas à qualidade dos periódicos científicos nacionais e internacionais estão relacionadas tanto à forma quanto ao conteúdo (FERREIRA, 2001; KRZYZANOWSKI, 1991): a) irregularidade na publicação e distribuição; b) falta de padronização dos periódicos; c) falta de normalização dos artigos científicos; d) inadequação da avaliação do conteúdo devido a problemas com o corpo editorial e os avaliadores dos artigos (*referees*). Com relação às revistas nacionais brasileiras, além da baixa penetração da língua portuguesa em âmbito internacional, há ainda problemas com relação ao apoio financeiro aos periódicos. Diante disso, pesquisadores têm buscado meios de aferição da qualidade dos periódicos científicos. Na literatura especializada, os meios mais conhecidos são a análise bibliométrica, exame de indicadores de impacto e a indicação por pares, sobretudo para a avaliação do conteúdo das publicações (KRZYZANOWSKI, 1998; YAMAMOTO, 2002, 1999).

A análise bibliométrica ou bibliometria, como ficou conhecida desde a década de 1960, emergiu como um instrumento estatístico de medição da quantidade de artigos publicados em veículos formais, a exemplos dos periódicos científicos tradicionais. A análise dos dados levantados permite compreender o crescimento e desenvolvimento da ciência ou de um campo específico do conhecimento (PRICE, 1961). Os indicadores de impacto, por sua vez, permitem mensurar a visibilidade, o prestígio e a difusão do periódico científico entre a comunidade científica para a qual cada título se dirige. A principal diferença em relação aos estudos bibliométricos que costumam ser realizados a posteriori da publicação, é que os indicadores de impacto apontam para os impactos imediatos da publicação (BARBALHO, 2005).

Porém, qualquer que seja o meio, modelo ou metodologia aplicada, há consenso sobre os critérios mínimos para a avaliação da qualidade dos periódicos científicos, independentemente da área do conhecimento à qual ele se dirija. Esses critérios devem levar em conta os aspectos intrínsecos e extrínsecos dos periódicos científicos, tais como (BARBALHO, 2005; FACHIN, 2006a; FERREIRA, 2003a; KRZYZANOWSKI, 1998; MUELLER, 1999):

- a) apresentação gráfica, normalização bibliográfica e padronização segundo normas internacionais;
- b) periodicidade, regularidade e tempo de existência do periódico;

- c) natureza do órgão publicador que devem ser preferencialmente instituição de ensino, pesquisa ou sociedade científica;
- d) qualidade do corpo editorial, sobretudo dos editores e consultores *ad hoc*, inclusive com a participação de membros da comunidade nacional e internacional, com a finalidade de garantir a integridade do processo de avaliação dos artigos;
- e) abrangência quanto à origem dos trabalhos que deve estar aberta para autores em nível institucional, regional, nacional e internacional;
- f) avaliação dos critérios de arbitragem, no mínimo, quanto: ao nível científico, atualidade e identificação com a orientação temática da revista;
- g) qualidade dos artigos publicados que devem necessariamente ter sido previamente analisados e aprovados pelo corpo editorial;
- h) tiragem, distribuição e divulgação abrangentes; e
- i) indexação em bases de dados especializadas em âmbito nacional e internacional.

Desde a década de 1960, com o aumento da quantidade dos periódicos e o surgimento dos problemas relativos à qualidade, apareceram os primeiros estudos com o objetivo de criar parâmetros para mensurar e classificar a qualidade dos periódicos. Ainda que baseados em padrões internacionais, essas pesquisas levaram em conta as necessidades e os problemas regionais e nacionais de desenvolvimento da ciência, assim como as particularidades de cada área do conhecimento. Ferreira (2003) e autores posteriores apresentam os principais estudos voltados para a avaliação de periódicos científicos na América Latina e no Brasil (FERREIRA, 2003a).

Em 1964, foi proposto um estudo ao Grupo de Trabalho para Seleção de Revistas Científicas e Técnicas Latino-Americanas da Unesco para a América Latina em Porto Rico. Esse grupo criou uma categorização dos periódicos entre excelente e deficiente, segundo análise dos seguintes itens: apresentação física, duração, regularidade, periodicidade, colaboradores de outras instituições, nível de especialização e indexação (COSTA, 2008; FERREIRA, 2003a; KRZYZANOWSKI, 1998; Unesco, 1964) .

Os primeiros estudos e propostas de modelos de avaliações de periódicos científicos brasileiros começaram a surgir na década de 1980. Um deles, em 1982,

foi desenvolvido por Braga e Obherhofer (BRAGA, 1982) tomando como base o modelo da Unesco. Os periódicos eram avaliados e mensurados segundo determinados critérios quanto à forma e obtinham pontuações que determinavam o nível de desempenho de cada título. Esse trabalho, que foi um feito histórico para diversas áreas do conhecimento, tinha o intuito de criar um modelo de avaliação dos periódicos brasileiros para mensurar e pontuar a qualidade de cada título (COSTA, 2008; FERREIRA, 2003a; KRZYZANOWSKI, 1998).

Baseados no modelo desenvolvido por Braga e Obherhofer (BRAGA, 1982), vários estudos foram realizados com periódicos especializados em determinadas áreas do conhecimento. Por exemplo, Yahn (YAHN, 1985) avaliou os periódicos na área de agricultura utilizando o modelo de avaliação de Braga e Obherhofer. No entanto, apontou limitações e fez sugestões de alterações para que o modelo ficasse mais completo, incluindo a avaliação conjunta de desempenho (forma) e mérito (conteúdo dos artigos) e para que as opiniões dos pesquisadores fossem ouvidas (FERREIRA, 2003a). Martins (MARTINS, 1986) avaliou uma amostra de 224 títulos de periódicos brasileiros na área de ciência e tecnologia para verificar itens referentes à normalização com base nas exigências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a publicação de periódicos (FERREIRA, 2003a; MARTINS, 1986).

Krzyzanowski et al. (KRZYZANOWSKI, 1991) desenvolveram uma avaliação de mérito do conteúdo e desempenho da forma dos periódicos correntes brasileiros com o objetivo de obter um núcleo básico de títulos relevantes nas diferentes áreas do conhecimento. A avaliação, seguindo os parâmetros previamente estipulados, foi realizada por diversos especialistas. Esse modelo foi criado tendo em vista subsidiar as decisões tomadas pelas agências de fomento, tal como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), no apoio financeiro à editoração de periódicos científicos (COSTA, 2008; FERREIRA, 2003a).

Castro e Ferreira (CASTRO, 1996) também se valeram do modelo de Braga e Obherhofer para avaliar os periódicos latino-americanos indexados na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e no Medlars online (Medline). O objetivo era estabelecer um modelo de avaliação a ser utilizado pelas revistas que solicitam ser indexadas ou que precisam ser reavaliadas para indexação. (FERREIRA, 2003a; KRZYZANOWSKI, 1998).

Em fins da década de 1990, entraram em cena os estudos realizados a pedido das agências nacionais de incentivo ao ensino superior e de fomento à pesquisa. Com base no modelo de Braga e Obeherhofer (1982), foi realizada uma avaliação dos periódicos financiados pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fapesp. Essa avaliação, que contou com a participação de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, demonstrou que deve ser realizada uma avaliação conjunta do mérito (conteúdo) e desempenho (forma) dos periódicos para melhor medir o seu nível de desempenho (COSTA, 2008; FERREIRA, 2003a; KRZYZANOWSKI, 1998)

Ainda hoje, as metodologias de avaliação da qualidade dos periódicos científicos brasileiros continuam a se aperfeiçoar e parece não haver um consenso sobre qual modelo adotar. No entanto, os critérios mínimos e os conjuntos de avaliação dos periódicos quanto à forma e ao conteúdo permanecem intocáveis, muito embora venham sendo reelaborados a partir da proliferação dos periódicos eletrônicos. Ao longo dos anos, a comunidade científica passou a ter uma participação cada vez mais ativa, seja na elaboração dos critérios de avaliação, seja na avaliação propriamente dita dos títulos. Além disso, diversas instituições de apoio ao ensino superior e de fomento à pesquisa passaram a desenvolver seus próprios modelos ou metodologias de avaliação, a exemplo da metodologia *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) coordenada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do sistema Qualis desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

2.2.1.1 - Metodologia *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO)

A partir de uma parceria desenvolvida entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) foi lançado o projeto da metodologia SciELO (FERREIRA, 2003b). A SciELO é uma biblioteca virtual que visa aperfeiçoar os meios de divulgação e aumentar a visibilidade e acessibilidade dos periódicos científicos em meio eletrônico, bem como fornecer indicadores consistentes e

atualizados sobre o uso e impacto da literatura científica. Para isso, a metodologia é orientada por padrões internacionais de qualidade da produção e comunicação científica e compatível com metodologias internacionais como a do *Institute for Scientific Information* (ISI), ainda que adaptada às necessidades da comunidade científica e à realidade da ciência no Brasil e América Latina (ANTONIO, 1998; MENEGHINI, 1998; PACKER, 1998).

A SciELO fundamenta-se no uso intensivo de tecnologias de informação e na criação de uma metodologia comum voltada para a integração e viabilização técnica e econômica da comunicação científica nos países em desenvolvimento, sobretudo da América Latina e Caribe (PACKER, 1998). Países como Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Jamaica, México, Peru, Portugal, Uruguai, Venezuela e Bolívia integram ou estão na fase piloto para compor a SciELO. Vale ressaltar o pioneirismo e as vantagens da metodologia e da base Scielo, pois tenta agregar diversos elementos essenciais da comunicação científica, tais como a manutenção dos padrões de qualidade associado ao uso das tecnologias da informação e comunicação que permitem o livre acesso à literatura científica de qualidade.

2.2.1.2 - Sistema Qualis

A partir de 1998, o Qualis foi desenvolvido por iniciativa da Capes com o objetivo de indicar e estimular a produção nos veículos de comunicação científica de maior qualidade e relevância para cada área do conhecimento, assim como aprimorar os indicadores de produção científica no Sistema de Avaliação da Pós-Graduação sob a coordenação dessa agência. Por isso, o Qualis vem se constituindo em um mecanismo legitimado para a avaliação da produção científica dos programas de pós-graduação no Brasil o que faz com que agências de fomento à pesquisa como o CNPq utilizem seus resultados para o apoio, o financiamento e o credenciamento da pós-graduação no Brasil. (Avaliação, 2004; SOUZA, 2002; Superior, 2004).

A classificação é elaborada por comissões de consultores coordenadas por representantes das diversas áreas e subáreas do conhecimento. O Qualis Periódicos consiste na classificação dos anais, os jornais e as revistas, devido à sua importância para a produção e produtividade na ciência. A classificação desses veículos é dividida em 8 estratos (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C) avaliados dentro dos seguintes aspectos: reconhecimento da publicação na área, adotar normas editoriais nacionais ou internacionais, circulação, periodicidade, regularidade; possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições, publicação de um número mínimo de artigos com uma ampla diversidade de autores, inclusive no que diz respeito a instituições nacionais e estrangeiras; e, estar indexado em bases de dados nacionais ou internacionais².

Esse sistema tem por característica principal ser uma análise qualitativa desenvolvida pelos pares na ciência, cujos critérios e indicadores são constantemente debatidos e revisados entre eles e os demais pesquisadores de suas áreas de origem. Ao longo dos anos de implantação, muitas recomendações foram feitas pelas comissões para atender às necessidades e demandas das áreas e subáreas, tais como: a inclusão de outros tipos de documentos como capítulos de livros, apresentações em congressos e outros eventos científicos, livros, teses e vídeos, dentre outros; distinção entre os diferentes tipos de documentos como periódicos e revistas, assim como entre publicações internas e externas às instituições; atenção para os aspectos de co-autoria e interdisciplinariedade nas publicações já que os periódicos classificam os veículos de forma diferente e, por fim, a valorização das atividades de edição científica (SOUZA, 2002).

2.3 - Edição científica

Há diversas formas de edição científica nos diferentes tipos de fontes de informação utilizados pelos pesquisadores para comunicar suas pesquisas em andamento ou os resultados por elas gerados. Porém, nenhuma outra forma de edição científica tem aspectos tão peculiares quanto a do periódico científico. Em primeiro lugar, em razão das características e funções e, em consequência disso, do

² Informações obtidas no sítio da Qualis/Capes: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/Index.faces>.

papel que o periódico científico ocupa na comunicação científica e na própria ciência. Em segundo lugar, porque os artigos publicados em boa parte dos periódicos são submetidos previamente à avaliação de especialistas, os chamados pares na ciência (ABEL, 2002. ; ISAY, 1993).

O processo de edição científica dos periódicos é um processo que envolve diversas atividades e sujeitos desde a submissão do original pelo autor até a publicação do artigo selecionado pelo editor com base no parecer do avaliador, envolve diversas atividades e sujeitos. Por isso, o periódico constitui-se em um espaço privilegiado onde ocorre boa parte do diálogo acadêmico e científico, das relações e interações sociais, além das negociações políticas entre os membros da elite da comunidade científica que publica e decide o que será publicado. Apesar disso, as atividades de edição costumam ser desenvolvidas de forma quase intuitiva por pesquisadores já que eles não recebem nenhuma capacitação para isso, muito embora sejam especialistas em suas áreas do conhecimento. A consequência é que ainda há poucos estudos sobre a edição científica, com exceção de reflexões decorrentes das atividades práticas e cotidianas de editores ou avaliadores e publicadas nos editoriais dos próprios periódicos científicos.

A seguir, serão descritas as principais atividades e aspectos do processo de edição científica divididos em 3 fases: a submissão do artigo, sua seleção para publicação e sua avaliação pelos pares na ciência desenvolvidas pelos autores, editores e avaliadores, respectivamente. No entanto, nem sempre essas atividades são exatamente como se explicará, pois na prática o fluxo da edição científica pode ser bastante mais diverso, a depender do periódico em questão, sobretudo em se tratando de publicações eletrônicas.

2.3.1 - Submissão do artigo

A fase de submissão do artigo é realizada pelo autor. Para Thyer (1994), existem ao menos quatro razões para um pesquisador publicar artigos em periódicos científicos: contribuir para o avanço de um campo do conhecimento e beneficiar a humanidade, promover determinado grupo de pesquisa ou departamento e atrair novos pesquisadores, aumentar a produtividade e permitir a ascensão do pesquisador e, por fim, ganhar benefícios financeiros e atrair mais financiamento. A essas quatro razões, pode-se somar uma quinta, o valor intrínseco do periódico cujo conteúdo é submetido ao rigoroso escrutínio dos pares na ciência (THYER, 1994).

Escolhido o veículo de comunicação, que é o periódico científico, vários fatores isolados ou associados pesam na escolha do periódico pelo autor, segundo apontam alguns estudos empíricos (HAMES, 2007; THYER, 1994.; WAGER, 2005; WELLER, 2001, 1995): o convite do editor ou a recomendação de um colega; os assuntos de cobertura do periódico e o tema; a orientação teórica ou metodológica do artigo; a política de publicação adotada pelo periódico; a qualidade do corpo editorial e da equipe editorial, a reputação da entidade publicadora; o prestígio do periódico; a presença de avaliação pelos pares (*peer review*); a qualidade da avaliação pelos pares, o público-alvo do periódico, a taxa de aceitação ou rejeição de artigos; o tempo para publicação do artigo, a abrangência da circulação; a indexação do periódico em bases de dados ou serviços de resumo nacionais ou internacionais; o impacto dos artigos segundo os índices de citação, entre outros.

Esses fatores acima dizem respeito ao escopo, à linha e política editorial, ao mérito e prestígio das entidades e dos pesquisadores envolvidos na edição científica, bem como ao impacto dos artigos publicados e do próprio periódico. Parte dessas informações está disponível de forma clara e acessível, em geral nas “instruções aos autores” ou nos editoriais publicados pelos editores do periódico, mas outra parte é fruto das experiências e dos intercâmbios de informações entre os pesquisadores. Além disso, a escolha do periódico não é uma atividade despreziosa do autor, sendo influenciada pelos interesses tanto individuais quanto coletivos relativos à carreira do pesquisador e ao crescimento do campo, respectivamente.

Raramente os originais são aceitos para publicação tal como foram submetidos ao periódico. Na maior parte dos casos, os autores recebem sugestões do

editor ou dos avaliadores para sugestões de reformulação. Essas sugestões podem contribuir para aperfeiçoar a qualidade do artigo, já que é esperado que editores e avaliadores façam críticas construtivas ao trabalho original. A depender das reformulações sugeridas, no entanto, o autor pode discordar delas e argumentar com o editor explicando suas razões para isso. No caso de uma rejeição, o autor pode apelar da decisão do editor ou submeter novamente os originais ao mesmo periódico. No entanto, nem todos os periódicos possuem essas duas opções em sua política; nesses casos, só resta ao autor a opção de submeter os originais a outro periódico, como se o estivesse fazendo pela primeira vez (CRONIN, 1992; HAMES, 2007; THYER, 1994.; WAGER, 2005).

2.3.2 - Tomada de decisão

Em geral, a tomada de decisão sobre aceitar ou rejeitar a publicação do artigo no periódico é de responsabilidade do editor do periódico. De forma ampla, essa etapa, em que começa o processo de avaliação pelos pares (*peer review*), consiste em uma das mais importantes para a edição científica, pois certifica e valida o conhecimento científico. A avaliação pelos pares (*peer review*) é expressão usada para descrever um processo formal durante a edição científica no qual parte do trabalho acadêmico redigido em forma de artigo é submetida à publicação e é avaliada por pesquisadores que, embora não estejam envolvidos em sua criação, são especialistas no assunto em questão. (WAGER, 2005).

Na edição científica, a avaliação pelos pares (*peer review*) é a certificação da ciência e o controle de qualidade do que é publicado (BAKANIC, 1987; LOCK, 1986.; SHATZ, 2004.; ZUCKERMAN, 1971). Mas, na prática o objetivo é ajudar os editores na tomada de decisão sobre quais originais devem ser aceitos para publicação, assim como aperfeiçoar os originais aceitos antes da publicação (BAKANIC, 1987; GODLEE, 2000). Além disso, a avaliação pelos pares (*peer review*) pode ser vista como uma forma de controle social da qualidade do conhecimento que está sendo gerado na ciência e, por isso, atuar como um indicador da formação e profissionalização de um novo campo científico (BERKENKOTTER, 1995).

Um periódico avaliado pelos pares, isto é, *peer reviewed* é, por consequência, aquele que tem boa parte dos artigos submetidos à publicação avaliados por especialistas externos a seu corpo editorial. No entanto, existem diversos tipos e combinações de avaliação pelos pares (*peer review*), que incluem a participação dos editores-chefes, de membros do conselho editorial ou de avaliadores externos ao periódico, bem como avaliações fechadas, anônimas e prévias à publicação, ou ainda avaliações abertas, sem anonimato e baseadas em comentários posteriores à publicação do artigo. Essa diversidade é determinada pelos próprios periódicos, pelas áreas do conhecimento, pelos países em questão e, até mesmo, pelo suporte impresso ou eletrônico da publicação (HAMES, 2007; WAGER, 2005; WELLER, 2001).

Na fase inicial da edição científica, os editores fazem uma avaliação e seleção prévia dos artigos com base na linha e política editoriais do periódico. Nessa seleção, são excluídos os artigos que não atendem aos requisitos mínimos quanto à forma, que não têm qualquer pertinência à área do periódico ou apresentam problemas evidentes de redação, a não ser que sejam muito relevantes para o periódico ou campo do conhecimento a que dizem respeito. Dentre outras, os artigos que se encaixam em alguma dessas situações são rejeitados pelo editor sem serem submetidos à avaliação dos pares. Nessa fase, o editor filtra o excesso de artigos submetidos aos periódicos e faz chegar aos avaliadores apenas aqueles originais que têm condições mínimas de avaliação. Os editores não podem transferir aquilo que é sua obrigação para os avaliadores; além disso precisam poupar-lhes de excesso ou de trabalho desnecessário. (HAMES, 2007; Lock, 1986, 1986).

Os artigos aprovados na pré-seleção do editor são submetidos à avaliação pelos pares (*peer review*). A identificação dos pesquisadores especialistas, chamados pares na ciência, para avaliar os artigos é uma das tarefas mais delicadas no processo de edição científica. O maior desafio é encontrar um pesquisador especialista que se encaixe com cada artigo submetido, senão com o seu assunto específico, ao menos com a sua linha de pesquisa. Essa identificação depende sobretudo do conhecimento humano e das relações sociais e profissionais na ciência, por isso, os editores devem estar atentos às áreas, linhas e temas de pesquisa de diferentes campos científicos e aos pesquisadores que neles atuam. Devem atentar, ainda, para os problemas decorrentes desse desenvolvimento e às animosidades e

rivalidades dessas relações. Tudo isso para garantir a qualidade e objetividade da avaliação dos originais submetidos pelo autor (HAMES, 2007; LOCK, 1986.; WAGER, 2005; WELLER, 2001).

No entanto, os avaliadores não precisam ter interesses idênticos aos do autor do periódico, mas principalmente compartilharem de valores acadêmicos (COHEN, 2005). Além disso, embora os avaliadores não sejam escolhidos em razão de expectativas de rejeição ou aceitação dos originais, a tomada de decisão dos editores pode ser influenciada por eles. Logo, o importante é o editor obter deles a avaliação mais informada possível que possa contribuir para a seleção dos melhores artigos (BAKANIC, 1987).

Quanto à seleção dos artigos a serem publicados, a decisão deve estar baseada em sua qualidade e em sua conformidade com a linha editorial do periódico e o perfil de seu público-alvo. Porém, na prática existem algumas razões para se fazer o controle de qualidade das publicações científicas, tais como: o espaço e orçamento limitados do periódico que restringe a publicação; a necessidade de selecionar informação especializada e certificada para atrair a comunidade científica e atender às necessidades desse exigente público-alvo; a economia do tempo de busca dos pesquisadores para manterem-se atualizados em suas áreas de pesquisa; a utilização dos mesmos padrões de avaliação da ciência na comunicação científica; o aumento da auto-estima do autor; e a proteção de seus trabalhos contra o plágio e outras formas de má conduta (LOCK, 1986; SHATZ, 2004).

A decisão final quanto à publicação dos originais é, de fato, de responsabilidade do editor-chefe que deve ter total independência para fazê-lo. Porém, ele não deve basear sua decisão apenas nos pareceres dos avaliadores, nem tampouco ir totalmente contra eles. Deve encontrar um equilíbrio entre os pareceres, as informações adicionais com relação ao autor, que em geral são omitidas do avaliador nos casos de avaliações anônimas, e o contexto geral do periódico. Com base em todas essas perspectivas, deve tomar uma decisão em que o mérito do trabalho prevaleça, que seja justa para o autor e não fira os padrões editoriais do periódico. O desafio é ainda maior em áreas de pesquisa novas ou controversas. Para manter a consistência na tomada de decisão, os editores precisam não apenas estar atentos a cada um dos originais enviados pelos autores, mas também constantemente rever, discutir e informar o corpo editorial do periódico

sobre a linha e política editoriais, principalmente sobre os critérios de qualidade, aceitação e rejeição dos originais para publicação(HAMES, 2007).

2.3.3 - Avaliação dos originais

A fase de avaliação dos originais é realizada por avaliadores externos selecionados pelos editores do periódico. Feita a seleção pelo editor, os avaliadores recebem um convite para avaliar determinado artigo cujo conteúdo tem relação com a sua linha de pesquisa. Os especialistas convidados podem aceitar ou recusar realizar a avaliação por motivos que vão desde a disponibilidade ou não de tempo até a falta ou não de *expertise* no conteúdo do artigo. Uma vez aceito o convite, envia-se ao avaliador o artigo e as instruções nas quais ele deve basear a sua avaliação que devem incluir informações sobre a linha e política editoriais do periódico.

Alguns periódicos criam seus próprios formulários ou guias contendo aspectos específicos aos quais os avaliadores devem estar atentos na avaliação, incluindo: justificativa, objetivos e hipóteses da pesquisa, revisão de literatura e teoria, desenho e metodologia da pesquisa, interpretação dos dados, resultados e conclusões, citações a trabalhos anteriores, apresentação clara e lógica do texto, terminologia e definições dos termos utilizados, originalidade do estudo, relevância e impacto da pesquisa e do conhecimento produzido para determinado periódico, campo do conhecimento ou público-alvo e aspectos éticos da pesquisa ou do artigo. Além disso, em geral, os avaliadores podem tecer comentários pessoais sobre a qualidade da pesquisa e dos artigos em questão tendo em vista a sua *expertise* sobre o assunto (LOCK, 1986.; WELLER, 2001).

Os formulários que os periódicos porventura ofereçam para avaliação devem servir como guia. Mas o parecer ideal deve tecer comentários mais detalhados que aqueles solicitados e ser claro, objetivo e propositivo, além de pontuar aspectos específicos da pesquisa e do artigo e reportar problemas graves como plágio ou fraude. No entanto, os pareceres podem ter diferentes níveis de qualidade, pois podem fazer comentários superficiais e até mesmo pouco construtivos ou adotar

linguagem descortês. Ao julgar a qualidade, prioridade e novidade da pesquisa e dos artigos, o avaliador dá um peso profissional para o editor aceitar ou rejeitar sua publicação. Por isso, a principal função dos avaliadores no processo de edição é contribuir para assegurar a justiça na tomada de decisão (LOCK, 1986).

2.3.4 - Críticas à edição científica e avaliação pelos pares (*peer review*)

A edição científica é um complexo processo que se inicia com a submissão dos originais pelos autores, passa pela avaliação dos artigos por especialistas, os chamados pares na ciência, e é concluído com a tomada de decisão do editor em publicar ou rejeitar o artigo. Apesar de ocupar um papel central na comunicação científica e na ciência, pois é tido como um mecanismo legítimo para certificar o conhecimento científico e manter o controle de qualidade na ciência, há muitas críticas em relação a esse processo. (LOCK, 1986; SHATZ, 2004).

As principais críticas com relação à avaliação pelos pares (*peer review*) são que ela nem sempre cumpre suas funções, pois pode ser influenciada pela subjetividade ou pelo preconceito dos editores ou avaliadores, e que não há padrões sobre o que seja mérito na ciência a depender da área e do campo do conhecimento. Se por um lado, contribui para selecionar e reduzir a quantidade de informação publicada, por outro, a avaliação pode restringir o fluxo da informação científica em razão das altas taxas de rejeição. E, tanto há injustiças nesse processo que artigos rejeitados costumam ser submetidos e publicados em outros periódicos (AZAR, 2006; BLACKBURN, 2006; GARVEY, 1979; LOCK, 1986; SHATZ, 2004).

Os preconceitos podem tanto beneficiar quanto prejudicar o autor e seu artigo. Os mais comuns dizem respeito às características pessoais, ao status, ao gênero, à raça, à instituição à qual está filiado o autor e aos conflitos de interesse entre autores, editores e avaliadores (LOCK, 1986; SHATZ, 2004; ZUCKERMAN, 1971). Eles podem ainda ter caráter ideológico a depender da teoria, da metodologia ou da técnica utilizada pelo autor (WELLER, 2001; ZUCKERMAN, 1971).

As consequências desses problemas na avaliação pelos pares é que novas ideias ou metodologias de pesquisa podem encontrar resistência e não serem aceitas

e publicadas, pois os avaliadores não conseguem encaixá-las em lugar algum ou sequer conseguem enxergá-las devido à dependência e à proteção que têm por determinadas normas, valores e paradigmas na ciência. (MORAN, 1998; SHATZ, 2004; WELLER, 1995). Como crítica à resistência dos editores e avaliadores em aceitar novas ideias, Campanario (1996) alerta que a ciência de qualidade não é necessariamente aquela correta (CAMPANARIO, 1996). Porém, Godlee (2000) reconhece que há um elemento subjetivo na avaliação pelos pares (*peer review*), já que se trata de escolhas e tomadas de decisão. Assim como na ciência, não há neutralidade absoluta, mas é imperativo que os critérios dessa escolha sejam explícitos e justificáveis (GODLEE, 2000).

Para alguns, a avaliação pelos pares (*peer review*) é uma das atividades de maior poder já que está concentrada nas mãos de uma elite e, por isso, pode atuar como uma forma de censura à ciência. Por conseqüência, ela pode definir onde serão alocados os recursos e a quem serão concedidos os financiamentos na ciência, já que isso costuma ser decidido em razão da produtividade dos pesquisadores. Ambas as decisões podem, muitas vezes, eliminar as pesquisas que sejam concorrentes, questionem o conhecimento estabelecido ou abalem o status de autoridade dessa elite. O anonimato aumenta ainda mais o poder dos editores que podem, em alguns casos, publicar ou rejeitar aquilo que seja de seu interesse. A solução estaria na diversificação de padrões e critérios de avaliação que, no entanto, não precisariam ser mais rigorosos do que os atualmente adotados, mas permitir a contraprova da decisão dos editores, incluindo a avaliação e crítica dos trabalhos desenvolvidos por eles e pelos avaliadores ao longo do processo (MORAN, 1998).

Seguindo o tom das críticas, o anonimato existe para proteger interesses institucionais das universidades e corporativos dos profissionais, podendo, na prática, esconder diversas formas de discriminação, permitir a apropriação do conhecimento produzido por um pesquisador e, tendo em vista a falta de transparência, diminuir a credibilidade da avaliação. Não há qualquer justificativa legal para a manutenção do anonimato, muito embora retoricamente ela esteja associada às práticas de liberdade acadêmica, privacidade e honestidade (BAEZ, 2002).

Como solução a esses problemas, Shatz (2004) acredita que é preciso haver um equilíbrio entre a avaliação da qualidade e criatividade na edição científica para

permitir que ideias novas sejam aprovadas e publicadas. Além disso, defende que o processo de avaliação pelos pares (*peer review*) não se extingue com a aceitação do artigo e que após publicado, ele continua a ser avaliado pela comunidade científica. Por isso, é melhor publicá-lo do que não publicá-lo. Uma saída para os artigos mais controversos seria adotar a avaliação aberta aos comentários dos pares ou sistemas que combinassem características dos modelos tradicionais e dos modelos das publicações eletrônicas, a exemplo do que é feito com os *e-prints* em algumas áreas do conhecimento. Isso permitiria que a avaliação pelos pares (*peer review*) fosse mais eficiente sem, no entanto, perder sua credibilidade diante da comunidade científica. Apesar disso, ampliar a democracia poderia aumentar os custos e o tempo transcorrido durante o processo, dois outros problemas apontados pela comunidade científica com relação à avaliação pelos pares (*peer review*) (LOCK, 1986; SHATZ, 2004).

Também há críticas à imposição do modelo tradicional de avaliação pelos pares (*peer review*) aos periódicos eletrônicos. No mundo virtual, acessibilidade e baixo custo são critérios de qualidade e, por isso, a credibilidade da avaliação pelos pares (*peer review*) em periódicos eletrônicos pode estar baseada em um sistema mais ágil e em um processo bem documentado, em que todos os sujeitos envolvidos são identificados (MacDONALD, 2002; PETERS, 1996).

Apesar de todas essas críticas, a avaliação pelos pares (*peer review*) é tida como um instrumento fundamental para a integridade da publicação acadêmica e da comunicação científica. No entanto, tanto a avaliação pelos pares (*peer review*) quanto a edição científica precisam se adaptar às novas características da ciência moderna que é mais democrática e plural e cujos cientistas estão envolvidos na tentativa de apresentar respostas aos problemas da sociedade. Por isso, é necessário buscar critérios de qualidade que sejam internos e externos à ciência, contar com a participação da sociedade para a avaliação pelos pares (*peer review*) e, conseqüentemente, estabelecer as prioridades de pesquisa. Os critérios internos são aqueles tradicionais, definidos pelos pesquisadores, e não devem ser afetados pelos critérios externos que, por sua vez, devem incluir aspectos sociais. Mas, tudo isso, sem ferir a autonomia do pesquisador (SCOTT, 2006).

2.3.5 - Ética na comunicação científica

A publicação científica, qualquer que seja o meio adotado, é uma consequência e extensão do desenvolvimento da pesquisa. Por isso, tal como na pesquisa, é necessário refletir sobre os aspectos éticos e o papel que comunidade científica exerce para praticá-los na comunicação científica. Além disso, se os periódicos científicos existem a fim de divulgar informação original e relevante para os pesquisadores, a seleção e a decisão sobre o que neles publicar tem uma dimensão ética. Por isso, não é ético publicar ciência sem qualidade, irrelevante, imprecisa, incompleta ou fraudulenta, deixando de publicar ciência boa, importante e inovadora (GODLEE, 2000; WADE, 1993).

Qualquer comportamento antiético, mesmo que adotado por um único pesquisador, é capaz de afetar a credibilidade e reputação de toda a comunidade científica, principalmente do grupo de pesquisa ou da entidade a que ele está ligado. Por isso, toda a comunidade científica deve estar engajada nas formas de prevenção dos desvios éticos. Nesse sentido, os editores científicos têm um papel de liderança e de grande responsabilidade ao estabelecerem os padrões de publicação junto aos autores e de avaliação dos artigos junto aos avaliadores por meio das políticas editoriais que, além disso, devem estar em constante discussão e transformação (CAELLEIGH, 2003).

Na comunicação científica, as principais questões éticas incluem o processo de avaliação pelos pares (*peer review*), autoria e originalidade da pesquisa e do artigo, o plágio e demais problemas de citação inclusive o uso excessivo de autocitação e o auto-plágio, a leitura e revisão crítica da literatura citada, os conflitos de interesse, o ineditismo e a duplicidade da publicação. As instruções ao autor, os editoriais e os guias ou formulários para avaliação são espaços privilegiados que os editores possuem para explicitar e discutir as questões éticas na publicação científica (EASTWOOD, 2003; MULLIGAN, 2004). No entanto, há questões éticas específicas relacionadas às publicações eletrônicas e a determinadas áreas ou campos do conhecimento.

Muitas questões éticas envolvem as publicações eletrônicas tais como os direitos autorais e, principalmente aquelas relacionadas à avaliação pelos pares (*peer review*) dos artigos. Alguns críticos dessa avaliação, vista como o principal

mecanismo de controle de qualidade da publicação e de certificação na ciência, fazem sugestões que incluem desde a abolição do modelo tradicional e o livre acesso ao artigo em repositórios na internet até a adoção de modelos híbridos que combinem os modelos tradicionais aos alternativos para dar mais transparência, celeridade e diminuir as injustiças do processo (BINGHAM, 2000).

Apesar do espírito público e transparente exigido dos pesquisadores, a ciência não está imune a deslizes éticos por parte de seus membros em qualquer fase da pesquisa, desde seu desenvolvimento até sua publicação. Esses deslizes podem ser motivados pelo total desconhecimento dos valores, normas e regras; por erros não identificados ao longo do desenvolvimento da pesquisa ou, ainda, por má conduta devido à competitividade e à concorrência entre os pesquisadores que desejam a todo custo garantir a prioridade do conhecimento, manter a produtividade individual e aumentar o reconhecimento e a influência em determinada área ou campo do conhecimento.

Os periódicos científicos têm tido um papel importante na promoção da ética em pesquisa, pois é praxe exigir que os estudos relatados nos artigos tenham sido submetidos e aprovados pelos comitês de ética em pesquisa espalhados pelas instituições de ensino superior em todo o país. No entanto, essas exigências devem se estender à publicação e à edição dos artigos, pois falta a alguns periódicos científicos incorporar em suas políticas editoriais mecanismos de prevenção e punição especificamente voltados para questões éticas em comunicação científica, aos quais devem estar sujeitos autores, editores e avaliadores.

2.4 - Comunidade científica

A comunidade científica é protagonista do desenvolvimento da pesquisa, assim como da comunicação científica. Apesar disso, nem sempre é fácil defini-la ou delimitá-la uma vez que ela pode ser vista e entendida sob diversas perspectivas e até mesmo se autodefinir de diferentes maneiras. Porém, mais importante do que definir ou delimitar a comunidade científica, é compreender a função e o papel que

ela desempenha na comunicação científica, seja informal ou formal, principalmente em relação aos periódicos científicos.

Kuhn, cuja obra aborda a ciência da perspectiva histórica, define comunidade científica como aquela que recebeu educação e teve iniciação profissional similar, incluindo o acesso à mesma literatura. Por essa razão, compartilha dos mesmos conjuntos de crenças, valores e técnicas denominados paradigma, sem o qual cada pesquisador estaria isolado. Os membros da comunidade científica produzem e validam o conhecimento científico por meio da comunicação formal e informal. Sem o compromisso assumido e a adesão dos pesquisadores ao paradigma, no entanto, esse conhecimento sequer seria partilhado (KUHN, 1989).

Porém, segundo Storer, cada cientista define seu próprio grupo de pesquisadores cujos trabalhos considera estar relacionados com o seu. Apesar das organizações sociais em áreas de pesquisa, eles criam seus grupos a partir do hábito, pois cada um parece ter uma definição diferente a respeito de uma área de pesquisa. Mas, ainda assim, eles reconhecem um grupo de alta produtividade e com maior visibilidade que têm maior influência no crescimento e desenvolvimento do campo do que os grupos de referência individuais (STORER, 1966).

Merton (1973) acredita que a ciência, por ser uma atividade coletiva que está sob a mira constante, munuiu-se de uma estrutura social específica para proteger a si própria, o que faz dela uma instituição diferente de qualquer outra conhecida. Nesse sentido, a ciência possui um conjunto de normas e valores que rege o comportamento dos cientistas e as relações sociais entre eles que se denomina *ethos* científico. O *ethos* é internalizado pelos cientistas, transmitido por meio de exemplos e mantido por sanções. Cada uma de suas normas afeta em muito a comunicação científica, desde a produção até o processo de edição e avaliação pelos pares (*peer review*). As normas do *ethos* científicos, cujas iniciais em língua inglesa deram origem à sigla CUDOS, são as seguintes (MERTON, 1973b):

1) Compartilhamento (*communalism*): Todo conhecimento gerado a partir da pesquisa científica deve ser compartilhado e divulgado por meio da publicação científica aos demais pesquisadores e à sociedade. O conhecimento científico não pertence apenas ao pesquisador que o produziu, mas a toda a humanidade. Além disso, permite que outros pesquisadores façam uso das evidências de resultados de

estudos anteriores para desenvolver novas pesquisas e gerar novo conhecimento científico baseados nas evidências de resultados de pesquisas anteriores.

2) Universalidade (*universalism*): A objetividade e a neutralidade são premissas do desenvolvimento da pesquisa na ciência. Por isso, o conhecimento científico gerado deve ser submetido ao escrutínio dos pares na ciência e avaliado de forma igualmente objetiva e neutra. Particularismos, como características pessoais ou profissionais dos autores, relativismos, preconceitos ou critérios irrelevantes não podem influenciar nessa avaliação. Desse modo, toda e qualquer contribuição para a ciência deve ser examinada quanto ao seu mérito e, somente por essa razão, pode ser rejeitada para compor o arquivo da ciência.

3) Imparcialidade (*desinterestedness*): A pesquisa deve ser conduzida de forma objetiva, e o conhecimento dela gerado deve ser registrado de modo impessoal. Por isso, pesquisadores devem se opor a qualquer forma de subjetivismo ou passionalidade na ciência. Além disso, a ciência deve ser praticada como um fim em si mesmo pelo pesquisador que, por sua vez, não deve objetivar benefícios pessoais nem lucros materiais.

4) Originalidade (*originality*): os pesquisadores devem conduzir suas pesquisas para fazer descobertas, atingir resultados inovadores ou apresentar novidades em um campo da ciência e, rejeitando, com isso, qualquer forma de mera reprodução do conhecimento (ZIMAN, 1984)³.

5) Ceticismo sistemático (*scepticism*): O pesquisador deve não apenas desenvolver uma pesquisa, mas também todo o conhecimento gerado e submeter seus resultados para ser avaliado pelos demais pesquisadores de sua área ou campo do conhecimento. O pesquisador e seus pares na ciência devem duvidar, questionar e lançar um olhar crítico sobre qualquer pesquisa desenvolvida ou conhecimento gerado, inclusive durante o processo de edição científica.

As normas mertorianas, como ficaram conhecidas, causaram enorme impacto e foram alvo de um extenso debate entre os cientistas. Mas foi o próprio Merton que tratou de defendê-las das críticas de que eram estáticas e idealizadas ao admitir que há um conflito social envolvendo as disputas pela prioridade das descobertas e que dão aos pesquisadores reconhecimento e prestígio na ciência. (MERTON, 1973c).

³ O conceito de originalidade foi proposto por Ziman, mas utilizado posteriormente por Merton.

Além disso, a ciência possui uma organização social estratificada e suas normas costumam ser regidas por um sistema de recompensas bastante competitivo entre os pesquisadores. Por isso, os pesquisadores que têm mais prestígio e reconhecimento são também aqueles que recebem mais financiamento e prêmios na ciência, o que Merton denominou de efeito Mateus. O efeito Mateus também afeta a comunicação científica, pois uma contribuição ou publicação de um pesquisador com maior prestígio e status na carreira terá maior visibilidade. À medida que aumenta a quantidade de publicações, piora o efeito Mateus, já que os pesquisadores se tornam cada vez mais seletivos com relação ao que ler para se manterem atualizados em sua área ou linha de pesquisa. A consequência dessa concentração na ciência é a dificuldade de se criarem novos centros de excelência (MERTON, 1973a).

2.4.1 - Colégios invisíveis

Os membros da comunidade científica se inter-relacionam de diversas formas que não apenas aquelas diretas ou lineares entre pesquisadores do mesmo departamento acadêmico ou centro de pesquisa, da mesma área ou linha de pesquisa ou que publicam em um mesmo periódico científico. Essas relações acontecem por meio de comunicações informais ou entre pesquisadores de diferentes áreas e linhas de pesquisa, principalmente em campos multi e interdisciplinares. Por isso, nem sempre é simples identificar ou delimitar a comunidade científica que se forma por meio dos chamados colégios invisíveis. Mas, devido à sua importância para o desenvolvimento da ciência, alguns autores estudaram esse grupo específico da comunidade científica.

Em reforço ao papel da comunicação informal, Price (1968) resgatou e popularizou o termo colégios invisíveis que já era utilizado desde o século XVII por Robert Boyle da *Royal Society of London* para designar os grupos informais de cientistas que mantêm relações interpessoais ainda que não estejam próximos institucional e geograficamente. Price ampliou esse conceito para aqueles grupos de pesquisadores mais produtivos que trabalham em torno de um mesmo problema e estabelecem uma comunicação informal sobre o progresso de suas pesquisas. Eles são uma elite em determinada área do conhecimento (PRICE, 1968).

Crane (1969) considera a definição de colégios invisíveis de Price incompleta, pois ela não incluiu os diferentes tipos de relações sociais entre os membros do grupo. No entanto, a autora admite que existem muitas dificuldades em se estudar os colégios invisíveis, pois é complicado definir quem são os pesquisadores que trabalham com os mesmos problemas seja por estarem separados geograficamente e aderirem ao grupo de forma voluntária, seja pelas dificuldades em delimitar uma área de pesquisa que não está isolada de outras. Tanto a comunicação informal, quanto a formal, sobretudo as citações nestas últimas, são termômetros dessas relações sociais entre os cientistas. Mas a interação pode ocorrer até mesmo antes da publicação (CRANE, 1969).

Ao tentar testar a hipótese da existência dos colégios invisíveis, Crane (1969) concluiu que eles se organizam com base em diferentes tipos de laços sociais. Esses laços estão centrados em um número pequeno e produtivo de pesquisadores com variados tipos e graus de relações diretas e indiretas entre os seus integrantes internos e subgrupos. Apesar disso, as relações entre os pesquisadores de determinada área não são diretas, elas se dão por meio de seus membros mais influentes, que estão, no entanto, abertos a contribuições de integrantes externos. O relacionamento entre os pesquisadores que publicam é diferente daqueles entre os que não publicam na área. As relações entre os pesquisadores externos às áreas ocorrem por meio das publicações, e aquelas entre os internos, por meio dos contatos pessoais. A ausência de um colégio invisível ligando grupos de pesquisadores e colaboradores pode inibir o desenvolvimento de um campo (CRANE, 1972, 1969).

As comunidades científicas e as variações nos padrões de comunicação entre cientistas afetam inclusive o crescimento de uma área de pesquisa científica, do seguinte modo: a) no primeiro estágio de crescimento, descobertas interessantes atraem novos cientistas para a área; b) no segundo, os pesquisadores mais produtivos estabelecem prioridades para a pesquisa, recrutam e treinam estudantes e mantêm contato informal com outros membros da área provocando um período de crescimento exponencial nas publicações; c) no terceiro, as ideias seminais estão exauridas ou tornam-se difíceis de testar e, por isso, novos cientistas ficam menos propensos a entrar, e os antigos, a sair levando a um declínio gradual da quantidade de publicações e entre todos os membros da área (CRANE, 1972).

2.4.2 - Sujeitos da edição científica

A comunidade científica recebe benefícios, mas também possui responsabilidades específicas durante o processo editorial. Nesse processo, os pesquisadores não apenas atuam como especialistas em suas áreas do conhecimento ou linhas de pesquisa, mas precisam dominar as regras da comunicação científica, principalmente dos periódicos científicos que envolvem a avaliação pelos pares (*peer review*). Isso faz dos membros da comunidade científica, seja na condição de autores, editores ou avaliadores de artigos, sujeitos ativos não só do processo de edição científica, mas também de toda a comunicação científica (MEADOWS, 1999).

2.4.2.1 - Autores

Ser reconhecido como autor de uma publicação é uma importante recompensa para qualquer pesquisador. Significa participação no mercado editorial e produtividade, além de conexão com leitores (HENDERSON, 2002). A comunidade científica sofre grande pressão para produzir e, com isso, a publicação se tornou uma prioridade na carreira do pesquisador. Mas, para passar no crivo dos editores e avaliadores é preciso que o trabalho tenha sido desenvolvido dentro de padrões científicos rigorosos e ter sido conduzido de forma ética, tanto no desenvolvimento da pesquisa quanto na redação do artigo (WELLER, 2001).

Por isso, a submissão de artigos a um periódico implica em obrigações e responsabilidades para o autor, tais como: a) a pesquisa cujos resultados geraram o artigo deve ter sido conduzida dentro do maior rigor científico, isto é, não pode ter sido realizada de forma fraudulenta e desonesta, nem ter sido fabricada e falsificada; b) o artigo deve ser original e os créditos a trabalhos prévios devem estar todos citados; c) o artigo deve introduzir alguma novidade e ser relevante para o periódico; e d) o artigo deve ser inédito e não pode ter sido submetido a nenhum outro veículo de comunicação previamente. Condutas que firmam esses valores não podem ser negligenciadas pelos editores dos periódicos que devem adotar desde medidas de

prevenção até políticas de sanção a essas práticas, incluindo, porém, atitudes de tolerância aos casos de erros involuntários (HAMES, 2007).

2.4.2.2 - Editores

Editores são responsáveis pelo periódico em diversos aspectos, desde o desenvolvimento da política e linha editoriais até a tomada de decisão sobre o que publicar. Ao ocuparem essa posição estratégica, precisam conjugar a independência editorial com a transparência de suas ações e decisões diante dos autores, avaliadores e leitores. Autores devem ter garantias de que seu trabalho será avaliado de forma objetiva e que todas as informações nele contidas permanecerão confidenciais. Devem ainda, ser informados e esclarecidos sobre as etapas do processo de avaliação pelos pares (*peer review*) e sobre a tomada de decisão relativa à publicação ou rejeição de seu artigo. Avaliadores devem atuar dentro de sua área e especialidade e ser orientados com relação à política editorial e ao tipo de avaliação pelos pares (*peer review*) adotado, assim como sobre a linha editorial e os objetivos do periódico. Leitores, por sua vez, devem confiar que aquilo que leem no periódico é uma contribuição de qualidade e honesta para a ciência (ABEL, 2002; CURTIS, 1993; HAMES, 2007; WILLIAMS, 1993).

No entanto, o ambiente cada vez mais especializado da edição científica demanda a qualificação, profissionalização e especialização do editor científico tanto com relação à criação de padrões de qualidade para a publicação como na seleção do que será publicado. Por isso, deve conhecer muito bem e estar atento às mudanças de sua área ou campo de conhecimento para editar os artigos, prover o público-alvo de uma massa crítica e relevante de informação e, com isso, ter a capacidade de colaborar com a comunidade científica. Desse modo, acaba se tornando a melhor fonte de informação em sua área de especialização (ARONSON, 1993; DILL, 2002; HAMES, 2007; MEADOWS, 1999).

Nessa linha de raciocínio, Crane (1967) mostra o papel central que os editores ocupam ao atuarem como *gatekeepers* da ciência nos periódicos científicos, pois selecionam a informação e validam o conhecimento que irá circular entre os

membros de determinada comunidade científica (CRANE, 1967). A função de *gatekeepers* dos editores acontece também de forma indireta ao selecionarem os avaliadores dos artigos. Avaliadores, por sua vez, formam um grupo de *gatekeepers* ligado aos editores, muito embora, estes nem sempre provejam os avaliadores de critérios de análise dos artigos ou sequer sigam suas recomendações para a seleção do que publicar. O que não quer dizer que essas recomendações não tenham valor na edição científica (MEADOWS, 1999).

2.4.2.3 - Avaliadores

A avaliação dos originais submetidos ao periódico é feita pelos chamados pares na ciência que devem ser especialistas em seu conteúdo e membros externos ao periódico. Devido ao grande número de artigos submetidos e ao alto grau de especialização na ciência, essa avaliação não é feita exclusivamente pelo editor. Nesse sentido, avaliadores formam um grupo de *gatekeepers* com características particulares, pois embora não sejam os responsáveis pela tomada de decisão sobre o que publicar, têm acesso a informações privilegiadas durante a avaliação (MEADOWS, 1999).

Diante disso, avaliadores devem fazer um exame objetivo sobre o mérito dos artigos e respeitar a confidencialidade das informações neles contidas. Ao realizarem uma análise mais detalhada do que a dos editores, têm a responsabilidade de registrar em seus pareceres qualquer forma de plágio, fraude ou má conduta do pesquisador, se for o caso. Qualquer que seja seu conteúdo, o parecer deve ter um caráter construtivo (HAMES, 2007).

2.5 - Relações sociais e disputas políticas na ciência

2.5.1 - Kuhn e relações sociais na ciência

Kuhn, em seus estudos sobre a história da ciência, enfatizou a integração das atividades sociais na ciência. Para ele, a ciência começa com um paradigma em que a comunidade científica acredita em padrões comuns, em exemplares e em uma matriz disciplinar. Conceitualmente, os padrões comuns são as crenças, normas e valores partilhados; os exemplares são aqueles problemas concretos utilizados pelos cientistas como modelos nas investigações e a matriz disciplinar são os conceitos, teorias e metodologias adotados pela comunidade científica em uma área ou campo do conhecimento. Não há paradigma sem um grupo de aderentes e um conjunto de problemas. (KUHN, 2003; PINCH, 1997).

No estado da ciência normal a comunidade científica trabalha dentro do paradigma e existe um consenso entre seus membros que tentam resolver o quebra-cabeça da ciência por meio da solução de seus problemas. Quando as peças desse quebra-cabeça não se encaixam mais, começam a surgir as anomalias que ameaçam o consenso entre os cientistas e os problemas de pesquisa passam a não ter solução dentro do paradigma. Se o número dessas anomalias é muito grande, o paradigma entra em crise e, apenas então, os cientistas se engajam em discussões sobre o futuro do campo. Os paradigmas não são necessariamente rejeitados quando emergem as anomalias e, nem tampouco, uma revolução científica ocorre quando os pesquisadores rejeitam um paradigma, isso apenas acontece quando surge uma alternativa viável de um novo paradigma em substituição ao antigo (KUHN, 2003).

A revolução na ciência é relativamente rápida e irreversível, mas não consiste apenas em um processo em que ideias e conceitos mais exatos substituem seus predecessores. Essa revolução, ou desenvolvimento, é uma transição da ciência imatura para a ciência madura e acontece apenas quando os cientistas alcançam um acordo sobre temas fundamentais o que pode se constituir em uma nova disciplina. Mas, controvérsias que não são resolvidas por muito tempo podem afetar o padrão de crescimento do conhecimento em uma área de pesquisa. Segundo Kuhn, quando

dois paradigmas confrontam o mesmo problema de pesquisa, o período de crise costuma ser longo (KUHN, 2003).

Kuhn fala em conversão quando um pesquisador adere a um novo paradigma e passa a ver o mundo de um jeito sistematicamente diferente. Essa ideia provocou debates entre muitos pesquisadores críticos de Kuhn que, segundo eles, tinha uma visão dogmática sobre a ciência e missionária sobre o papel dos cientistas. Mas, o autor se defendeu das críticas, dizendo que o paradigma e a ciência normal existem para proteger a autonomia da ciência dos políticos que queiram convertê-la em seu interesse. Além disso, às críticas quanto à sua visão historicista de que cada fase da ciência sucede à outra, afirmou que a revisão dos paradigmas não acontece apenas durante as revoluções, mas também no período de ciência normal uma vez que as matrizes disciplinares não são estruturas sem ambiguidades, fixas ou imutáveis. Além disso, argumentou que, nem na ciência normal, nem no período de revolução científica, há unanimidade entre os cientistas. O pluralismo científico emerge nos domínios especializados de investigação, cada um controlado por seu próprio paradigma (KUHN, 1977b, 2003, 1970b, 1977a).

Por fim, o autor admite que essa ideia de ciência normal e paradigmática é mais compatível com o desenvolvimento das ciências naturais. Algumas áreas e campos, sobretudo nas ciências sociais, podem não obedecer a esse padrão, pois não possuem apenas um paradigma em vigor, seus membros não acordam sobre problemas importantes e os métodos para resolvê-los não são cumulativos. Ao invés de crescerem um sobre o trabalho do outro, os pesquisadores continuamente disputam sobre as interpretações teóricas. Nesses casos, fatores sociais como o recrutamento de novos cientistas pode ser muito mais importante do que fatores cognitivos para o desenvolvimento do campo. (KUHN, 2003).

2.5.2 - Bourdieu e a dimensão política da ciência

Pierre Bourdieu lança um olhar crítico sobre o que, segundo ele, é uma visão ingênua da ciência e da comunidade científica, pois entre outras coisas, a teoria do conhecimento tem uma dimensão política por impor princípios da construção da

realidade, em particular, da realidade social (FOSTER, 1986). Ao descrever a dimensão política da ciência, Bourdieu introduz a noção de campo científico como um espaço social onde ocorrem as disputas e pressões sob diversas perspectivas que vão do conhecimento às publicações, passando pela comunidade científica. Essas disputas e pressões são internas e externas ao campo científico e, na realidade, funcionam como a engrenagem tanto para a formação quanto para o desenvolvimento da ciência.

Da perspectiva de Bourdieu (1989), a ciência é um espaço social como qualquer outro, mas possui uma estrutura e obedece a leis sociais mais ou menos específicas. Nesse espaço, que ele chama de campo científico, as posições dos atores sociais são fixas e determinam as relações entre eles. Tais atores, que no campo científico são os cientistas, constroem a realidade social e agem de acordo com os interesses e pontos de vista que queiram conservar ou transformar. Por isso, para compreender um campo social, seja ele científico ou não, é preciso apreender os sistemas simbólicos da realidade social, isto é, as formas de classificação do mundo presentes nas crenças, nos atos e nos discursos, as quais são construídas socialmente pelos próprios atores sociais do campo. (BOURDIEU, 1989).

Ao poder de construção da realidade que transmite a aparente objetividade de sentido de mundo dentro do campo, Bourdieu (1989) dá o nome de poder simbólico. Esse poder permite que os sistemas simbólicos, que são instrumentos de integração social, sejam estabelecidos de forma legítima, sem o uso da força ou da coação, graças a sua capacidade de mobilização dos atores sociais, estabelecendo entre eles a solidariedade, o consenso, o conformismo e uma concepção homogênea diante de um sentido imediato do mundo. Essa solidariedade permite a reprodução da ordem social e, portanto, contribui para uma integração moral dos atores sociais (BOURDIEU, 1989).

Porém, a distribuição desigual do capital social entre os atores de um campo é o que permite que nele se manifestem as relações de poder. As diferentes classes sociais, distinguidas pela posse desse capital social, envolvem-se numa luta simbólica na tentativa de impor seus interesses, visões, pontos de vista e até mesmo uma definição do mundo social. Por isso, todo campo é um campo de forças e lutas entre os atores sociais para conservar ou transformar as relações de dominação. A

classe dominante exerce o domínio e a classe dominada quer ascender à essa mesma posição de legitimação de poder no campo (BOURDIEU, 1989, 2004).

No campo científico, o que comanda os pontos de vista, as intervenções científicas, os lugares de publicação e os temas é a estrutura das relações entre os agentes sociais, a posição que ocupam e a distribuição de capital científico entre eles. Nesse sentido, os pesquisadores pautam o que é importante para a ciência e a pesquisa científica em determinado momento. Além disso, esses agentes sociais na ciência, que são ao mesmo tempo pares e concorrentes entre si, criam regras e leis e reconhecem a autoridade e a competência dentro do campo. Por isso, no campo científico, como em qualquer outro campo, os pesquisadores travam disputas para conservar ou transformar essas relações de forças de dominação do capital científico (BOURDIEU, 2004, 2002; ORTIZ, 1983).

Por possuir leis sociais, objetivos e práticas específicas, o campo científico tem suas particularidades quanto às regras de convivência, aos compromissos, às alianças, às concorrências, aos conflitos e às disputas; além de gozar de relativa autonomia com relação às pressões de ordem social, política e econômica. No campo científico, as pressões externas são retraduzidas de formas também específicas, muito embora não exista nem campo totalmente autônomo nem ciência totalmente pura ou imune às pressões externas. (BOURDIEU, 1989, 2004; MATON, 2005).

Os pesquisadores que dominam melhor as leis específicas da realidade do campo científico têm mais vantagens sociais, o que é um fator determinante para as diferenças nas carreiras científicas. Esse domínio depende da origem social e escolar do pesquisador que, com base nela, interioriza normas e valores sociais e passa a pautar sua conduta, comportamento e ações no interior do campo. A essa força conservadora, que é fruto de um longo processo de socialização, Bourdieu denomina *habitus*. Por meio do *habitus*, os pesquisadores estão aptos a contribuir para a reprodução do capital científico (BOURDIEU, 1989; BOURDIEU, 1983a; ORTIZ, 1983; VASCONCELOS, 2002).

Para Bourdieu, o *habitus* é uma subjetividade socializada, isto é, há uma relação tal entre o indivíduo e a sociedade de modo que a subjetividade do indivíduo está social e coletivamente estruturada. Mas, apesar de contribuir para uma certa homogeneidade no modo de pensar e agir dos agentes sociais em um campo, o *habitus* não é sinônimo de conservação e reprodução. Há uma predisposição à

consciência, à reflexão e à reação às práticas e, portanto, uma contribuição para as transformações delas (BOURDIEU, 1983b; SETTON, 2002).

Bourdieu ressalta, no entanto, que as relações visíveis entre os sujeitos da comunidade científica, sobretudo entre os autores e entre os autores e os editores durante o processo de comunicação científica, disfarçam as relações objetivas entre as posições ocupadas por eles, que determinam a forma de tais interações. Diante disso, o autor pretende ressaltar a importância da comunicação científica para a reprodução social do conhecimento na ciência, principalmente com relação ao papel dos autores, que são a elite produtiva de um campo científico e, sobretudo, dos editores que costumam ter grande influência e poder de decisão sobre as regras, os padrões e o próprio conteúdo a ser publicado em cada campo específico (ORTIZ, 1983).

2.6 - Bioética

2.6.1 - Da origem à institucionalização do campo

A origem do termo bioética data da década de 1970 quando o médico Van Rensselaer Potter propôs um movimento global que integrasse o meio ambiente e o conhecimento biológico à ética e aos valores humanos. Posteriormente, ele sugeriu a criação de uma nova ciência, denominada bioética, que reunindo as ciências e humanidades, com especial ênfase para a filosofia, seria uma saída para salvar a humanidade dos perigos de extinção e melhorar a qualidade de vida no planeta. Na visão de Potter, o futuro do planeta dependia de que o desenvolvimento científico estivesse atrelado ao julgamento ético dos indivíduos, pois os cientistas haviam se tornado incapazes de tomar decisões com base em valores humanitários. Por isso, ele defendia a democratização do conhecimento científico, muito embora, essa ética aplicada dependesse muito mais do respeito a valores humanos do que propriamente do conhecimento (LEVINE, 2007; POTTER, 1971.; POTTER, 1970).

Como campo científico, a bioética deu seus primeiros sinais de vida em fins da década de 1950 e início de 1960. De um lado, foi impulsionada pelos movimentos civis que eclodiam quase ao mesmo tempo em diversos países do mundo para reivindicar direitos sociais, políticos e econômicos e que punham em xeque a autoridade estabelecida em várias esferas da vida. De outro lado, foi estimulada pelos avanços tecnológicos aplicados à medicina, que asseguravam melhores condições de vida à população e contribuíram para que os pacientes começassem a desafiar a autoridade dos médicos, que antes eram os únicos a ter o controle sobre a informação médica e o poder de decisão sobre a vida e morte do paciente. Aliaram-se, a essas razões, as denúncias das atrocidades das pesquisas envolvendo seres humanos realizadas por médicos. Cabe ressaltar, que a medicina tem uma longa tradição de se ater a questões éticas e de associar o discurso moral ao discurso médico que, entretanto, precedem o surgimento da bioética (JONSEN, 2003, 2000; LEVINE, 2007; PELLEGRINO, 2003).

Dois institutos de ensino e pesquisa fundados nos Estados Unidos deram início à fase de institucionalização e academicização da bioética. Em 1969, foi o *Institute of Society, Ethics, and the Life Sciences*, transformado posteriormente em *the Hastings Center*, localizado no estado de Nova York. Desde sua criação, *The Hastings Center* é formado por pesquisadores reunidos por interesses comuns, mas sem afiliação acadêmica. Em 1971, foi fundado *the Kennedy Institute of Ethics* em Washington (DC), formado por pesquisadores que trabalhavam mais ou menos independentemente um dos outros, mas que eram afiliados à *Georgetown University*. Ambos institutos eram compostos de profissionais das áreas de teologia, filosofia e medicina e almejavam, ao menos em tese, uma bioética cuja identidade fosse internacional, interdisciplinar e plural (LEVINE, 2007; WALTERS, 2003).

Com o impulso das questões acumuladas nas décadas anteriores por médicos e pesquisadores, as décadas de 1980 e 1990 marcaram a difusão da bioética em todo o mundo. As questões relacionadas à saúde, à doença e ao bem-estar sempre estiveram em pauta ao longo da história da humanidade, porém o debate bioético foi reforçado pelo advento das novas tecnologias aplicadas ao campo da saúde. Entre essas tecnologias, incluía-se a engenharia genética e suas promessas de previsão, prevenção, tratamento e cura de determinadas enfermidades que acometem indivíduos, famílias e grupos sociais, além da reprodução humana assistida e

clonagem. Esses fenômenos estenderam o interesse dos governos sobre as questões bioéticas que, por sua vez, ampliaram o debate para a ética pública. Esse período também foi marcado pela urgência de incorporar a participação de grupos sociais em condições de vulnerabilidade nos debates bioéticos (DINIZ, 2002.; JONSEN, 2003; KLEIN, 2003).

No Brasil, três eventos durante a década de 1990 marcaram a institucionalização da bioética que foram o lançamento da Revista Bioética, pelo Conselho Federal de Medicina; a criação da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) que visava agregar os pesquisadores e difundir a bioética brasileira; e, por fim, a instituição da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) que regulamenta e fiscaliza os comitês de ética em pesquisa (CEPs) com o objetivo de acompanhar as pesquisas envolvendo seres humanos, à luz dos princípios éticos da teoria principialista (DINIZ, 2002).

2.6.2 - A comunidade científica do campo

A institucionalização, a academicização e o desenvolvimento da bioética enquanto campo científico têm aumentado tanto a atuação da comunidade científica em consultas a comitês de ética hospitalares ou de pesquisa, como sua participação em debates públicos e em comissões nacionais. A formação do profissional no campo da bioética tem contribuído para o reconhecimento da autoridade e legitimidade de um profissional para atuar nessas diversas frentes. Porém, os sujeitos envolvidos no desenvolvimento do campo não estão restritos aos profissionais de saúde ou a quaisquer paladinos de dogmas morais, tais como os religiosos em larga medida e, em alguns casos, os próprios cientistas (ANDRE, 2002; ELLIOTT, 2007).

A figura do bioeticista como profissional exclusivo com autoridade para pesquisar, ensinar, emitir opiniões e servir de guia burocrático que propõe soluções éticas para conflitos morais tornou-se obsoleta. A autoridade desses profissionais oriundos das mais diversas áreas consiste no fato de terem sido educados para o exercício da crítica, de estarem familiarizados com a literatura especializada e de

desenvolverem pesquisa. A todos eles, é legítimo atuar, produzir e publicar no campo. Para fugir do rótulo de normatizadores e missionários dogmáticos, esses profissionais buscam agir em respeito à soberania das escolhas e decisões dos indivíduos ou de seus representantes e rejeitam a denominação de bioeticista. Entretanto, seu trabalho tem forte viés político. E, dessa perspectiva, eles devem atuar como agentes de mudança e não apenas transmitir normas social ou moralmente aceitas, mas estar preocupados em criticá-las e transformá-las (ANDRE, 2002; ELLIOTT, 2007).

A comunicação e convivência entre os profissionais da área de bioética não costuma ser fácil ou pacífica. Em primeiro lugar, porque eles são originários de diferentes áreas ou campos do conhecimento. Desde o início há tensão entre os profissionais de saúde e os “estrangeiros”, isto é, provenientes de outras áreas. Aqueles acreditam que têm uma visão privilegiada sobre a medicina, os hospitais e seus pacientes; e estes acham que sua visão é mais objetiva justamente porque não são do campo. Os cientistas sociais, por sua vez, clamam por maior rigor teórico e metodológico na argumentação e fundamentação dos saberes bioéticos. E o dissenso entre filósofos e teólogos se reproduz no debate polarizado entre os que têm uma visão religiosa e politicamente conservadora e os que têm uma visão secular e politicamente liberal. Por fim, discordam aqueles que adotam um ponto de vista mais elitizado dos que têm um ponto de vista mais popularizado, sobretudo diante do desafio de explicar temas complicados e difíceis com o crescente interesse da mídia e da população sobre as questões bioéticas (LEVINE, 2007).

Diante disso, o vocabulário específico da bioética é uma das ferramentas fundamentais que esses profissionais precisam dominar para poderem dialogar e melhorar a comunicação entre si. A maior dificuldade não é aprender os termos e seus conceitos já que a maior parte deles migrou de vários campos distintos, tais como a filosofia, a antropologia e as ciências médicas e práticas biomédicas e, por isso, está imersa nessas realidades. O desafio é justamente delimitá-los e dar-lhes sentido a partir da perspectiva da bioética. Os limites teóricos da bioética ainda são relativamente frágeis, pois há um movimento de acomodação dos profissionais no campo, quase todos sem formação específica e originários de outras áreas, cada um com suas próprias práticas, objetivos e padrões de excelência (ANDRE, 2002).

No Brasil, a primeira geração da bioética brasileira era composta por médicos sem qualquer formação básica no campo, mas que conduziam seus estudos e pesquisas como consequência imediata da maturidade do exercício de suas profissões médicas e práticas biomédicas. Posteriormente, o movimento de academicização da bioética brasileira foi realizado por intermédio dos teólogos, tendo sido estes os responsáveis pelos primeiros programas de pós-graduação e mestrado do campo no país (DINIZ, 2008b, 2002). No entanto, a década de 2000 tem sido marcada pela consolidação da bioética como um novo campo do conhecimento, inclusive no que diz respeito à criação de um senso de organização entre a comunidade científica. Contribuíram para isso não apenas a inauguração de novos cursos de mestrado e doutorado em instituições de ensino superior laicas, mas também a formação e especialização dos primeiros pesquisadores profissionais, além da incursão da integração da bioética com outros campos, tais como as ciências sociais e humanidades, sobretudo a filosofia, antropologia e sociologia.

2.6.3 - A academicização do campo

Dois trabalhos que guardam estreitas relações entre si e foram considerados seminiais e marcaram a academicização da bioética. Em 1978, foi divulgado *The Belmont Report (Relatório Belmont)* um documento produzido após quatro anos de intensos trabalhos pela *National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research (Comissão Nacional para a Proteção de Sujeitos Humanos na Pesquisa Biomédica e Comportamental)*, que foi criada pelo governo dos Estados Unidos, motivado pelas denúncias das atrocidades em pesquisas envolvendo seres humanos realizadas por médicos (DINIZ, 2002.; REICH, 1995a).

O Relatório Belmont reuniu três princípios éticos considerados universais e harmônicos entre si e, por isso mesmo, capazes de dirimir os conflitos morais relacionados à pesquisa científica envolvendo seres humanos: a) o respeito pelas pessoas, seja no reconhecimento da autonomia dos indivíduos, seja na proteção de indivíduos sem autonomia; b) a beneficência, em respeito ao bem-estar dos sujeitos

que participam de experimentos e c) a justiça, como forma de garantir a cada sujeito a equidade social, ou seja, de assegurar que as diferenças de gênero, classe, etnia ou religião não justificam as desigualdades sociais e de oportunidades (DINIZ, 2002.; REICH, 1995a).

Pouco tempo depois, Tom Beauchamp e James Childress apresentaram a primeira e principal teoria da bioética. A chamada teoria principialista propunha que os conflitos morais envolvendo a prática médica, a oferta de serviços de saúde e as pesquisas médica e biológica poderiam ser mediados por quatro princípios éticos: o respeito à autonomia, à beneficência, à não-maleficência e à justiça⁴. Segundo Beauchamp e Childress, os quatro princípios não eram construções filosóficas, mas normas já contidas na moralidade pública. Às críticas de que a teoria principialista era normativa e atendia aos valores de membros de uma sociedade anglo-saxã, os autores se defendem dizendo que os princípios são universais, mas admitem a diversidade em culturas locais, institucionais, devendo ser aplicados de forma casuística, isto é, caso a caso (BEAUCHAMP, 2003; BEAUCHAMP, 1978; CHILDRESS, 2003).

No entanto, a partir da década de 1990 os princípios éticos da teoria principialista começaram a ser colocados em xeque ao receber inúmeras críticas. As inúmeras críticas a eles trouxeram uma nova identidade à bioética, pois até então, a teoria principialista era confundida com a própria disciplina. Algumas dessas críticas foram produzidas pelos países periféricos, ou seja, por aqueles fora do eixo central onde estão os locais de nascimento e consolidação da bioética. Enquanto os países centrais continuam a ser os maiores exportadores de teoria bioética, os países periféricos têm contribuído com reflexões multiculturalistas para o desenvolvimento do campo ao pôr à prova a visão hegemônica da teoria principialista e seus princípios éticos universais e transculturais. Essas reflexões pontuam que os princípios éticos só terão eficácia para mediar os conflitos morais em saúde caso

⁴ Os princípios da teoria principialista são bastante similares aos do Belmont Report (Relatório Belmont), pois Tom Beauchamp compôs a partir de 1976 e junto com outros profissionais a *National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research* (Comissão Nacional para a Proteção de Sujeitos Humanos na Pesquisa Biomédica e Comportamental) Mas, segundo Childress e Beauchamp eles já haviam começado a trabalhar nesses princípios desde 1975, apesar de *Principles of Biomedical Ethics* ter sido publicado no ano de 1979.

expostos ao contexto sociocultural de cada povo ou grupo social em diferentes países (DINIZ, 2002).

A bioética surgiu, portanto, como um novo campo do conhecimento que abrange não apenas aspectos desde o ensino até a pesquisa, mas também a política e o ativismo social. Apesar das influências teóricas, metodológicas e epistemológicas externas, a bioética tem características próprias, bem como objetivos e padrões de excelência específicos que são diferentes daqueles dos demais campos. Grosso modo, as características da bioética são a multidisciplinariedade, o culturalismo, o relativismo e o pluralismo (ANDRE, 2002; ENGELHARDT Jr., 2007; PARKER, 2007).

No Brasil, a bioética brasileira passou por algumas conquistas acadêmicas, incluindo a infraestrutura de ensino e pesquisa, como a discussão sobre a criação de cursos de graduação; a especialização, o mestrado e, mais recentemente, o doutorado especializado no campo; a criação de núcleos e centros de pesquisa vinculados a institutos ou departamentos de saúde ou interinstitucionais; as diversas linhas e grupos de pesquisa estabelecidos nas instituições de ensino superior ou cadastrados junto à Capes; o lançamento de ao menos mais um título de periódico especializado que foi a *Bioethikos*, editado pelo Centro Universitário São Camilo; a ocorrência de inúmeros eventos científicos especializados de abrangência nacional, regional e internacional; e a Cátedra concedida pela Unesco à Universidade de Brasília.

2.6.4 - A comunicação científica no campo

Na década de 1970, a comunidade científica estadunidense começou a produzir e a publicar os primeiros trabalhos que comporiam a literatura especializada e ajudariam a desenvolver o campo da bioética. Em 1975 e 1979, respectivamente, foram criados os primeiros periódicos científicos em língua inglesa que ligavam medicina e ética, denominados *The Journal of Medicine and Philosophy* e *Theoretical Medicine and Bioethics* (WALTERS, 2003). Por iniciativa do *Kennedy Institute of Ethics* foram publicadas as primeiras edições da

Encyclopedia of Bioethics (Enciclopédia de Bioética) e a *Bibliography of Bioethics* (Bibliografia de Bioética), ambas em 1978. E em 1974 e 1975, a *Library of Bioethics* também do *Kennedy Institute of Ethics* começou a elaborar o primeiro *Bioethics Thesaurus* (Tesauro de Bioética) que inicialmente possuía aproximadamente 500 termos e tinha o objetivo de indexar as referências bibliográficas da *Bibliography of Bioethics* (Bibliografia de Bioética). Atualmente, o tesauro contém mais de 700 termos e é traduzido para diversas línguas com o intuito contribuir para o tratamento de informação especializada em todo o mundo. (LEVINE, 2007; WALTERS, 2003).

Essas publicações e, em particular, a *Encyclopedia of Bioethics* foram idealizadas e, ainda hoje, são desenvolvidas e atualizadas por um conjunto de profissionais que incluem desde alguns dos expoentes da bioética até bibliotecárias. Por isso, contribuem para a organização do conhecimento científico produzido no campo, a delimitação de seu escopo e suas fronteiras epistemológicas e a articulação de padrões acadêmicos para a bioética. Segundo Reich (2003), a primeira edição da enciclopédia tinha a função de formar o campo e a segunda edição iniciou o processo de refletir o campo que já estava em processo de desenvolvimento. Ele faz um balanço dos verbetes que foram negligenciados, tais como todos os temas relacionados a criança e exemplifica alguns que tiveram que ser incluídos ao longo das edições, tais como aqueles relacionados ao terrorismo e aos problemas práticos que afetam a saúde das populações e sociedades. Alguns tópicos parecem indicar não só as preocupações futuras da bioética, mas também temas que poderão ou não mudar os rumos do campo, tais como: saúde pública e coletiva, ética feminista e a ética do cuidado, vulnerabilidade, religião e globalização ou ética global (REICH, 2003).

Nas décadas seguintes, após o surgimento das publicações seminais, foram lançados diversos títulos especializados em bioética em língua inglesa e em outras línguas. Porém, uma análise da distribuição internacional dos principais periódicos do campo a fim de avaliar o impacto dos países no desenvolvimento da bioética concluiu que ela é dominada pelos países de língua inglesa, sobretudo Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Austrália. Por isso, a maior parte dos temas dos artigos reflete os debates e temas éticos de interesses dos países desenvolvidos. A produtividade dos autores dos países em desenvolvimento nos principais periódicos

do campo é baixa devido a barreiras como língua, escassez de financiamento de pesquisa, reduzido acesso aos periódicos internacionais e problemas relacionados aos conselhos editoriais dos periódicos. Além do que os nativos em língua inglesa estão em vantagem já que essa é considerada a língua oficial da ciência (BORRY, 2006).

No entanto, apenas com o surgimento dos primeiros títulos especializados, começaram a ser propostos os mecanismos de avaliação e eleição do que é pertinente e relevante para a área. Os meios de comunicação e fontes de informação científica, principalmente os periódicos, possuem suas próprias convenções que variam conforme do campo. A bioética precisa criar as suas próprias convenções e, para isso, pode conjugar algumas diferenças entre a filosofia e a área médica no que diz respeito às publicações especializadas, por exemplo. De qualquer forma, os autores, editores e avaliadores dos periódicos precisam estar conscientes dessas convenções na hora de selecionar o que será publicado, pois eles possuem competência e legitimidade para traçar os recortes e eixos epistemológicos de sua área de especialidade. São capazes, por meio das atividades de publicação, de expor de maneira dinâmica aquilo que está contido na literatura especializada, relatando os temas, os assuntos, os debates, as críticas e os percursos teóricos e metodológicos que a disciplina está tomando (ANDRE, 2002; LINDEMANN, 2007).

No Brasil, após a incursão da bioética no ambiente acadêmico, apareceram as primeiras publicações sobre o tema. Essas publicações continham desde abordagens teóricas até aplicadas aos assuntos de interesse específico da bioética, mas eram principalmente obras de natureza compilatória que reuniam um grupo de pesquisadores com diferentes abordagens sobre um tema específico (DINIZ, 2002). A análise dos dados compilados na *Bibliografia Bioética Brasileira: 1990-2002* mostra que as áreas do conhecimento com maior produção no campo da bioética no país eram, até então, as ciências da saúde, as ciências sociais, a filosofia, o direito e a teologia. Os assuntos mais pesquisados eram aborto, AIDS, alocação de recursos, código de ética, comissão de ética, comitê de ética em pesquisa, contracepção, doação e transfusão de sangue, doação e transplante de órgão e tecido, erro médico, ética médica, eutanásia, pesquisa em seres humanos, genética, relação profissional-paciente, reprodução humana assistida, saúde sexual e reprodutiva e

transexualismo. A maior parte deles havia sido publicada em forma de livros e artigos de periódicos e eram raras as dissertações e teses (BRAGA, 2002).

Atualmente, a bioética brasileira se encontra em fase de consolidação, passadas as fases iniciais de institucionalização e academicização do campo. Diante disso, a produção de uma nova bibliografia e a análise de seus dados resultaria em outras interpretações, principalmente com relação às áreas do conhecimento, aos assuntos de maior concentração ou aqueles negligenciados e às perspectivas teóricas ou metodológicas sob as quais eles vêm sendo tratados pela comunidade científica. Porém, não é necessária uma análise mais profunda para perceber que a bioética fez avanços no tocante à aceitação deste como um novo campo científico a ponto de reunir os elementos necessários para o ensino e a pesquisa.

Por todo o exposto, Evans (2007) argumenta que ainda é difícil estabelecer os limites disciplinares da bioética. Não apenas por sua natureza multidisciplinar, mas porque existe uma disputa acirrada entre os campos envolvidos na constituição dos saberes bioéticos. Os interesses dos estrangeiros neste campo são de ora chamar para si a autoridade e ter legitimidade de falar em nome do campo, ora ditar normas. Dentre um dos grandes desafios da bioética está a definição do objeto de estudo, os limites disciplinares, as ferramentas e habilidades necessárias aos profissionais, o jargão e o corpo teórico. Isso tudo sem contar com uma infraestrutura suficiente, que envolve desde cursos de formação, centros e grupos de pesquisa e editoras e periódicos que publiquem informação especializada na área, para acompanhar o crescimento. Mas, é justamente a partir da compreensão desse quadro que será possível estabelecer a consolidação acadêmica e institucional da bioética (EVANS, 2007). Esta é, senão uma tentativa de contribuir para compreender esse quadro, ao menos da perspectiva da comunicação científica da bioética brasileira.

Capítulo III

3 - METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 - Uma pesquisa social com os periódicos científicos brasileiros

O objeto de estudo desta pesquisa são os periódicos científicos brasileiros que publicam e editam artigos sobre bioética. Por isso, o primeiro passo metodológico foi a identificação desses periódicos e, paralelamente, da comunidade científica que neles edita e publica artigos nesse campo. As características das políticas e linhas editoriais assim como da atuação profissional e acadêmica, respectivamente, são aspectos formais dos periódicos e da comunidade científica, mas que forneceram os elementos iniciais necessários à compreensão do fluxo de edição científica dos artigos sobre bioética (CHIZZOTTI, 2006).

O fluxo da edição científica inclui desde a submissão dos artigos pelos autores até a revisão pelos avaliadores e a seleção pelos editores, além da criação e manutenção das linhas e políticas editoriais dos periódicos. Diante disso, o passo seguinte foi a consulta aos autores, editores e avaliadores quanto a suas experiências e reflexões sobre as atividades que desempenham durante o fluxo da edição científica dos artigos sobre bioética. O estudo desse fluxo permitiu identificar não apenas as atividades desenvolvidas pela comunidade científica junto aos periódicos, mas principalmente as relações sociais e as disputas políticas que ocorrem entre os seus membros.

A fim de abordar as distintas perspectivas, revelar as principais questões e problemas à luz de novos olhares e cobrir a extensão, especificidade e diversidade da edição científica dos artigos sobre bioética nos periódicos brasileiros, optou-se por uma pesquisa social de caráter exploratório (GOLDENBERG, 2003.; MARTINS, 2007) que reuniu o uso de técnicas de questionário e de entrevista e, com isso, a

coleta de dados quantitativos e qualitativos. Esses foram os elementos necessários à análise e interpretação do papel dos periódicos científicos na delimitação e no desenvolvimento desse campo emergente que é a bioética brasileira.

3.2 - Um estudo de caso sobre a bioética

A bioética é um campo jovem e em ascensão, que possui natureza multi e interdisciplinar. Estuda temas controversos e de interesse tanto para a sociedade em geral como para um público amplo e diversificado com diferentes inserções acadêmicas e experiências profissionais, incluindo pesquisadores, legisladores, políticos, operadores do direito, gestores de políticas públicas e religiosos. Essas características provocam situações extremas no que diz respeito à organização do conhecimento, à criação de um senso de comunidade e ao desenvolvimento e à consolidação desse novo campo do conhecimento. Por isso, este é um estudo de caso sobre a bioética que, no tocante a essas questões, atua como um caso paradigmático frente a outros campos do conhecimento. (MARTINS, 2008).

Apesar de possuir algumas características específicas, a bioética tem semelhanças com outros campos do conhecimento emergentes ou em estágio de crescimento, principalmente aqueles de natureza multi e interdisciplinar. Mesmo diante das limitações típicas a um estudo de caso, cuja meta é a análise em profundidade de determinado objeto ou fenômeno, os resultados desta pesquisa podem ser generalizáveis a outros campos na ciência com características ou em fases semelhantes às da bioética. Por isso, pode-se explorar o papel dos periódicos científicos na delimitação e no desenvolvimento de outros campos. (LAVILLE, 1999; LEEDY, 2001.; YIN, 2005).

Por fim, o estudo de caso é uma metodologia compatível com a análise de acontecimentos contemporâneos cuja coleta de dados é feita por meio de entrevistas com pessoas neles envolvidas. Essa ideia se aplica bem à bioética e, conseqüentemente, à sua comunidade e comunicação científicas, pois, assim como o campo, estas são instituições recentes e estão em processo de organização e consolidação. Foi realizado, portanto, um estudo de caso longitudinal, em que um caso único é estudado de diversos pontos de vista. Para isso, utilizaram-se amostras

de autores, editores e avaliadores a fim de identificar as experiências de edição e publicação da perspectiva de cada um desses sujeitos, desde a submissão até seleção dos artigos (YIN, 2005).

3.3 - Métodos de pesquisa

3.3.1 - Os universos e as amostras de pesquisa

Há dois universos nesta pesquisa: os periódicos e a comunidade científica que os compõe, formada por autores, editores e avaliadores.

3.3.1.1 - Periódicos científicos

Para o levantamento do universo e desenho da amostra de periódicos científicos foram utilizadas as seguintes fontes de informação:

- a) o Catálogo Coletivo Nacional de periódicos (CCN) de acesso público no sítio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT);
- b) a base de dados do Sistema Qualis de Classificação de Periódicos, Anais, Revistas e Jornais de acesso público no sítio da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes); e
- c) a base de dados SciELO coordenada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) e de acesso livre na internet.

Essas três fontes de informação foram escolhidas porque são desenvolvidas e alimentadas por órgãos oficiais e entidades reconhecidas por sua excelência no incentivo à pesquisa, à comunicação técnica e científica ou ao ensino superior no

Brasil. Como recomenda Laville (1999), a intenção era que essas fontes fornecessem dados confiáveis e atualizados sobre os periódicos científicos e suas áreas e assuntos de publicação. Para um levantamento completo, foi necessária a consulta às três fontes, pois cada uma delas dispunha de parte das informações (LAVILLE, 1999).

A partir da consulta e do cruzamento de informações dessas três fontes de informação, a amostra foi composta por periódicos especializados em bioética e em saúde pública. Segundo as fontes consultadas, existiam à época do levantamento três periódicos científicos brasileiros especializados em bioética. Destes, apenas os Cadernos de Bioética, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), foi excluído da amostra, pois era de difícil acesso. Segundo informações do Catálogo Coletivo Nacional (CCN), esse periódico está disponível apenas em bibliotecas das regiões Sul e Sudeste do país e não está acessível em nenhum sítio da internet. Já a revista Bioethikos, publicada pelo Instituto São Camilo, foi lançada em janeiro de 2007, portanto, em data posterior à definição da amostra de periódicos, por isso, não houve tempo hábil de incluí-la na pesquisa.

A decisão de incluir periódicos científicos em saúde pública para compor a amostra teve duas razões. Primeiro, para suprir a escassez de periódicos especializados em bioética. Segundo, para contemplar a interface da saúde pública com a bioética, pois o objeto de estudo destes dois campos é a saúde, mas de uma perspectiva multi e interdisciplinar, incluindo áreas como as ciências sociais e humanidades (NUNES, 2005). Por esses aspectos, pressupõe-se que boa parte dos artigos sobre bioética são submetidos e publicados nos periódicos de saúde pública, muito embora existam diferenças entre esses campos, por exemplo, o estágio de desenvolvimento e de organização da comunicação científica, assim como a abordagem coletiva da saúde, que nem sempre é o foco da bioética.

Para manter a amostra em um tamanho exequível, não foram incluídos os periódicos médicos que publicam artigos na área de saúde da perspectiva estritamente clínica ou biomédica. No entanto, houve uma exceção que foi a Revista da Associação Médica Brasileira por conter um conselho editorial especializado em bioética. A exclusão dos periódicos médicos desta amostra inicial não significa que eles foram ignorados na coleta e análise dos dados, pois alguns deles foram citados nos questionários aplicados aos autores na pergunta sobre os títulos dos periódicos que publicam artigos sobre bioética.

Diante do exposto, a amostra de periódicos científicos brasileiros é a seguinte:

Título do periódico	Editora ou entidade publicadora	Área	Primeira edição	Periodicidade	SciELO ⁵	Qualis ⁶
Revista Bioética	Conselho Federal de Medicina (CFM)	Bioética	1993-	Sem.	Não	B3, B4, B5 C
Revista Brasileira de Bioética (RBB)	Sociedade Brasileira de Bioética (SBB)	Bioética	2005-	Trim.	Não	B4, B5 C
Revista da Associação Médica Brasileira (RAMB) ⁷	Associação Médica Brasileira (AMB)	Medicina ⁸	1954-1967 1992-	Bim.	Sim	C
Cadernos de Saúde Pública	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	Saúde pública	1985-	Mensal	Sim	A1, A2 B1, B2, B3, B4, B5 C
Revista de Saúde	Faculdade de Saúde	Saúde pública	1967-	Bim.	Sim	A2 B1, B2, B3, B4,

⁵ Dados atualizados até dezembro de 2008.

⁶ Dados referentes ao triênio 2004-2006.

⁷ Substituiu os Cadernos de Ética em Pesquisa, pois constatou-se que este era um periódico de divulgação dos trabalhos do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa e não tinha caráter científico, além de ter sido interrompido em 2004, após anos de publicação irregular.

⁸ Possui conselho editorial especializado em bioética

Pública	Pública da Universidade de São Paulo (USP)					B5 C
Revista Ciência e Saúde Coletiva	Associação Brasileira de Pós- Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco)	Saúde pública	1996-	Trim.	Sim	A2 B1, B2, B3, B4 C
Cadernos Saúde Coletiva	Centro de Ciências da Saúde – Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Saúde pública	2002-	Sem.	Não	B3, B4, B5 C
Mundo da Saúde	Centro Universitário São Camilo	Saúde pública	1977-	Trim.	Não	B3, B4, B5 C
Physis: Revista de Saúde Coletiva	Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	Saúde pública	1991-	Sem.	Sim	B1, B2, B3, B4, B5

3.3.1.2 - Comunidade científica

Para o levantamento do universo e desenho da amostra da comunidade científica foram utilizadas as seguintes fontes de informação:

- a) para o levantamento dos autores, o diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- b) para o levantamento dos editores, os expedientes dos periódicos da amostra; e
- c) para o levantamento dos avaliadores, quando estes não foram indicados pelos editores, o próprio periódico e a Plataforma CV-Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

As fontes de informação acima foram escolhidas por serem desenvolvidas, mantidas ou chanceladas por órgãos oficiais e entidades reconhecidas por sua excelência nos incentivos à pesquisa e ao ensino superior. Com relação ao diretório de Grupos de Pesquisa e à Plataforma CV-Lattes, a responsabilidade de alimentação, manutenção e atualização é dos próprios pesquisadores e, por isso, pode haver erros ou dados desatualizados, ainda que de forma não intencional. Porém, essas fontes têm se constituído em um dos recursos informacionais mais eficazes na divulgação das atividades acadêmicas dos pesquisadores brasileiros, sobretudo porque o CNPq tem criado artifícios para aumentar a confiabilidade nos dados divulgados, seja por meio de uma chancela com a data da última atualização, seja com a certificação da instituição que abriga o grupo de pesquisa.

3.3.1.2.1 - Autores

Os autores são os produtores do conhecimento científico. Eles dão início ao fluxo de edição e publicação científicas ao selecionarem e submeterem seus artigos a determinados periódicos científicos. São responsáveis pela produção, mas também pela oferta e circulação de conhecimento entre a comunidade científica, sobretudo quanto se trata dos autores mais produtivos. Essas atividades dos autores têm impacto não só sobre a organização do conhecimento científico em si, mas também

sobre a delimitação e o desenvolvimento de uma área ou campo do conhecimento. Por isso, os autores compõem uma das amostras desta pesquisa.

A amostra de autores é proposital (BUSSAB, 2005; WILLIAMS, 2004), pois foi selecionada segundo um critério específico: trata-se dos pesquisadores dos Grupos de Pesquisa de bioética cadastrados junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) identificados por meio do uso da palavra-chave bioética na busca por assunto no diretório. Ao todo, foram localizados 95 grupos de pesquisa em bioética nas mais diversas áreas do conhecimento e em diferentes linhas. Nesses grupos, foram levantados 757 pesquisadores, entre líderes, pesquisadores e estudantes, assim denominados no próprio diretório. Não foi feita qualquer seleção quanto à produtividade dos pesquisadores, pois a intenção era incluir tanto jovens e novos pesquisadores quanto aqueles mais experientes e graduados e, por isso, foram selecionados desde líderes até estudantes desses grupos.

3.3.1.2.2 - Editores

Os editores dos periódicos desempenham atividades decisórias na edição científica. Além da definição e manutenção da linha e política editoriais, são responsáveis pela pré-seleção dos artigos, pela escolha dos avaliadores e pela decisão sobre a publicação ou rejeição dos artigos em determinado periódico, ainda que para isso pese o teor dos pareceres dos avaliadores. Em relação a outros sujeitos da edição científica, tais como os próprios autores ou os avaliadores, os editores ocupam um papel ainda mais central na comunicação científica. Uma vez que suas atividades têm impacto sobre a organização do conhecimento científico e a delimitação e o desenvolvimento de uma área ou campo do conhecimento, compõem uma das amostras dessa pesquisa.

Para o levantamento dos editores, foram utilizados os próprios periódicos como fontes de informação. Os dados sobre a composição editorial, incluindo desde editores-chefe até membros do conselho editorial, foram coletados nos expedientes dessas publicações impressas ou eletrônicas.

A amostra de editores é diversificada quanto aos seguintes critérios (BUSSAB, 2005; FLICK, 2004c):

a) abrangência temporal, pois foram incluídos editores desde a década de 1990 até os dias atuais a fim de incluir aqueles que, tendo atuação pioneira e contemporânea nos periódicos, testemunharam diferentes estágios de organização da comunicação científica e de desenvolvimento do campo.

b) tipologia e função dos editores, pois foram incluídos os editores-chefe, adjuntos, associados e convidados, os membros do conselho editorial ou outros com qualquer denominação ou função em cada periódico científico. Desde essa fase, foi possível perceber que os cargos dos editores possuem diferentes denominações, mas que algumas das funções desempenhadas por eles se equivalem, se concentram ou se distribuem a depender do periódico. Qualquer que fosse a denominação ou a função, buscou-se incluir editores que tivessem desempenhado papéis e atividades distintas e, portanto, trouxessem diferentes perspectivas da edição científica. Foram considerados na pesquisa inclusive aqueles com participações pontuais, tais como os editores convidados, que atuaram apenas em fascículos ou números temáticos do periódico.

Segundo os critérios acima, foram levantados os seguintes editores distribuídos pelos periódicos científicos da amostra da seguinte forma:

a) Revista Bioética (CFM): 6 editores, nos cargos de editor chefe, executivo e adjunto, a partir de 1993;

b) Revista Brasileira de Bioética (SBB): 6 editores, nos cargos de editor-chefe, associado e executivo, a partir de 2005;

c) Revista da Associação Médica Brasileira (AMB): 26 editores, nos cargos de editor chefe e associado, de fase contemporânea;

d) Cadernos de Saúde Pública (Fiocruz): 22 editores, nos cargos de editor chefe, associado e assistente, a partir de 1990;

e) Revista de Saúde Pública (USP): 29 editores, nos cargos de editor científico, associado, de suplemento e executivo, a partir de 1992;

f) Revista Ciência e Saúde Coletiva (Abrasco): 58 editores, nos cargos de editor chefe, adjunto, associado, executivo e convidado, a partir de 2001;

- g) Cadernos de Saúde Coletiva (UFRJ): 2 editores, de fase contemporânea;
- h) Mundo da Saúde (Centro Universitário São Camilo): 30 editores, nos cargos de editor chefe e coordenador científico, a partir de 1998⁹;
- i) Physis: Revista de Saúde Coletiva (UERJ): 9 editores, nos cargos de editores e de resenha, a partir de 2004.

Nem sempre esses editores lidam com artigos sobre bioética, exceto nos periódicos voltados exclusivamente para o campo ou com editoria especializada, a exemplo da Revista da Associação Médica Brasileira. Porém, eles exercem um papel decisivo na definição e manutenção da linha e política editoriais do periódico, além da seleção ou rejeição dos artigos, inclusive os de bioética. Por essa razão, diferentemente dos autores, os editores não foram selecionados por sua especialidade ou atuação em determinada área do conhecimento e sim pela função de edição científica que desempenham junto aos periódicos.

Inicialmente, foram coletados apenas o nome completo, o período, o tipo de editoria exercida e o e-mail de cada editor dos periódicos da amostra. Após o levantamento, foram enviados por e-mail convites aos editores para participar da pesquisa por meio de uma entrevista. Apesar de terem sido levantados 168 editores, foram priorizados aqueles com maior acessibilidade e disponibilidade em participar da pesquisa e, posteriormente, aqueles citados pelos entrevistados ao longo das entrevistas. Deu-se prioridade a esses editores por serem considerados sujeitos importantes que poderiam se constituir em informantes chave para a pesquisa, pois eram lembrados por razões diversas pelos próprios membros da comunidade científica (STRAUSS, 2008a).

3.3.1.2.3 - Avaliadores

No processo de edição científica, os avaliadores examinam os artigos submetidos à publicação. De um lado, essa avaliação tem um caráter técnico-científico e subsidia a tomada de decisão do editor e; de outro, é considerada muito

⁹ Apesar de ser publicada desde a década de 1970, o Mundo da Saúde só assumiu um caráter científico a partir de 1998.

delicada e de grande responsabilidade pelos próprios pesquisadores, pois envolve a avaliação dos chamados pares na ciência. Além disso, trata-se de uma atividade especializada, a depender da área do conhecimento, assunto ou metodologia de pesquisa do artigo. Por isso, avaliadores dos artigos sobre bioética não são meros espectadores do crescimento do campo, mas podem contribuir, com suas avaliações e seus pareceres, para a delimitação e o desenvolvimento do mesmo. Por essas razões, compõem a amostra desta pesquisa.

A ideia original era que os avaliadores fossem identificados e selecionados mediante indicação dos editores dos periódicos. No entanto, foram raros os casos em que isso ocorreu. Na maior parte das vezes, os editores se esquivaram dessa indicação, dando como justificativa o anonimato adotado na política editorial de avaliação dos artigos submetidos ao periódico. Boa parte dos periódicos, à exceção daqueles que possuem conselho editorial especializado ou que não indicam avaliadores *ad hoc*, publica periódica e regularmente uma listagem com o nome dos avaliadores que neles atuaram em determinado periódico em determinado período. No entanto, essa listagem não informa se os pesquisadores avaliaram artigos sobre bioética ou em qualquer outro campo. Por isso, a solução para identificar e selecionar tais sujeitos foi a consulta aos dos próprios pesquisadores na Plataforma CV-Lattes.

Os conselhos editoriais da Revista Bioética e da Revista Brasileira de Bioética, por integrarem periódicos especializados no campo, são formados por especialistas no campo, muito embora pertencentes a diversas áreas do conhecimento ou seguidores de diferentes linhas de pesquisa no próprio campo. A Revista da Associação Médica Brasileira possui conselho editorial especializado em bioética, muito embora seja um periódico médico. No caso desses três periódicos, o levantamento dos avaliadores dos artigos sobre bioética consistiu na coleta dos nomes dos especialistas mencionados em seus próprios conselhos editoriais.

Com relação aos outros seis periódicos da amostra, a fonte utilizada foi a Plataforma CV-Lattes, onde se realizou uma busca pelo assunto bioética. Foram recuperados mais de 1.000 currículos, mas apenas os 100 mais recentemente atualizados foram analisados um a um. Com base nesses currículos, selecionaram-se aqueles pesquisadores da área de bioética que haviam atuado como avaliadores em ao menos um dos periódicos da amostra, seja na condição de membro do conselho

editorial, seja na de avaliador *ad hoc*. Foram descartados aqueles pesquisadores de bioética que não haviam sido avaliadores de periódicos ou que tinham atuado em periódicos diferentes dos selecionados na amostra desta pesquisa.

De um lado, os autores foram selecionados por consulta ao Diretório dos Grupos de Pesquisa e, de outro, os avaliadores foram selecionados por meio da Plataforma CV-Lattes, ambos do CNPq. A intenção era cobrir a diversidade da comunidade científica de bioética, seja por sua especialidade, seja por sua formação e atuação acadêmicas. Mesmo assim, ambas as amostras foram propositais, isto é, selecionadas segundo características específicas no caso dos avaliadores, a área de especialidade e a atuação nos periódicos científicos da amostra. Esse não era necessariamente um determinante de que aquele pesquisador tinha avaliado apenas artigos sobre bioética ou mesmo um único artigo sobre bioética para qualquer periódico da amostra, mas já era um indicador. Se para os autores não foi utilizado o critério de produtividade, tampouco o foi para os avaliadores (FLICK, 2004c; STRAUSS, 2008a).

Segundo os critérios acima, foram identificados e selecionados os avaliadores da amostra distribuídos da seguinte forma entre os periódicos:

- a) Revista Bioética (CFM): 37 avaliadores, membros do conselho editorial, a partir de 1993;
- b) Revista Brasileira de Bioética (SBB): 34 avaliadores, membros do conselho editorial, a partir de 2005;
- c) Revista da Associação Médica Brasileira (AMB): 23 avaliadores, membros do conselho editorial.

Nos 100 currículos analisados, foi identificado e selecionado, o total de 29 avaliadores que haviam atuado nos periódicos da amostra, dentre outros, distribuídos da seguinte forma:

- d) Cadernos de Saúde Pública (Fiocruz): 12 avaliadores;
- e) Revista de Saúde Pública (USP): 9 avaliadores;
- f) Revista Ciência e Saúde Coletiva (Abrasco): 1 avaliador;
- g) Cadernos de Saúde Coletiva (UFRJ): 2 avaliadores;
- h) Mundo da Saúde (Centro Universitário São Camilo): 4 avaliadores;

i) Physis: Revista de Saúde Coletiva (UERJ): 1 avaliador.

Inicialmente, foram coletados apenas o nome completo e o e-mail de cada avaliador. Após o levantamento, foram enviados por e-mail convites aos avaliadores para participar da pesquisa por meio de uma entrevista.

3.3.2 - Instrumentos de coletas de dados

3.3.2.1 - Protocolo de pesquisa: periódicos científicos

Os documentos fornecem informação de forma direta, mas é necessário primeiramente identificar e categorizar os dados necessários à pesquisa (CRESWELL, 2007). Com esse intuito, foi elaborado um protocolo de pesquisa para coleta dos dados dos periódicos quanto à forma, ao conteúdo, à linha editorial, à política editorial, à composição editorial, aos financiamentos recebidos pelo periódico, ao mérito e à acessibilidade¹⁰. A construção desse protocolo teve como base a leitura teórica e a pré-análise de alguns periódicos científicos. As fontes utilizadas para a coleta dos dados foram os próprios periódicos, tanto nas versões impressas quanto nas eletrônicas, incluindo alguns editoriais ou cartas ao leitor publicadas pelos editores. Porém, alguns dados, sobretudo aqueles relacionados ao conteúdo, à linha e política editoriais.

A maioria dos dados do protocolo dos periódicos científicos não foi objeto de análise, mas permitiu identificar as características dos periódicos e subsidiar a construção dos roteiros e das próprias entrevistas com os editores e avaliadores, principalmente, com relação às particularidades de cada periódico e área do conhecimento, assim como aos saberes dos especialistas entrevistados. Os documentos, segundo May (2004), sedimentam as práticas sociais e dão informações sobre as decisões diárias e em longo prazo que as pessoas tomam. Por

¹⁰ O protocolo de pesquisa dos periódicos científicos está em anexo (Anexo A).

isso, constituem-se em leituras particulares, aspirações e intenções dos eventos sociais, dos períodos, dos lugares e das relações sociais (MAY, 2004).

3.3.2.2 - Protocolo de pesquisa: comunidade científica

Foi elaborado outro protocolo de pesquisa para a coleta dos dados referentes à comunidade científica entrevistada¹¹. Esse protocolo permitiu identificar as características quanto à formação, à especialização e à atuação acadêmica e profissional de editores e avaliadores a fim facilitar o acesso aos entrevistados, uma vez que eles se tornavam mais abertos à medida que a entrevistadora demonstrava conhecer sua trajetória profissional e acadêmica, sobretudo com relação às atividades de edição científica (CRESWELL, 2007). As fontes utilizadas para a coleta dos dados do protocolo de pesquisa da comunidade científica foram os currículos dos entrevistados na Plataforma CV-Lattes e, na falta deles, informações contidas nos próprios periódicos. Devido ao tamanho da amostra e à forma indireta de contato, os dados dos autores não foram coletados via protocolo de pesquisa.

3.3.2.3 – Questionário

3.3.2.3.1 - Elaboração do questionário

Com os autores, foi realizada uma pesquisa tipo *survey* devido ao tamanho da população da amostra e à distribuição geográfica dos mesmos. Seguindo recomendação de Williams (2004), apenas uma pesquisa tipo *survey* seria capaz de cobrir a extensão e a abrangência da amostra de autores (WILLIAMS, 2004). Para a coleta de dados foi desenvolvido e aplicado um questionário com o objetivo de

¹¹ O protocolo de pesquisa da comunidade científica está em anexo (Anexo B).

identificar as atividades de publicação dos pesquisadores que submetem artigos sobre bioética aos periódicos científicos brasileiros especializados e de saúde pública (HILL, 2005b).

Em novembro de 2007, a pesquisa já em andamento foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa especializado em pesquisas sociais e nas áreas de Ciências Sociais e Humanidades, então recém-criado no Instituto de Humanidades da Universidade de Brasília. Por isso, incluiu-se no texto de abertura uma solicitação do consentimento informado do pesquisador para participar como sujeito voluntário no estudo sob a garantia total de sigilo e anonimato sobre os dados e informações por eles revelados.

Quanto ao questionário propriamente dito, seus objetivos específicos foram identificar:

- a) os pesquisadores que publicam, isto é, os autores de artigos sobre bioética,
- b) os periódicos científicos nos quais esses pesquisadores publicam,
- c) as razões para esses pesquisadores publicarem em periódicos científicos,
- d) as razões para esses pesquisadores escolherem determinados periódicos científicos para publicar,
- e) os pesquisadores que não haviam publicado artigos sobre bioética,
- f) as razões alegadas por editores ou avaliadores para a rejeição dos artigos sobre bioética.

Para atender a esses objetivos, o questionário continha seis questões com as seguintes características (HILL, 2005a; MEDEIROS, 2005):

- 1) duas questões fechadas de múltiplas escolhas para identificar os pesquisadores que haviam publicado (questão 1) e aqueles que não haviam publicado por terem tido artigos sobre bioética rejeitados nos periódicos científicos brasileiros (questão 5).
- 2) duas questões com graduação da maior à menor importância atribuída pelo pesquisador ao fato de publicar artigos sobre bioética nos periódicos científicos brasileiros (questão 3) e aos aspectos que ele havia levado em consideração ao selecionar um periódico científico brasileiro para publicar artigos sobre bioética (questão 4). Por sua importância, essas questões foram estrategicamente colocadas

em posição central do questionário e seguiram o mesmo padrão de pergunta, instrução e alternativas para que o pesquisador ficasse familiarizado com o tipo de questão. Além disso, as alternativas foram dispostas lado-a-lado a fim de que o pesquisador pudesse compará-las e graduá-las segundo a sua importância.

3) uma questão aberta (questão 2) para identificar os periódicos científicos brasileiros onde os pesquisadores haviam publicado artigos sobre bioética. Optou-se pela questão do tipo aberta para que os pesquisadores declarassem livremente quais tinham sido os periódicos sem, no entanto, restringir as alternativas àqueles da amostra.

4) outra questão aberta (questão 6) cujas respostas podiam ser difíceis de acessar, pois tratava-se de detalhes ocultos sob o anonimato da edição científica e, em particular, da avaliação pelos pares. Devido à delicadeza desse ponto, a instrução da questão 6 reforça a garantia total de sigilo e anonimato sobre os dados e informações revelados pelo pesquisador quanto às alegações dos editores ou avaliadores para a rejeição de seus artigos.

3.3.2.3.2 - Pré-teste do questionário

Para a validação e homologação do questionário, foi realizado um pré-teste com uma pequena amostra de pesquisadores com características semelhantes às da amostra da pesquisa (HILL, 2005c). A amostra do pré-teste foi composta por 10 pesquisadores com as seguintes características:

- 1) 3 pesquisadores com formação em ciências da saúde, mas com especialização em saúde pública;
- 2) 6 pesquisadores com formação em ciências sociais ou humanidades, mas com especialização em bioética. Alguns deles têm publicações na área de bioética, incluindo artigos em periódicos científicos;
- 3) 1 pesquisador da área de ciência da computação, com especialização em ciência da informação e administração. A experiência desse pesquisador nessas duas áreas

contribuiu para aperfeiçoar as questões relacionadas à comunicação científica, assim como à formatação do questionário.

O pré-teste foi realizado via mensagem eletrônica enviada para o e-mail dos pesquisadores a fim de simular o ambiente real no qual seriam aplicados os questionários, pois a versão definitiva desse instrumento foi eletrônica e autoaplicativa. Anexado à mensagem eletrônica, os pesquisadores receberam o questionário e um roteiro contendo os critérios de avaliação do instrumento que consistia no seguinte: a) se os enunciados, as instruções sobre como responder e as alternativas das questões estavam claras; b) se as questões ou alternativas eram suficientes ou se o pesquisador sugeria outras mais, tendo em vista os objetivos da pesquisa; e, c) se o tamanho do questionário (número de questões) era adequado. Além disso, o pesquisador deveria marcar o tempo gasto para ler e responder todo o questionário e, após o preenchimento, poderia fazer qualquer outro comentário adicional que, porventura, não tivesse sido previsto naquele roteiro de avaliação.

O pré-teste foi realizado em três etapas. Na primeira, participaram ao todo 4 (quatro) pesquisadores com o objetivo de avaliar os aspectos gerais do questionário, incluindo desde a formatação até a utilização de termos técnicos em comunicação científica que pudessem comprometer a compreensão das questões por profissionais com formação e atuação nas diversas áreas do conhecimento. Após aperfeiçoado, o questionário passou por uma nova etapa de avaliação, dessa vez com 6 (seis) pesquisadores, todos especializados em bioética. O objetivo desta etapa foi avaliar aspectos mais específicos do questionário, sobretudo com relação à comunicação científica em bioética, caso houvesse. Após os comentários desses pesquisadores, o questionário foi mais uma vez reformulado. Na terceira e última etapa, um pesquisador especialista em bioética aceitou fazer nova avaliação, naquela que era uma versão bastante próxima da final. As ponderações desse pesquisador serviram, por fim, para equacionar e balancear as sugestões dos diversos pesquisadores das etapas anteriores, refinando ainda mais o questionário.

As sugestões feitas pelos pesquisadores, frutos das diferentes etapas de avaliação, desencadearam algumas reformulações do questionário com relação à redução das alternativas nas questões de múltipla escolha, à ampliação das alternativas nas questões com graduação, à clareza das perguntas, das alternativas e das instruções de respostas, sobretudo para melhorar a compreensão e reduzir a

ambigüidade; à linguagem do questionário, principalmente quanto à padronização e à adoção adequada de termos técnicos e, por fim, ao texto de abertura, para fazer constar que os dados e informações fornecidas pelos pesquisadores são sigilosos e confidenciais.

Após reformulado, o questionário em sua versão final foi homologado, desenvolvido em formato eletrônico e disponibilizado em um domínio na internet (www.pesquisabioetica.com.br) criado especificamente para esta finalidade¹². O questionário eletrônico teve o objetivo de facilitar o acesso aos sujeitos de pesquisa, pesquisadores que em geral dominam o uso de tecnologias da informação e comunicação. Por sua vez, a criação do domínio na internet tinha o objetivo de não deixar transparecer qualquer vestígio que pudesse identificar a filiação da pesquisadora a qualquer entidade ou grupo de pesquisa em bioética, já que exerce atividades acadêmicas em determinadas linhas do campo. A identificação da pesquisadora, necessária para a coleta dos dados, foi feita por meio de seu nome completo, sua filiação ao programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB), o e-mail da UnB e o número de telefone pessoal a fim de evitar qualquer viés ou contaminação da amostra de pesquisa.

3.3.2.4 - Roteiro das entrevistas

Devido ao tamanho amostral, foi possível realizar entrevistas com os editores e avaliadores dos periódicos científicos. Optou-se por uma entrevista do tipo aberta para tentar captar ao máximo a experiência dos entrevistados com o mínimo de interferência sobre a narrativa deles (JOVCHELOVITCH, 2004). O objetivo das entrevistas foi identificar as atividades de edição científica e, sobretudo, de avaliação e seleção dos artigos sobre bioética submetidos para publicação nos periódicos científicos.

¹² O questionário de pesquisa para coleta de dados dos autores está em anexo (Anexo D).

3.3.2.4.1 - Elaboração dos roteiros de entrevista

Foi desenvolvido um roteiro único de entrevista para os editores, tanto dos periódicos especializados em bioética como daqueles do campo da saúde pública. Porém, tendo em vista atender às especificidades das atividades de edição nas distintas áreas foram adicionados alguns tópicos que exploravam aspectos sobre o histórico de criação dos periódicos, no caso dos especializados; e a submissão e publicação dos primeiros artigos sobre bioética, no caso dos periódicos de saúde pública.

O roteiro de entrevista dos editores dos periódicos continha os seguintes tópicos¹³:

- a) definição e manutenção da linha editorial, incluindo as áreas e os temas de publicação da revista;
- b) definição e manutenção da política editorial, sobretudo no tocante ao tipo de avaliação pelos pares e às orientações dadas aos avaliadores para realizar a avaliação;
- c) comunicação estabelecida entre os autores, editores e avaliadores durante o processo de submissão e avaliação dos artigos;
- d) características da composição editorial, incluindo o processo de indicação dos avaliadores dos artigos;
- e) fluxo da edição científica desde a avaliação até a seleção e tomada de decisão sobre o que publicar;
- f) relatos de casos e comentários a respeito de dúvidas ou discordâncias sobre o que publicar;
- g) relatos de casos e comentários sobre artigos rejeitados para publicação;
- h) relatos de casos e comentários sobre questões éticas envolvendo as pesquisas ou os artigos submetidos, assim como durante o processo de avaliação e seleção dos artigos e edição do periódico;

¹³ Em anexo, o roteiro de entrevista dos editores de periódicos de bioética e de saúde pública contendo as perguntas básicas previamente formuladas (Anexo E).

No caso dos avaliadores, também foi elaborado um único roteiro de entrevista, não importando se atuassem nos periódicos especializados em bioética ou naqueles do campo da saúde pública. Apesar de algumas diferenças no processo de avaliação dos artigos, a depender da linha e política editoriais de cada periódico, o objeto de avaliação é semelhante, pois todos são artigos sobre bioética.

O roteiro de entrevista dos avaliadores dos artigos sobre bioética continha os seguintes tópicos¹⁴:

- a) indicação e convite para avaliar um artigo;
- b) áreas do conhecimento, temas, assuntos, abordagens teóricas ou metodológicas dos artigos que cada especialista costumava avaliar;
- c) instrumentos, regras, procedimentos e orientações adotadas pelo periódico para guiar o pesquisador na avaliação dos artigos;
- d) avaliação quanto à forma, ao conteúdo ou ao mérito da pesquisa e do artigo de acordo com a linha editorial adotada pelo periódico;
- e) relatos de casos e comentários sobre o teor dos pareceres, sobretudo quanto às sugestões de modificação ou recomendações para publicação ou rejeição do artigo;
- f) relatos de casos e comentários sobre ocasiões e razões que levaram o avaliador a se recusar a avaliar um artigo;
- g) a comunicação estabelecida entre autores, editores e avaliadores durante a avaliação dos artigos;
- h) relatos de casos e comentários sobre questões éticas envolvendo as pesquisas ou os artigos submetidos, assim como o processo de avaliação dos artigos.

A partir dos tópicos do roteiro acima foram formuladas algumas perguntas básicas, mas outros tópicos e perguntas foram acrescentados de improviso quando motivados pelas respostas dos entrevistado já que se tratava de entrevista do tipo aberta. Na medida do possível, uma vez que os editores nem sempre são especializados em bioética, as perguntas exploraram questões específicas da edição científica no campo.

¹⁴ Em anexo, o roteiro de entrevista dos avaliadores de artigos sobre bioética (Anexo F).

3.3.2.4.2 - Pré-teste das entrevistas

O pré-teste da entrevista com editores foi realizado com um único pesquisador que é especialista em bioética e foi editor de um dos periódicos especializados da amostra durante alguns anos. O pré-teste do roteiro de entrevista com avaliadores foi realizado com duas pesquisadoras, ambas especialistas em bioética e que atuaram como avaliadoras de artigos sobre bioética¹⁵. Uma delas não atuou em nenhum dos periódicos da amostra, mas atuou na avaliação de artigos sobre bioética em periódicos internacionais. A outra, é uma pesquisadora ativa que atua em atividades de edição de periódicos científicos e avaliação de artigos sobre bioética, incluindo alguns dos periódicos da amostra. Além disso, ambas são pesquisadoras que pesquisam e publicam no campo da bioética desde a década de 1990.

O pré-teste levou a alguns aperfeiçoamentos nos roteiros das entrevistas, tais como: a) de entrevista semi-estruturada, os roteiros passaram a ser de entrevistas abertas a fim de cobrir a diversidade de experiências e práticas realizadas pelos pesquisadores entrevistados, b) foi adotada uma linguagem menos técnica, sobretudo no que se referia à edição e comunicação científicas, para facilitar a compreensão dos entrevistados e não induzir as respostas, e c) foram incluídas indagações sobre relatos de casos, a exemplo de entrevistas episódicas, para facilitar a narrativa também de fenômenos remotos, pois a bioética é um campo jovem onde passado e presente se encontram (FLICK, 2004b).

Foi feita a cronometragem do tempo de duração de entrevista, estimado para o máximo de 20 a 30 minutos, a depender do entrevistado. Além disso, as entrevistas que inicialmente seriam realizadas apenas pessoalmente, passariam a ser realizadas também por telefone. O pré-teste mostrou que os pesquisadores se sentiram confortáveis em conceder a entrevista por telefone, pois podem fazê-lo em

¹⁵ Anteriormente, na fase de projeto de pesquisa, os roteiros das entrevistas com editores e avaliadores foram submetidos ao pré-teste com outros 5 pesquisadores de bioética. Apesar de alguns aperfeiçoamentos, os roteiros dessas duas etapas não sofreram alterações quanto ao conteúdo, mas apenas à forma para melhor adequação ao tipo de entrevista aberta.

qualquer dia, horário e local que desejarem. O que antes se pensou ser um fator inibidor, na verdade, facilitou o acesso aos pesquisadores.

3.3.3 - Coleta de dados

3.3.3.1 - Protocolos de pesquisa

A coleta de dados dos protocolos de pesquisa dos periódicos científicos e da comunidade científica foi realizada na fase inicial e anterior ao desenvolvimento dos demais instrumentos de pesquisa.

Na maioria dos casos, a coleta de dados do protocolo de pesquisa dos periódicos científicos foi realizada nos sítios de acesso livre pela internet dos próprios periódicos, no Catálogo Coletivo Nacional de periódicos (CCN) do IBICT, na base de dados do Sistema Qualis de Classificação de Periódicos, Anais, Revistas e Jornais da Capes e na base de dados SciELO da Fapesp. Em alguns casos, foi necessária a complementação dos dados por meio de uma pesquisa nas versões impressas do periódico em geral, daqueles periódicos com menor acessibilidade via Internet, sobretudo dos que não estavam disponíveis na base SciELO.

A coleta de dados do protocolo de pesquisa da comunidade científica foi realizada quase integralmente na Plataforma CV-Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Devido à desatualização de alguns currículos, no entanto, foi necessária a complementação e atualização desses dados a partir da pesquisa nos próprios periódicos científicos e durante as entrevistas com os editores e avaliadores.

3.3.3.2 - Questionário

O desenvolvimento e o pré-teste do questionário ocorreram em diversas etapas durante o período de fevereiro a março de 2008. Concluída a fase de homologação desse instrumento, os convites para participação da pesquisa e preenchimento do questionário foram enviados para o e-mail de 757 pesquisadores durante os meses de abril a maio de 2008 (FLICK, 2004a). Destes, 150 enviaram os questionários respondidos em participação à pesquisa, até a data limite de agosto de 2008.

3.3.3.3 - Entrevistas

O desenvolvimento e o pré-teste dos roteiros das entrevistas ocorreram no período de agosto a outubro de 2007. Em outubro desse mesmo ano, foram enviados os convites para o e-mail dos pesquisadores. Obtidas as respostas, foi feito contato via telefone para agendar ou realizar a entrevista. As entrevistas ocorreram no período de novembro de 2007 a abril de 2008, com intervalo no período de férias letivas durante os meses de dezembro de 2007 e janeiro de 2008.

Ao todo, foram entrevistados 19 editores e avaliadores, distribuídos da seguinte forma:

a) 13 ex-editores ou editores atuais de 7 dos 9 periódicos, sendo eles: Cadernos de Saúde Coletiva, Cadernos de Saúde Pública, Ciência e Saúde Coletiva, Physis: Revista de Saúde Coletiva, Revista Bioética, Revista Brasileira de Bioética e Revista de Saúde Pública.

Os editores dos periódicos da revista Mundo da Saúde e da Revista da Associação Médica Brasileira não foram entrevistados devido à incompatibilidade com a agenda e o local da entrevista, respectivamente.

b) 6 avaliadores de artigos sobre bioética em 7 dos 9 periódicos, sendo eles: Cadernos de Saúde Pública, Ciência e Saúde Coletiva, Mundo da Saúde, Physis:

Revista de Saúde Coletiva, Revista Brasileira de Bioética, Revista da Associação Médica Brasileira e Revista de Saúde Pública.

Os nove periódicos da amostra, portanto, foram contemplados pela pesquisa seja por meio da entrevista ou com os editores ou com os avaliadores.

3.3.4 - Análise dos dados

Foram utilizados três métodos distintos de análise dos dados, a depender do tipo de instrumento de pesquisa utilizado para a coleta. Foi realizada a análise documental para os protocolos de pesquisa dos periódicos e da comunidade científica, a análise estatística para os dados quantitativos do questionário aplicado aos autores e a análise de conteúdo para os dados qualitativos do questionário e as entrevistas realizadas com editores e avaliadores.

3.3.4.1 - Análise documental

Foi utilizado o método de análise documental com os dados mais relevantes na identificação das características dos periódicos e da comunidade científica, sobretudo aqueles que contribuíram para o entendimento da edição e publicação do conhecimento científico produzido em bioética (DUFFY, 2008).

A partir do protocolo de pesquisa, foram criadas as seguintes categorias para análise documental da comunidade científica composta por editores e avaliadores (BARDIN, 2008; FRANCO, 2007):

1. Identificação, denominação e função dos editores em cada periódico
2. Identificação e função dos avaliadores dos artigos sobre bioética
3. Nível de escolaridade
4. Formação por nível de escolaridade

5. Vinculação institucional

6. Área e linha de pesquisa

Com relação ao protocolo de pesquisa dos periódicos, foram criadas as seguintes categorias para a análise documental dos dados levantados (BARDIN, 2008; FRANCO, 2007):

1. Editora ou entidade publicadora
2. Agência financiadora ou apoiadores
3. Periodicidade e regularidade
4. Linha editorial
5. Política editorial, em particular a avaliação pelos pares
6. Mérito do periódico segundo classificação Qualis ou metodologia SciELO.

Essas categorias de análise dos dados da comunidade científica e dos periódicos foram complementadas pelos dados coletados durante as entrevistas com editores e avaliadores.

3.3.4.2 - Análise estatística e de conteúdo dos questionários

Foram coletados dados quantitativos e qualitativos por meio da aplicação dos questionários. Os dados quantitativos foram submetidos à análise estatística com o programa de computador *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e os qualitativos à análise de conteúdo (BELL, 2008). Esses dados contribuíram para identificar os pesquisadores que publicam e, portanto, são autores no campo da bioética ou ainda aqueles que não publicam. Além disso, foi possível compreender o comportamento desses autores no processo de publicação científica, sobretudo quanto à escolha do periódico ou os aspectos relacionados à rejeição de seus artigos.

Os dados dos questionários aplicados com os pesquisadores no campo da bioética foram analisados com relação aos seguintes pontos:

- 1) Pesquisadores que publicam e não publicam artigos sobre bioética.

- 2) Periódicos nos quais os pesquisadores publicam seus artigos.
- 3) Razões para publicar em periódicos científicos brasileiros, principalmente em relação à comunicação científica, à comunidade científica e ao campo do conhecimento em questão.
- 4) Critérios de seleção dos periódicos para publicar, principalmente no que diz respeito à linha editorial, à política editorial e ao mérito do periódico.
- 5) Critérios de rejeição do artigo quanto à forma, ao conteúdo, ao mérito ou aos aspectos éticos, dentre outros.

Os dados dos questionários, depois de digitados, tabulados e sistematizados, foram apresentados em forma de tabelas e gráficos e analisados no relatório narrativo.

3.3.4.3 - Análise de conteúdo das entrevistas

Os dados das entrevistas com editores e avaliadores permitiram compreender desde as funções até as atividades de edição, incluindo a avaliação pelos pares e a tomada de decisão relativa ao conhecimento científico sobre bioética submetido e, eventualmente, publicado nos periódicos científicos brasileiros. Nesse sentido, os dados das entrevistas foram analisados em três etapas distintas, porém complementares entre si (BARDIN, 2008; FRANCO, 2007; STRAUSS, 2008b):

a) Na primeira etapa, as 19 entrevistas foram lidas de forma livre e, a partir das próprias palavras dos entrevistados, criou-se um índice com os principais temas e assuntos tratados por eles. Para essa etapa, as entrevistas foram analisadas uma a uma, obedecendo a ordem cronológica em que elas ocorreram e a seqüência de cada frase do entrevistado. O objetivo foi o de não guardar nenhuma expectativa em relação ao conteúdo das entrevistas, nem priorizar a narrativa e o discurso de algum entrevistado em particular ou fazer qualquer julgamento de valor prévio sobre as suas declarações.

b) Na segunda etapa, essas palavras permitiram criar algumas categorias de temas e assuntos com características comuns. As entrevistas foram, então,

analisadas em profundidade. Diante disso, reuniram-se sob as categorias criadas, os trechos das entrevistas que tratavam dos temas ou assuntos correspondentes. As categorias estabelecidas a partir desta segunda etapa de análise dos dados foram as seguintes:

1. Comunidade científica

1.1. Editores: funções e atividades de edição científica, tais como:

- a) Definição e manutenção da linha e política editoriais
- b) Definição da composição editorial, incluindo indicação dos avaliadores
- c) Fluxo da edição do artigo submetido à publicação
- d) Tomada de decisão sobre a publicação do artigo

1.2. Avaliadores: atividades de avaliação dos artigos, tais como:

- a) Convite para avaliar um artigo sobre bioética
- b) Instruções para avaliação dos artigos
- c) Avaliação do artigo quanto à forma, conteúdo ou mérito

2. Periódicos

- a) Criação dos periódicos de bioética
- b) Editora ou entidade publicadora do periódico
- c) Linha editorial, incluindo áreas, especialidades, campos e assuntos publicados pelos periódicos
- d) Política editorial do periódico, incluindo avaliação pelos pares
- e) Credibilidade e qualidade dos periódicos
- f) Aspectos éticos na edição e publicação dos artigos

c) Na terceira etapa, os trechos das entrevistas contidos em cada categoria foram comparados entre si, o que permitiu identificar os padrões e os desvios nas atividades de edição científica do conhecimento científico em bioética, dentre outros

aspectos. A partir destas categorias e da comparação entre elas, foi possível extrair os elementos pertinentes e relevantes para a análise e interpretação do papel dos periódicos na delimitação e no desenvolvimento da bioética no Brasil. Entre esses elementos, incluem-se:

1. Organização da comunicação científica
2. Senso de comunidade científica
3. Multidisciplinariedade do campo
4. Disputa entre as áreas do conhecimento
5. Especialidades e subespecialidades em expansão
6. Linhas de pesquisa, temas e assuntos emergentes
7. Epistemologia (aspectos teóricos e metodológicos) da bioética

Após estas três etapas de análise, verificou-se que os dados coletados permitiram a saturação das categorias de análise.

Capítulo IV

4 – DELIMITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BIOÉTICA

Este capítulo divide-se em três tópicos principais que são a política editorial, a linha editorial e a comunidade científica que edita os periódicos e publica os artigos sobre bioética. Entre outros temas, esses tópicos abordam os fenômenos relacionados à organização do conhecimento, à criação do senso de comunidade científica e à consolidação da bioética que foram revelados ao longo dos processos de edição e publicação nos periódicos científicos brasileiros. A análise e a interpretação dos dados coletados nesta pesquisa contribuirão para responder à pergunta sobre o papel dos periódicos na delimitação e no desenvolvimento da bioética.

Os dados são apresentados na forma de um relatório narrativo, porém ilustrados com citações de trechos das entrevistas e com tabelas e gráficos dos dados quantitativos. Os autores das citações das entrevistas ou de alguns trechos de respostas abertas ao questionário foram mantidos sob anonimato, mas diferenciados por uma legenda que identifica apenas a categoria do entrevistado de pesquisa seguida, no caso do editor, da área de abrangência do periódico, por exemplo: editor (periódico de bioética ou de saúde pública), avaliador (artigos sobre bioética) ou autor (artigos sobre bioética); sem importar o gênero do entrevistado.

4.1 - Política editorial

4.1.1 - Periódicos e artigos sobre bioética

Os dois periódicos brasileiros especializados em bioética, Revista Bioética e Revista Brasileira de Bioética, foram criados com um intervalo de mais de 10 anos entre um e outro, cada um refletindo uma fase distinta do campo no país. Por sua vez, os periódicos de saúde pública não ficaram alheios ao movimento de institucionalização e academicização da bioética e buscaram, desde a década de 1990, absorver a oferta e atender à demanda de artigos sobre o campo em sua linha editorial. A criação de periódicos científicos especializados e a publicação de artigos sobre bioética em periódicos de outras áreas têm contribuído para a organização do conhecimento científico e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do campo (CRANE, 1972; MIRANDA, 1996; REICH, 2003).

No início da década de 1990, surgiram no Brasil os primeiros focos de discussão sobre bioética fruto de reflexões sobre o exercício profissional de médicos. Por isso, esses debates iniciais foram mais sobre a ética profissional dos médicos do que sobre a bioética propriamente dita, tal como se entende hoje. Ainda assim, esse momento motivou a criação do primeiro periódico brasileiro no campo, a Revista Bioética editada pelo Conselho Federal de Medicina (DINIZ, 2008b, 2002).

Nessa época, o Conselho Federal de Medicina possuía um jornal de divulgação de suas atividades, mas a diretoria idealizava a criação de um periódico que contemplasse as questões doutrinárias da ética médica. Um ex- membro da diretoria já tinha tido contato e participado de algumas discussões sobre bioética, pois era membro de um Comitê de Ética ou Bioética na Sociedade Brasileira de Pediatria, e apresentou e defendeu a ideia da criação de lançar um periódico de bioética em vez de ética médica. Assim nascia a Revista Bioética, pioneira no processo de institucionalização do campo e motivada pelos anseios e demandas da própria classe médica. Apresentada ao colegiado do Conselho Federal de Medicina, a revista proposta tinha título e linha editorial que pretendiam evitar qualquer associação com ética médica, segundo o relato a seguir:

Em 1992, nós tínhamos a cobrança dos conselhos regionais por uma publicação. Nós tínhamos naquela oportunidade um jornal... Mas, a revista iria traduzir algo talvez mais importante que seria um pouco da doutrina do ponto de vista da ética médica. E resolvemos incluir um ex-presidente... (que) tinha uma experiência bem mais rica. Ele nos convenceu de que a revista não deveria ser de ética médica, mas de bioética. E deveria chamar assim mesmo: Bioética. Para tirar todo e qualquer ranço de ética médica.

Editor (periódico de bioética)

Segundo a proposta original, o conselho editorial seria independente do colegiado da entidade e teria natureza multidisciplinar, isto é, seria formado também por profissionais de outras áreas do conhecimento que não apenas a medicina (HAMES, 2007; LEVINE, 2007). Apesar das dificuldades na aprovação da linha e composição editorial do periódico, essa proposta foi acatada pela diretoria do Conselho Federal de Medicina e implementada parcialmente, pois a Revista Bioética foi editada e publicada pela primeira vez em 1993 e, à época, composta por um conselho editorial com profissionais de outras áreas, mas com apenas médicos entre os profissionais de saúde e somente uma mulher. Apesar da proposta original, o periódico nasceu sub-representado do ponto de vista das áreas do conhecimento e de gênero e, na prática, com pouca independência em relação à entidade publicadora, ao menos em se tratando da escolha do conselho editorial, uma vez que quase todos os membros eram médicos. Além disso, ao longo dos anos de existência, o título da revista sofreu variações para ora se denominar Revista Bioética e ora Revista Bioética e Ética Médica, o que evidencia as incertezas e disputas em torno do escopo, da área de abrangência e da linha editorial do periódico.

De tal sorte que a revista ela começou com um número que não era superior a 8. Mas, mesmo assim havia uma predominância de médicos em relação a outros profissionais. Nós não contávamos com nenhum outro profissional, por exemplo, da área da saúde. Que eu lembre, assim...enfermeiro, fisioterapeuta, psicólogo, né? Nós não tínhamos, naquela

oportunidade. E, faltava também cobrir algumas áreas, por exemplo, um biólogo não se fazia presente. Um antropólogo, nós não tínhamos. Era um Conselho Federal muito machista.... A predominância era de homem. Então, eram 8 ou 7 a 1. Mas, foi o começo....

Editor (periódico de bioética)

Por sua vez, a Revista Brasileira de Bioética editada pela Sociedade Brasileira de Bioética surgiu dez anos após a criação da sociedade e doze anos após a criação da Revista Bioética pelo Conselho Federal de Medicina. Por trás da proposta de lançamento desse novo periódico de bioética estava a ideia de se ter uma alternativa editorial aos demais periódicos, que enfatizavam abordagens deontológicas e teológicas no campo. Além disso, buscava-se, sobretudo, poder contar com uma publicação que mantivesse a periodicidade e a regularidade, problema este enfrentado, até então, pela Revista Bioética e, posteriormente, pela própria Revista Brasileira de Bioética, o que tem afetado até hoje o reconhecimento e a credibilidade de ambos os periódicos entre a comunidade científica e a avaliação pela classificação Qualis e pelo sistema SciELO (Avaliação, 2004; BARBALHO, 2005; FACHIN, 2006a; FERREIRA, 2001; FERREIRA, 2003a; KRZYZANOWSKI, 1991).

Os meios nos quais nós publicávamos os nossos *papers* era a revista do Conselho Federal de Medicina, Bioética. Mas, tinha alguns problemas: periodicidade e tudo isso né? Depois, tinha uma outra revista, que era mais da área católica....Portanto, visto que tem uma série de pessoas que defendem posições distintas e até separadas de visões religiosas, nós decidimos criar uma revista que tivesse um cunho laico secular....

Editor (periódico de bioética)

Nos periódicos de saúde pública, os primeiros artigos sobre bioética começaram a surgir e ser publicados a partir da segunda metade da década de 1990. No periódico Cadernos de Saúde Pública, estima-se que o primeiro artigo sobre bioética, cuja autoria era do próprio editor da revista, tenha sido publicado em 1996.

Em 2007, um editorial desse periódico publicou um editorial que relacionou a bioética à saúde pública (REGO, 2007). Essas publicações evidenciaram, desde o início, a importância da bioética para a linha editorial do periódico e, conseqüentemente, para a saúde pública.

4.1.2 - Editora ou entidade publicadora

As entidades publicadoras ou editoras dos periódicos podem ser classificadas em três tipos: a) universitárias: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP) e Centro Universitário São Camilo; b) sociedades científicas: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) e Sociedade Brasileira de Bioética (SBB); e, c) entidade de classe, ambas de médicos: Associação Médica Brasileira (AMB) e Conselho Federal de Medicina (CFM).

O desafio dessas editoras, sobretudo as que não são instituições científicas ou de ensino e pesquisa, tais como as entidades de classe, é fazer com que os editores e o conselho editorial do periódico sejam independentes da direção ou dos membros da entidade. Para isso, eles devem ter autonomia de criação e manutenção da linha e política editoriais, pois são periódicos científicos e não de divulgação das atividades da entidade e de seus membros (BOURDIEU, 1989, 2004; HAMES, 2007; MATON, 2005). A autonomia e a independência são exercícios constantes em qualquer periódico científico. Elas marcaram não só o período de criação do primeiro periódico especializado, a Revista Bioética, como também diversos momentos da sua existência, tais como atestam os depoimentos sobre duas de suas fases:

Conseguiu politicamente passar no conselho...que a revista fosse absolutamente independente! Quer dizer, a linha editorial fosse independente da diretoria e do Conselho Federal. A revista não é uma revista do Conselho Federal. Ficou uma revista editada pelo Conselho Federal. Eu acho que essa é a

característica dominante da editoria da revista. Foi absolutamente independente mesmo!

Editor (periódico de bioética)

4.1.3 - Financiamento dos periódicos

O financiamento ou apoio financeiro, outra questão que tange à política editorial, é importante para a consolidação e a credibilidade dos periódicos. De um lado, os periódicos científicos de maior prestígio são financiados ou apoiados por agências de fomento ou incentivo à pesquisa, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Programa de Apoio às Publicações Científicas do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). De outro, os de menor prestígio são financiados exclusivamente pelas próprias entidades publicadoras ou editoras.

Os periódicos de bioética são financiados e apoiados pelas próprias entidades publicadoras ou editoras. A Revista Bioética, que não enfrenta problemas financeiros, pode ter editores de outras entidades, cidades e estados já que possui recursos próprios para reuni-los em um mesmo local sempre que for necessário avaliar e tomar a decisão sobre a publicação ou rejeição dos artigos ou discutir qualquer questão relacionada à linha ou política editorial do periódico. O financiamento da Revista Brasileira de Bioética, por sua vez, cobre basicamente os custos de produção e impressão, o que impede que o periódico inove com relação a muitos aspectos como a automação de todo o processo de edição, o que pode comprometer o gerenciamento dos prazos ou impedir a participação de editores ou avaliadores externos à entidade.

A falta de recursos pode comprometer a credibilidade do periódico junto à comunidade científica, além da avaliação de sua qualidade junto a entidades ou programas de apoio à pesquisa, como o Qualis, da Capes. Problemas de periodicidade, regularidade, tiragem, acessibilidade e até restrições ao número de páginas podem ter causas na falta de recursos financeiros. Esses problemas têm

impacto não só na a credibilidade ou qualidade dos periódicos em si, mas também na carreira dos pesquisadores, como revela o editor a seguir:

Estávamos todos implicados nessa revista do Conselho Federal de Medicina, que era uma bela ideia, mas infelizmente, com uma periodicidade muito ruim.... E isso não é bom para os nossos currículos, pra receber bolsas do CNPq etc, etc.

Editor (periódico de bioética)

No entanto, a baixa qualidade afasta cada vez mais a chance de novos financiamentos o que impõe um ciclo de desigualdade e estratificação nos periódicos científicos, pois os de mais alta qualidade são também os que recebem mais recursos financeiros (MERTON, 1973b). Além disso, os periódicos científicos financiados apenas por suas editoras ou entidades publicadoras estão mais sujeitos a sua influência, o que pode comprometer a autonomia e a independência dos editores ou do conselho editorial.

4.1.4 - Credibilidade e qualidade dos periódicos

Então, precisava criar a revista...precisava ganhar seu espaço, precisava ganhar credibilidade para que as pessoas começassem a publicar, indexar... Todas aquelas coisas, enfim, que... as revistas precisam fazer para que as pessoas comecem a mandar artigos.

Editor (periódico de bioética)

Em um periódico recente, ainda que tenham sido cumpridos todos os requisitos administrativos, financeiros, técnicos ou políticos relativos à sua criação, é necessário desenvolver mecanismos para despertar o interesse dos autores ou leitores. Mesmo que seus editores ou membros do conselho editorial e sua entidade

publicadora ou editora tenham prestígio em determinada área ou campo do conhecimento, esses periódicos precisam conquistar espaço e confiança da comunidade científica. Esse é o primeiro passo para a credibilidade e posterior avaliação da qualidade do periódico por entidades ou agências de fomento e apoio à pesquisa.

Segundo os editores entrevistados, um dos mecanismos que mais contribui para atrair o interesse da comunidade científica é a edição de números temáticos, além da divulgação em eventos científicos. A intenção é atrair novos pesquisadores, sobretudo especialistas em determinada área, campo do conhecimento ou linha de pesquisa. No caso da bioética, o pioneirismo da Revista Bioética fez com que seus editores tivessem inicialmente não só que divulgar o periódico, mas também informar a comunidade científica sobre do que se tratava esse novo campo do conhecimento.

Na realidade, as pessoas não conheciam bioética, não sabiam que a revista estava sendo elaborada pelo Conselho Federal de Medicina...Mas, naquele momento, nós começamos a divulgar a própria revista no jornal, sondando aqueles realmente que tivessem artigos ou alguma publicação e que desejassem contribuir.

Editor (periódico de bioética)

Os periódicos com maior credibilidade ou qualidade, que em sua maioria são os de saúde pública, trabalham com oferta e demanda espontâneas de artigos, incluindo os de bioética. Por isso, raros são aqueles que publicam fascículos temáticos ou editoriais sobre bioética. No entanto, Cadernos de Saúde Pública, um dos periódicos de melhor avaliação pela classificação Qualis, publicou um suplemento temático sobre o campo.

Os editores dos periódicos especializados ou de saúde pública atuam como *gatekeepers* para aumentar a visibilidade do periódico e despertar o interesse da comunidade científica, seja ao criar, seja administrar uma oferta ou demanda por artigos sobre bioética que pode ser espontânea ou induzida (CRANE, 1967; MEADOWS, 1999). Nesse sentido, editores atuam como sujeitos políticos e ocupam

uma posição privilegiada para construir a realidade social do campo científico, o que Bourdieu denominou poder simbólico (BOURDIEU, 1989).

Além da edição de números temáticos para despertar o interesse da comunidade científica, os editores citam outros aspectos que têm repercussão sobre a credibilidade do periódico, incluindo os de bioética, tais como (BARBALHO, 2005; FACHIN, 2006a; FERREIRA, 2003b; FERREIRA, 2003a; KRZYZANOWSKI, 1998; MUELLER, 1999):

1) a abrangência geográfica e linguística do periódico, pois isso atrai artigos e, portanto, autores, leitores e até avaliadores com interesse e especialidade em temas de caráter local, nacional e internacional, incluindo áreas, campos e linha de pesquisa emergentes;

Quando a área ainda é emergente, o artigo em Inglês facilita porque amplia a possibilidade de revisores.

Editor (periódico de saúde pública)

2) indexação em bases de dados bibliográficos nacionais ou estrangeiras, o que aumenta a acessibilidade e, possivelmente, o impacto dos artigos publicados;

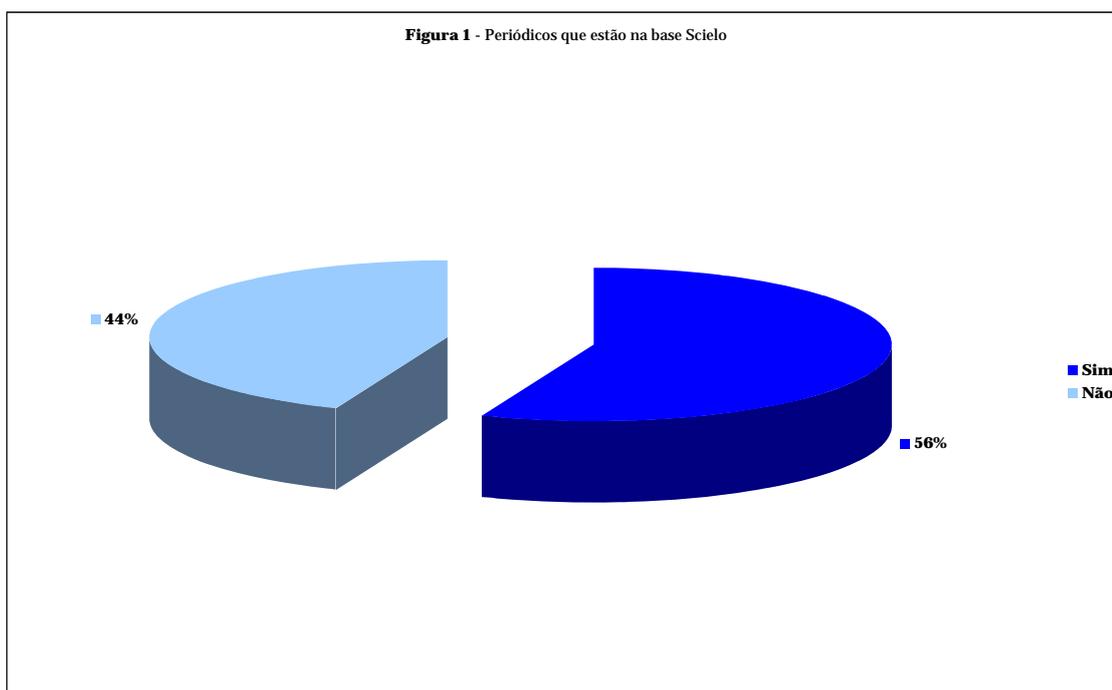
Porque se a revista está numa base de indexação internacional, você supõe que vai haver interesse de leitores, pelo que nós estamos publicando, em questões que possam ser de utilidade mais geral.

Editor (periódico de saúde pública)

3) periodicidade e regularidade na edição dos artigos e na publicação do periódico, pois atrasos têm efeitos sobre a produtividade e, portanto, sobre a carreira acadêmica dos pesquisadores.

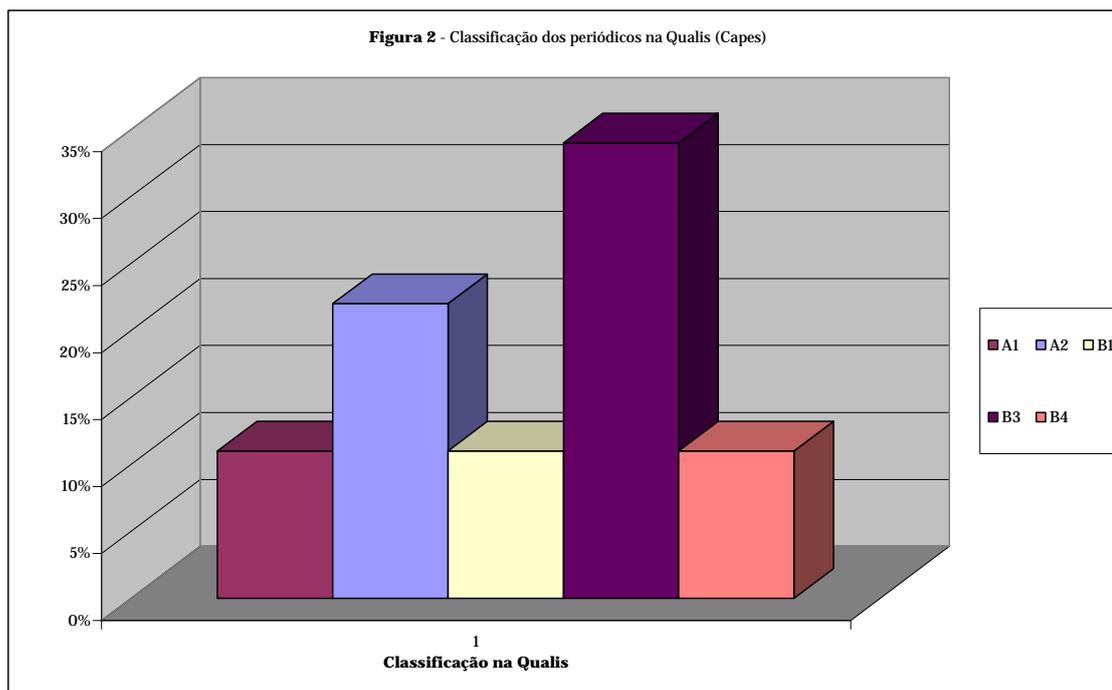
Quanto à qualidade, segundo a metodologia SciELO ou a classificação Qualis, os periódicos da amostra se encontram na seguinte situação (MENEZHINI, 1998; PACKER, 1998; SOUZA, 2002):

A maioria dos periódicos (56%) consta na base SciELO, mas nenhum dos especializados em bioética (Figura 1):



Fonte: dados da pesquisa (protocolo dos periódicos científicos) e biblioteca digital SciELO, 2008.

2) Quase a metade (44%) recebeu classificação A1, A2 e B1, porém, os periódicos especializados em bioética receberam classificação máxima B3 e B4 (Figura 2).



Fonte: dados da pesquisa (protocolo dos periódicos científicos) e Qualis (Capes) (triênio 2004-2006), 2008.

A qualidade dos periódicos, certificadas pela metodologia SciELO e pela classificação Qualis, tem impacto sobre todas as etapas do fluxo da comunicação científica. Desse modo, as atividades dos autores e avaliadores, desde a submissão até a avaliação dos artigos, são influenciadas por essa certificação. Quanto aos editores, um de seus propósitos e responsabilidades é elevar e manter os mais altos padrões de qualidade do periódico, a fim de despertar o interesse, a credibilidade e o prestígio do veículo junto às entidades e toda a comunidade científica (CAELLEIGH, 2003). Porém, por ser a bioética um campo emergente cuja comunicação científica está em vias de organização, os autores, editores e avaliadores se guiam por aspectos outros que não precipuamente a qualidade dos periódicos. Caso contrário, o crescimento do campo estaria estagnado, pois a qualidade de qualquer periódico científico só é atestada a partir de sua criação e, principalmente, do engajamento de toda a comunidade científica (CRANE, 1972; MIRANDA, 1996).

4.1.5 - Funções do periódico científico

Segundo os entrevistados, os periódicos científicos de bioética ou saúde pública têm as seguintes funções principais:

- a) o registro da informação científica;
- b) a comunicação científica entre os pares;
- c) a certificação do conhecimento científico;
- d) a educação e formação da comunidade científica;
- e) o diálogo e debate entre os pares na ciência; e
- f) crescimento do campo.

Algumas dessas funções são comuns a quaisquer periódicos científicos (KRONICK, 1976.; MEADOWS, 1999; MUELLER, 1999; MUELLER, 2000), sendo uma das mais importantes a certificação ou “chancela” do conhecimento científico, termo utilizado por um entrevistado. Ela é desempenhada por meio das atividades de avaliação e seleção dos artigos para publicação e realizada por avaliadores e editores.

Porque você dar o aceite numa revista, principalmente uma revista... não, em todas, mais ainda nas revistas que são indexadas e hoje em dia são muito procuradas, você está chancelando em nome da comunidade científica, um trabalho, né?

Avaliador (artigos sobre bioética)

No entanto, deve-se ressaltar os desafios no desempenho de determinadas funções nos periódicos de bioética, pois publicar, avaliar e selecionar artigos em campos emergentes têm suas particularidades. Nesse sentido, alguns editores, sobretudo os da Revista Bioética, recordam-se que na época em que o periódico foi criado, os médicos ou membros do conselho editorial não sabiam ao certo de que se tratava a bioética. O campo era tão recente no Brasil que muitos médicos nem

sequer conheciam o termo, quanto mais que era um novo campo do conhecimento que em tão pouco tempo teria tamanho impacto em suas áreas de atuação profissional ou acadêmica.

Tem algumas áreas temáticas onde você ainda tem poucas pessoas no país. Tem vezes que a gente recebe... (de áreas) emergentes... onde você não tem ainda uma massa crítica de pesquisadores no país suficiente para responder a um volume também crescente de publicação na área.

Editor (periódico de saúde pública)

Por isso, a divulgação e, posteriormente, a criação de uma seção inteira sobre bioética no jornal do Conselho Federal de Medicina contribuíram para despertar o interesse de médicos e atrair autores para submeter artigos no periódico. A própria edição dos artigos contribuiu para que editores conhecessem melhor sobre a bioética e seus limites epistemológicos, muitas vezes confundidos com a ética médica e deontológica, sobretudo até então. A seguir, as dificuldades relatadas por um editor com relação à edição científica de artigos e periódicos de áreas ou campos do conhecimento emergentes, inclusive a bioética.

Uma outra...uma dificuldade... Na realidade, como as pessoas não conheciam bioética... Cometemos também vários equívocos. Publicamos várias coisas...que não poderia ter sido publicado...que não era de bioética...

Editor (periódico de bioética)

A ideia de ter uma..., de estimular realmente a discussão bioética.... E entender que o papel (do periódico) era maior... educacional e de estimular a discussão.

Editor (periódico de bioética)

Além de ser uma revista como outras revistas científicas, de produção de conhecimento... Mas, também se entendia que a revista tinha um papel educacional.

Editor (periódico de bioética)

Paralelamente à edição da Revista Bioética, o Conselho Federal de Medicina tinha a preocupação com a formação de leitores e de profissionais no campo. Para isso, a biblioteca dessa entidade passou a redirecionar o desenvolvimento de sua coleção para a bioética por meio da aquisição de livros e periódicos nacionais e internacionais no campo. O acervo era voltado à consulta de estudantes e profissionais do Brasil e outros países e, contribuiu, junto à publicação do periódico, para a formação e a educação da comunidade científica. Dentro dessa proposta, a entidade editou e publicou um livro de introdução à bioética que reuniu 36 autores pioneiros no campo, muitos dos quais tinham publicado ou viriam a publicar no próprio periódico do Conselho Federal de Medicina, como se verá a seguir:

A própria biblioteca do Conselho Federal de Medicina...Ela foi uma biblioteca direcionada, claro, pra temas de ética médica. Mas, na medida do possível, não só os periódicos, como a renovação dos mesmos e livros, aquisição de livros, passaram a ter uma forte conotação bioética.

Editor (periódico de bioética)

Com relação à função de diálogo e debate entre os pares na ciência, os editores acreditam que os periódicos de bioética tenham um papel fundamental uma vez que o campo trata de temas que provocam controvérsia ética e moral. Além disso, os periódicos deveriam ser um espaço de encontro, ainda que não necessariamente de consenso, entre as diferentes perspectivas com que a bioética vem sendo tratada, ou seja: deontológica, clínica, social e teológica, entre outras. Dentre outras coisas, este debate científico é um catalisador para o desenvolvimento do campo(BOURDIEU, 2004, 2002).

No entanto, editores reconhecem que esse espaço nem sempre é preenchido pela comunidade científica que, segundo julgam, deve estar demasiadamente

absorta em suas próprias pesquisas, pressionada em publicar ou evitando deliberadamente os periódicos de perspectivas contrárias às suas. Por isso, os artigos publicados não costumam motivar a publicação de novos artigos em respostas a eles, assim como suas réplicas e tréplicas como gostariam os editores. No entanto, a necessidade do diálogo é evidente desde a edição dos artigos, uma vez que não é incomum o debate entre autores, editores e avaliadores, seja por discordarem de aspectos teóricos ou metodológicos da pesquisa, seja por controvérsias com relação ao tema, como revelou o editor a seguir:

Eu acho que esse é um ponto importante nas revistas: provocar polêmicas. Você ter um artigo tão interessante e instigante que alguém faça um artigo para criticar aquele artigo. Seja porque o autor defende a perspectiva que eu pessoalmente defendo ou porque ele defenda uma perspectiva radicalmente contrária, mas eu acho que a polêmica em ciência é sempre importante.

Editor (periódico de bioética)

Por fim, os editores das revistas de bioética têm uma dedicação e atenção especial voltada para os periódicos especializados, pois entendem o quanto eles são importantes para o crescimento do campo. Do mesmo modo, acreditam que autores que submetem artigos a esses periódicos deixam de lado exigências institucionais e ambições individuais de produtividade para contribuir com o desenvolvimento do campo, uma vez que os periódicos de bioética ainda não alcançaram prestígio entre a comunidade científica ou boa avaliação na classificação Qualis ou metodologia SciELO.

Os autores que nos agraciam com suas publicações, de alguma forma, estão sendo benevolentes, e eu os vejo como pessoas que querem contribuir para o crescimento da bioética, porque eles poderiam estar mandando para outras revistas...que a publicação deles ia ser pontuada, ia valer mais em termos de produção acadêmica

Editor (periódico de bioética)

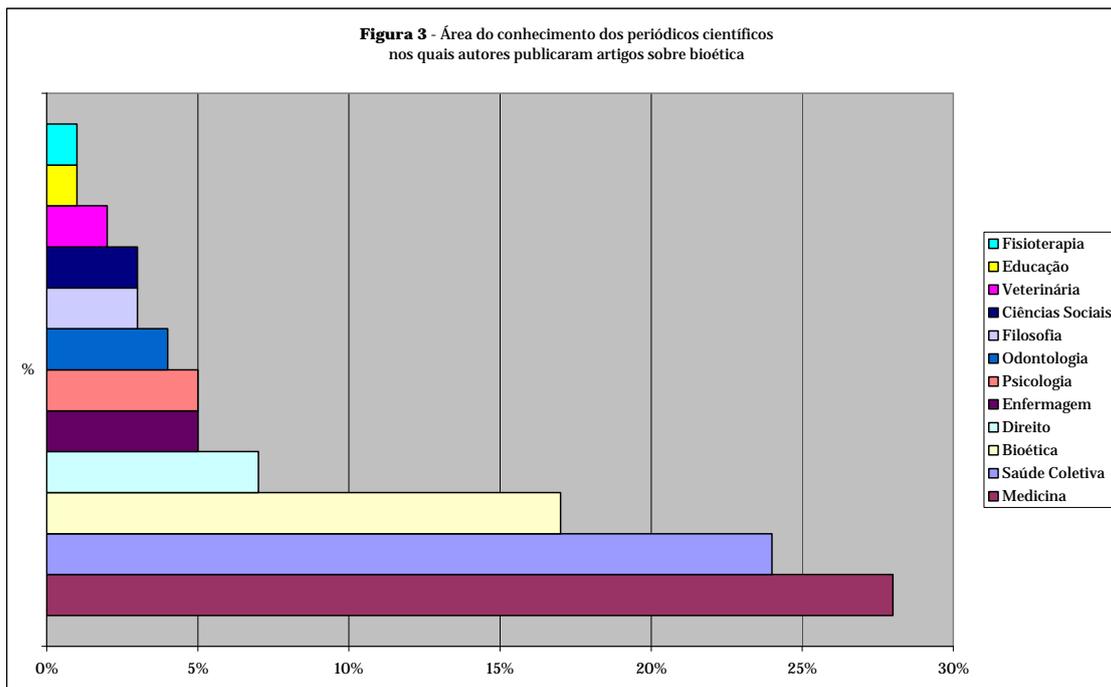
Eu, por exemplo, dou uma prioridade máxima a essa revista embora seja menos cotada em relação a outras revistas.... Mas isso é uma militância pessoal.

Editor (periódico de bioética)

Publicar traz benefícios individuais em relação à produtividade e ao prestígio dos autores. Mas também traz benefícios sociais ao campo, pois contribui para seu crescimento ao interligar os colégios invisíveis nele presentes, principalmente a um campo emergente como a bioética, cuja comunidade e comunicação científicas estão em vias de organização e consolidação (CRANE, 1972; HENDERSON, 2002).

4.2 - Linha editorial

No Brasil, a produção científica sobre bioética escoa por meio de dois tipos de periódicos: os especializados no campo e aqueles de interface com a bioética que são, em grande parte, os periódicos médicos e de saúde pública. Atualmente, os periódicos dessas áreas atendem ao grosso da oferta da comunidade científica e, por isso, têm maior impacto sobre a sistematização e organização do conhecimento e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento do campo. De acordo com os autores, os seus artigos sobre bioética foram publicados nos seguintes periódicos, segundo a linha editorial ou área do conhecimento (Figura 3):



Fonte: dados da pesquisa (questionário aplicado aos autores) e CCN (Ibict), Tabela de áreas do conhecimento (CNPq), 2008.

Os dados revelam que a maior parte dos artigos sobre bioética é publicada nos periódicos médicos (28%) e em saúde pública (24%), além dos especializados (17%). Os periódicos especializados no campo, apesar da baixa qualidade segundo metodologias de avaliação e sistemas de classificação, ocupam o terceiro lugar na preferência dos autores para publicar seus artigos sobre bioética, o que reforça as evidências do papel social que tem a comunidade científica na formação do campo.

A criação de um periódico científico especializado dá visibilidade a determinada área ou linha de pesquisa, sobretudo em se tratando de campos emergentes (BARBALHO, 2005). Esse foi o caso da bioética. No momento em que alguns profissionais isolados da área de saúde começavam a ter contato com esse novo campo, ele passou a ser divulgado e ganhou visibilidade com a criação da Revista Bioética editada pelo Conselho Federal de Medicina a partir de 1993. Além disso, a revista e outros periódicos que o sucederam na publicação de artigos sobre bioética, contribuíram para a sistematização e organização do conhecimento científico produzido pelos pesquisadores e autores no campo.

No início, a produção em bioética era baixa e a demanda menor ainda e até mesmo os editores possuíam pouco conhecimento sobre o campo. Porém, desde a criação dos periódicos, incluindo aqueles especializados em bioética, a linha editorial é definida em consulta ao conselho editorial. São determinadas as áreas e subáreas do conhecimento ou linhas de pesquisa que comporão o escopo editorial ou a área temática do periódico. Embora não haja um rol de temas ou assuntos que deverão ser aceitos ou rejeitados, com o tempo essas questões vão se consolidando ou sofrendo alterações a depender dos interesses do próprio periódico, da oferta dos autores e da demanda dos leitores. Para lidar com o dinamismo das áreas ou dos campos do conhecimento, a linha editorial de qualquer periódico passa por revisões constantes, sobretudo a fim de incorporar novos temas e repensar a manutenção ou exclusão de temas antigos ou que vão de encontro aos interesses do periódico. Essas revisões incluem ainda temas que são de interesse estratégico em momentos pontuais. Para isso, alguns periódicos optam por editar e publicar os suplementos ou fascículos especiais e temáticos, como é possível ver nos depoimentos a seguir:

Hoje a gente tem uma produção enorme de bioética espontânea no Brasil. Lembrar que há poucos anos atrás não existia.

Editor (periódico bioética)

Nos periódicos de bioética, os editores e conselho editorial também buscam acompanhar o dinamismo do campo tendo em vista atender aos interesses da comunidade científica ou atender às pressões externas, pois o campo trata de temas de interesse para a sociedade e que volta e meia estão em pauta no debate público. Há ainda, casos de disputas internas, relatados pelos próprios editores, que em determinada ocasião foram levados a editar e publicar um fascículo inteiro sobre determinado tema fora da linha editorial do periódico apenas para satisfazer às exigências de membros ligados à entidade publicadora ou editora, como atesta o trecho a seguir:

Publicamos várias coisas que não poderiam ter sido publicadas, que não eram de bioética. Como, por exemplo, um simpósio que nós fomos obrigados a publicar... até para a manutenção da revista.... sobre erro médico.

Editor (periódico de bioética)

Esses periódicos, sejam os especializados, sejam os de outras áreas, contribuem para a organização do conhecimento e o crescimento da bioética, incluindo seus temas e assuntos específicos (ALTBACH, 1985). Isso se dá ora por meio do atendimento à oferta dos autores, ora por meio da demanda dos leitores, mas principalmente da definição de sua linha e política editoriais (STUMPF, 1998). Essa definição da linha e política editoriais, conduzida por editores e demais membros do conselho editorial, deixa transparecer as relações sociais, as negociações políticas de expansão e as disputas internas e externas ao campo da bioética (BOURDIEU, 1989, 2004; KUHN, 2003). Esses são fenômenos que ocorrem durante todo o processo da edição científica dos periódicos científicos em particular e que contribuem para a delimitação e desenvolvimento da bioética brasileira com as seguintes características:

4.2.1 - Bioética e ética médica

Ainda hoje, alguns periódicos de bioética tentam dissociar o campo da ética profissional e deontológica, sobretudo médica, muito embora seja inegável a importância da participação dos médicos na institucionalização do campo no Brasil, haja vista que a criação do primeiro periódico especializado em bioética partiu da iniciativa de um conselho dessa categoria profissional, o Conselho Federal de Medicina (DINIZ, 2008b, 2002). Apesar do pouco conhecimento que a classe tinha sobre bioética, as primeiras discussões em torno da criação do periódico já demonstravam a preocupação em delimitar a linha editorial e, portanto, distinguir a bioética da ética médica profissional e deontológica.

Na Revista Bioética essa questão é facilmente detectável, uma vez que ao longo dos anos, a revista aparece batizada ora como Revista Bioética, ora como

Revista Bioética e Ética Médica. Os editores admitem que essa foi uma das maiores dificuldades na tentativa de convencer os membros da diretoria do Conselho Federal de Medicina a editar a revista. E, ainda hoje, a cada mudança de diretoria, os editores costumam ter que convencê-la sobre a linha editorial do periódico; algumas vezes, porque a diretoria acredita que a revista deve servir principalmente aos interesses da classe médica e tratar de ética médica, outras, porque a diretoria desconhece ao certo o que é bioética.

Algumas soluções alternativas foram necessárias para atender a essas demandas ou esclarecer a classe médica, tais como a criação de seções tratando de questões de ética profissional dos médicos e a publicação, em um futuro próximo, de um editorial discutindo a interface entre a ética médica e a bioética.

Existia aqui no conselho uma discussão já de muitos anos se a revista devia chamar Bioética e Ética Médica. Inclusive, se você olhar em um número antigo, vem dizendo Bioética, o título; uma revista de Bioética e Ética Médica publicada pelo Conselho Federal de Medicina. A última reunião do conselho editorial decidiu suprimir ética médica definitivamente, inclusive de qualquer forma no título.

Editor (periódico de bioética)

4.2.2 - Bioética e ciências da saúde

Paralelamente à ética médica, a bioética costumava ser reduzida à ética aplicada a casos clínicos. Segundo essa visão, bioética seria uma reflexão dos profissionais de saúde, sobretudo médicos e enfermeiros, diante do exercício e da prática profissionais a fim de subsidiá-los na tomada de decisão nos cuidados diante de casos clínicos, por exemplo, de pacientes em unidades de terapia intensiva, ou na humanização da atenção básica em saúde (REICH, 1995b). Ainda hoje, a chamada bioética clínica é predominante nos periódicos de bioética que, ao longo dos anos, incorporou novos temas e assuntos de interesse dos médicos e outros profissionais de saúde.

Outra evidência da forte presença da bioética clínica é o fato de que a maioria dos artigos sobre bioética é publicada nos periódicos médicos (28%), segundo revelaram os dados da pesquisa com autores. No entanto, os editores começam a se sensibilizar sobre a importância desses artigos terem argumentação e fundamentação teórica próprias do campo da bioética e de não serem fruto de reflexões meramente pessoais e da prática profissional cotidiana. Os avaliadores também têm tido maior rigor na avaliação dos aspectos teóricos e epistemológicos próprios da bioética nos artigos de bioética clínica, mesmo que submetidos a periódicos médicos.

Depois eu olho a fundamentação... Um dos artigos que eu analisei recentemente, era um artigo muito bom sobre ética em pesquisa, não é? As pessoas pegam, fazem um levantamento dos pareceres do seu comitê de ética em pesquisa e querem botar isso em uma publicação nacional. Mas, quando você pensa em termos de publicação e, principalmente, em uma publicação que tem alcance territorial, do território nacional, você tem que ver o quanto essa publicação contribui pra gente continuar produzindo a ciência. No caso, produzindo cientificamente na bioética. Então, não pode ser só um reitar e contar de experiências.

Avaliador (artigos sobre bioética)

4.2.3 - Bioética e ética em pesquisa ou teoria principialista

Apenas três anos depois da criação da Revista Bioética, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) editou a Resolução 196/96 que regulamenta a pesquisa com seres humanos no Brasil. Essa resolução incorporou os princípios, derivados da teoria principialista, da autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça com relação aos participantes de pesquisa. De origem estadunidense, a teoria principialista foi a primeira e, até há algum tempo, majoritária na bioética brasileira. Por isso, ao longo dos anos, a bioética foi confundida com a própria teoria principialista, sobretudo em países que importaram as ideias do campo sem uma perspectiva crítica ou culturalista (BEAUCHAMP, 2003; BEAUCHAMP, 1978.; CHILDRESS, 2003; DINIZ, 2002.; SCHRAMM, 2008).

Essa tradição foi um marco na bioética, a tal ponto que, ainda hoje, há editores de periódicos científicos em bioética ou saúde pública que se referem aos artigos de bioética como aqueles de ética em pesquisa ou que associam os avanços científicos à autonomia ou à autodeterminação das pessoas, aos benefícios, aos não-malefícios e aos debates utilitaristas na distribuição de recursos em saúde. Nesse último caso, um editor afirmou que essas são questões pertinentes, ainda que não exclusivamente, e que influenciam a seleção dos artigos sobre bioética a serem publicados no periódico. Esses critérios adotados pelos editores dos periódicos científicos do país mostram o quanto o debate na bioética brasileira ainda é incipiente seja porque importa as ideias dos países ditos centrais sem qualquer perspectiva crítica, seja porque está atrasado com relação a perspectivas críticas das teorias majoritárias no campo. A seguir, os critérios de seleção de artigos sobre bioética em um periódico científico.

Qualquer artigo que direcione o seu foco à associação de avanços científicos com os possíveis benefícios ou não-malefícios, à distribuição de recursos e o debate sobre a autodeterminação das pessoas, incluindo aí eventuais debates utilitaristas, nós vemos absoluta pertinência de entrada no periódico.

Editor (periódico de bioética)

4.2.4 - Bioética e saúde pública

No Brasil, há uma grande oferta de artigos sobre bioética nos periódicos de saúde pública. Esse é um dado citado pelos editores e confirmado pelos autores, pois 24% destes revelaram que escolheram periódicos na área de saúde coletiva para publicar seus artigos sobre bioética. Entre as prováveis causas dessa oferta, incluem-se a ausência de periódicos de bioética com boa avaliação na classificação Qualis ou na metodologia SciELO, a oferta maior de periódicos de saúde pública com melhor avaliação na classificação Qualis ou na metodologia SciELO e o fato de a saúde pública ser uma área do conhecimento com interface com a bioética. Esses dois campos têm caráter multidisciplinar e abordam os temas da saúde da perspectiva

das ciências sociais e das humanidades (MINAYO, 2008). Qualquer que seja a razão, essa proximidade da bioética com a saúde coletiva ou pública é uma característica marcante do campo no Brasil.

Digamos que, como a saúde pública, a bioética é muito ampla e até complexa. A definição dos limites e das fronteiras, normalmente, a gente define por exclusão. Do ponto de vista da linha editorial, nós temos alguns temas que a gente deixa de considerar como temas da nossa linha editorial e, ao mesmo tempo, em que a gente está sempre incorporando novos temas. Não é que essa política seja definida por uma listagem dos temas, dado até essa complexidade do campo, mas o que fica mais definido são os temas que tomamos a decisão de não publicar mais sobre eles. Então, não tem uma decisão direta de que vamos publicar, de que bioética é um tema pertinente para a revista, tá? Mas, certamente, porque publicamos, ele é um tema pertinente à revista.

Editor (periódico de saúde pública)

Apesar da proximidade, a bioética e a saúde pública guardam diferenças entre si. A principal é que a bioética trata primordialmente dos conflitos éticos e morais no campo da saúde, tanto das questões individuais ou coletivas como das privadas ou públicas. A saúde pública lida prioritariamente, ainda que não exclusivamente, com as questões coletivas ou públicas relacionadas à saúde, mas não necessariamente com as questões éticas (REGO, 2007). Portanto, os temas em bioética podem ou não ter implicações para a saúde pública ou coletiva e, por isso, interessar aos periódicos dessa área em determinados momentos. Mas, na prática, não é tão fácil estabelecer a pertinência dos artigos, pois tanto um como outro campo abordam temas muito amplos e de diversas perspectivas, como se pode ver abaixo:

A bioética é uma temática específica que pode estar dentro ou fora do campo de saúde coletiva. Então, nós vamos, como editores, tentar selecionar aqueles artigos que acreditamos que contribuem para a construção do campo enquanto campo científico. E qual é essa especificidade? Exatamente a dimensão

coletiva. Se eu tenho um artigo que discute a questão da legislação do aborto, isso tem uma dimensão coletiva. A questão da quebra de patentes para que o país produza medicamentos para o programa de AIDS, essa é uma questão com implicação coletiva. Agora, para um caso individual que tem sofrimento, se estaria justificado ou não a eutanásia, eu posso considerar que é um enfoque individual e aí, portanto, não caberia a uma revista de saúde pública publicar.

Editor (periódico de saúde pública)

Quanto à linha editorial, os periódicos de saúde pública consideram e selecionam como pertinentes alguns temas e, sobretudo, algumas abordagens da bioética, a exemplo do aborto, seja da perspectiva ética ou não. Além de promover o escoamento da produção científica em bioética, essa proximidade permite o diálogo científico e a troca de conhecimentos entre seus pesquisadores. No entanto, como um campo mais consolidado, publicar em periódicos da saúde pública pode ter consequências para a bioética e o seu desenvolvimento. Assim como a saúde pública, a bioética tem interesses específicos quanto aos temas que aborda e quanto a seus aspectos teóricos e metodológicos. Por isso, ficar à mercê daquilo que a saúde pública considera pertinente e relevante absorver na linha editorial de seus periódicos pode comprometer a organização da comunicação científica e a criação de um senso da comunidade científica próprias da bioética.

4.2.5 - Bioética e teologia

No Brasil, os teólogos foram um dos responsáveis pelo processo de academicização da bioética no Brasil (DINIZ, 2008b, 2002). Por isso, um dos primeiros periódicos a publicar artigos sobre bioética foi o Mundo da Saúde editado pelo Centro Universitário São Camilo, uma instituição de ensino superior de origem jesuíta. Segundo o balanço dos 25 anos de atividades editoriais desse periódico, os primeiros artigos sobre bioética foram publicados em fins da década de 1970, versando sobre temas relacionados ao início e ao fim da vida (MORENO, 2001; PESSINI, 2001).

Além do Mundo da Saúde, havia a Revista Bioética que atendia principalmente à demanda e interesses dos médicos. Diante disso, a Sociedade Brasileira de Bioética decidiu criar um novo periódico para enfatizar o caráter laico, secular, plural e multicultural da bioética brasileira. Desde a origem, a Revista Brasileira de Bioética pretendeu incluir em suas publicações tanto a visão científica quanto a religiosa, ainda que de nenhuma religião em particular, sobre uma ampla variedade de temas relacionados à bioética, como se verá a seguir:

Os meios nos quais nós publicávamos os nossos *papers* era a revista do Conselho Federal de Medicina, Bioética.... Depois, tinha uma outra revista que era mais da área católica. Visto que tem uma série de pessoas que defendem posições distintas e até separadas de visões religiosas, nós decidimos criar uma revista que tivesse um cunho laico secular. Bom quando eu falo laico e pluralista, é claro que aí entra também as posições religiosas.

Editor (periódico de bioética)

Na formação da comunidade científica, na composição dos periódicos ou nas publicações científicas, a teologia está presente nos debates da bioética brasileira. Essa é uma tendência também em outros países, como em outros países da América Latina, nos Estados Unidos ou países de tradição islã, tais como o Irã (ENGELHARDT Jr., 2007). Porém, essa presença nem sempre é livre de tensão entre os dois campos devido ao caráter secular atribuído à ciência, muito embora alguns pesquisadores consintam em mediar os conflitos provenientes dessa proximidade (BOURDIEU, 1989, 2004; LEVINE, 2007; ZIMAN, 2000).

4.2.6 - Bioética e direito

Outra área do conhecimento com interesse na bioética é o direito, sobretudo no que tange aos direitos e às obrigações dos indivíduos, incluídos nesse rol

médicos, pacientes, familiares, sujeitos de pesquisa, pesquisadores, outros profissionais da área de saúde ou usuários dos serviços de saúde. Além das responsabilidades do Estado, sobretudo no que diz respeito à criação de políticas sociais e de saúde. Na tentativa de se fazer presente no campo, o direito criou o neologismo biodireito para nele incluir as reflexões doutrinárias, jurisprudenciais e, porque não, filosóficas acerca das questões de saúde e bioética (DINIZ, 2008c). Com isso, o biodireito tenta se constituir um novo campo do direito, muito embora alguns juristas acreditem que as questões bioéticas podem ser contempladas por subáreas consolidadas como o direito civil ou penal ou o direito sanitário ou médico, estas últimas mais recentes e ainda também pouco exploradas (ARANHA, 2003).

Ao incorporar o debate legal na linha editorial dos periódicos de bioética, os editores permanecem atentos às especificidades do ordenamento jurídico e da legislação brasileira. Apesar da crescente importância, a legislação de áreas como o biodireito, direito sanitário ou médico encontra-se dispersa. Boa parte dessa legislação é composta por marginalia expedida por distintos órgãos oficiais brasileiros e é conhecida a dificuldade de compilação e atualização da legislação inferior e, principalmente, do conflito entre leis desse tipo.

Agora, mesmo nas áreas tradicionais como direito...Por exemplo, quando o artigo se refere a novas tecnologias, você tem que pedir um parecer *ad hoc* mesmo, você tem que checar, porque tem especificidades de normatização, de normas de direito interno, uma norma da Conep, uma norma da Anvisa. Às vezes, uma resolução aqui da CFM contradiz uma resolução no Ministério da Saúde.

Editor (periódico de bioética)

Os aspectos legais não afetam apenas as ditas questões bioéticas, mas estão presentes em diversas esferas da vida humana e das relações em sociedade. No entanto, os temas da bioética despertam grande interesse na esfera pública, pois têm impacto sobre as moralidades dos indivíduos e do conjunto da sociedade. Por isso, as questões jurídicas têm impacto sobre as questões de saúde e são de interesse para a bioética, muito embora os periódicos na área de direito absorvam apenas uma pequena parcela (7%) da produção científica do campo, segundo dados coletados

com pesquisa com os autores. No entanto, temas recentes como o aborto em caso de feto anencéfalo ou pesquisas com célula-tronco, que foram discutido à luz de argumentos éticos, sanitários e jurídicos no Supremo Tribunal Federal, fizeram proliferar o debate e a produção científica no campo do direito (DINIZ, 2008a, 2007; ZANOTTA, 2008).

4.2.7 - Bioética e multi e interdisciplinarietà

Devido à natureza multi e interdisciplinar da bioética, editores e avaliadores costumam estar atentos a pelo menos duas questões: a terminologia e a disputa conceitual entre os campos. A bioética tem autores e leitores diversos que importam a terminologia de suas áreas ou campos de origem. Além disso, ela se faz presente no debate público, sendo um de seus projetos a democratização do conhecimento entre os diversos segmentos da sociedade, incluindo leigos (ANDRE, 2002; POTTER, 1971). Por isso, mesmo nos periódicos científicos, o jargão deve ser claro e acessível o suficiente para atender a essas diferentes demandas, segundo defesa de editor de um periódico especializado no campo.

Bioética tem leitor de diversas áreas e, por isso, não pode ser uma coisa que alguém de outra área não vai entender o que você está falando, seja porque você está falando antropologuês, seja porque você está falando biologiquês, sabe? Então, você tem que clarear para o leitor para que você torne o campo acessível a todas essas linguagens e cumpra a função transdisciplinar da bioética, porque senão ela se encastela numa área e ninguém entende o que está sendo discutido.

Editor (periódico de bioética)

Editores observam que existe uma disputa conceitual entre as áreas, as opções teóricas e metodológicas nos artigos sobre bioética. Tal disputa esta que é facilmente identificada nos pareceres dos avaliadores que muitas vezes assumem um

tom agressivo ao se referirem a determinado marco teórico utilizado pelo autor do artigo em avaliação. Esses são aspectos que os editores levam em consideração ao decidir publicar ou rejeitar um artigo sobre bioética, uma vez que não existem escolhas teóricas ou metodológicas certas ou erradas, a não ser que elas comprometam a qualidade da pesquisa ou do artigo. Editores não podem se deixar contaminar por essas disputas ao editarem artigos no campo. A saída encontrada por alguns deles é contar com uma composição editorial diversificada do ponto de vista da representatividade das áreas, assim como estimular o diálogo científico de autores e avaliadores desde a edição do artigo.

Obviamente, nem todos os pareceres são totalmente informativos, alguns são inclusive agressivos e você percebe que em algumas situações existem até disputas, digamos, conceituais. Então, às vezes, a pessoa desenvolve o seu artigo utilizando um marco teórico e o parecerista não concorda com o marco teórico que a pessoa utilizou, né? Não necessariamente, está errado o que ela fez.

Editor (periódico de saúde pública)

Essas são questões que afetam não apenas a edição dos artigos no campo, mas também a definição das áreas do conhecimento no CNPq. O CNPq não conseguiu ainda, na opinião de editores, dar uma solução para campos de natureza multidisciplinar como a bioética. Por isso, os pesquisadores do campo ficam sujeitos à avaliação da comunidade científica e dos critérios de áreas como filosofia, teologia, medicina ou, de acordo com a última proposta de mudança, biologia, áreas que por si só nem sempre vão ao encontro das especificidades da bioética. Isso faz aumentar ainda mais a responsabilidade dos editores dos periódicos especializados em marcar presença e mostrar a importância da pesquisa e produção científica em bioética no Brasil.

4.2.8 - Bioética e ciências sociais e humanidades

Por serem identificados como pesquisadores ou especialistas de bioética, alguns avaliadores recebem artigos relacionados a inúmeros temas, muito embora sejam pesquisadores e autores dentro de linhas específicas. Alguns encaram o desafio de avaliar qualquer artigo que trate a saúde da perspectiva ética, pois tanto eles quanto determinados editores entendem que a bioética é um olhar da ética ou filosofia e das ciências sociais ou humanidades sobre a saúde, que é seu objeto de estudo; não obstante a natureza multi e interdisciplinar e a diversidade de temas de que trata o campo. Para estes, a bioética deve focalizar a saúde de uma perspectiva plural e multiculturalista em prol da dignidade e da vida humanas e, nesse sentido, rechaçar qualquer visão ética estabelecida (LEVINE, 2007; WALTERS, 2003).

No entanto, há aqueles pesquisadores que fazem distinções entre os artigos que tratam de assuntos ou temas da saúde da perspectiva ética e os que trazem abordagens próprias da bioética, isto é, com argumentação e fundamentação específicas do campo. Para estes, a bioética não se restringe à ética aplicada às questões de saúde e, por isso, ao avaliarem os artigos, eles são criteriosos nesse sentido. Mas, a depender do periódico a que o artigo se destina, são mais ou menos rigorosos nesse tipo de avaliação. Em geral, são mais exigentes nos periódicos especializados no tocante às questões de argumentação e fundamentação na bioética do que nos de saúde pública, tal como revelaram os avaliadores dos artigos, a seguir:

Eu acho que, às vezes, acontece um pouco de confusão. O que é um artigo que está estudando e tomando como objeto a ética, a partir do prisma da bioética; ou é algo que discute assuntos que tangem à bioética, mas que não são uma abordagem própria da bioética. Então, eu procuro ser bastante rigorosa nesse sentido. Lá, na saúde pública, é uma abordagem de um tópico da ética em saúde pública. Agora, aqui...já é um periódico que se destina a divulgar estudos que têm como objeto a ética a partir do prisma da bioética. Então, essa é outra coisa que eu olho no conteúdo. Quer dizer... a que periódico esse... pra que periódico que eu estou avaliando e a que público se destina aquele periódico. Pra você ver que nível de exigência você faz.

Avaliador (artigos sobre bioética)

Como é que se faz um trabalho de bioética sem ter o mínimo de reflexão filosófica? Não um nível de um filósofo, né? Mas, porque se você ficar dentro de antropologia pura, é um trabalho de antropologia. A bioética é uma coisa em construção ainda, essa interdisciplinaridade causa ainda dificuldades, né? Mas, ela tem uma base, quer dizer, uma base de reflexão ética. E a ética como um campo da filosofia tem que ter o mínimo de coerência nessa escrita.

Avaliador (artigos sobre bioética)

Atentos a essas particularidades do campo, os editores demonstram preocupação em incluir pesquisadores com formação em filosofia ou ciências sociais e humanidades para compor os conselhos editoriais ou avaliar artigos sobre bioética. Assim, têm mais chances de identificar tais nuances e incrementar esse debate durante a edição científica.

4.2.9 - Bioética e epistemologia

Dado o processo histórico de formação do campo e criação dos periódicos especializados brasileiros, faz-se, até hoje, confusão entre bioética e ética médica e toma-se a teoria principialista como a principal teoria do campo (DINIZ, 2002). No início não era simples diagnosticar tal confusão, pois não havia massa crítica capaz de contestá-la. No entanto, à medida que o campo foi se academicizando por meio da promoção do ensino e da pesquisa em bioética, essa situação também foi se modificando.

Com o surgimento dos primeiros cursos de especialização e, posteriormente, de mestrado e doutorado, os pesquisadores passaram a falar de uma epistemologia da bioética, ainda que admitissem sua natureza multi e interdisciplinar e as influências de outras áreas como as ciências da saúde, a teologia e o direito, além das ciências sociais e humanidades, em particular, da filosofia. No entanto, tão importantes quanto a delimitação da epistemologia do campo, suas teorias e

metodologias, segundo os pesquisadores, são as perspectivas críticas da bioética brasileira. Essa talvez seja uma característica da bioética em países periféricos, sobretudo no Brasil. Países como esses têm contribuído para lançar novos olhares sobre o campo (DINIZ, 2002).

Entre as perspectivas críticas mencionadas pelos pesquisadores brasileiros, incluem-se os estudos de vulnerabilidade, gênero, direitos humanos e saúde coletiva. Esses estudos confrontam a visão de uma ética clínica, individual e universal com os contextos e as realidades sociais, econômicas, culturais, locais, nacionais e regionais de acesso à saúde. No Brasil, algumas dessas perspectivas foram rebatizadas de bioética social ou da proteção com o objetivo não de fazer uma cisão no campo, mas de promover o debate entre as distintas perspectivas. Tendo em vista sua expansão, a bioética brasileira assumiu uma perspectiva crítica em relação às suas próprias linhas teóricas e temáticas e à epistemologia e à prática da bioética dos países ditos centrais e às diferentes linhas teóricas e temáticas da bioética brasileira.

O impacto dessas perspectivas críticas dos países periféricos foi tão grande que essa visão foi ampliada para a bioética em diversos países do mundo, haja vista o lançamento da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (Unesco, 2005). Essas são características marcantes da epistemologia da bioética brasileira, que se veem claramente refletidas na comunicação científica do campo, a exemplo do que ocorreu com a Revista Brasileira de Bioética editada pela Sociedade Brasileira de Bioética, que já nasceu sob a égide dessa interpretação mais ampla do que é bioética, como revelam os depoimentos a seguir:

Quando saiu o primeiro número da RBB, já tinha sido assinada a Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos, o que consolidou essa perspectiva numa dimensão muito mais abrangente. Então, ela já nasceu dentro desse marco.

Editor (periódico de bioética)

Então, ela está começando a transitar para esse novo parâmetro orientador da bioética, que é o campo social. E, inclusive, a

publicação agora passou a informar a própria área médica dessa incorporação e dessa expansão do campo.

Editor (periódico de bioética)

4.2.10 - Temas e assuntos da bioética

Segundo os entrevistados, os temas pesquisados e avaliados nos artigos sobre bioética são: a) ética médica; b) bioética clínica ou prática biomédica; c) saúde e direitos sexuais e reprodutivos, incluindo aborto e reprodução humana assistida; d) início e fim da vida, incluindo aborto e eutanásia, bem como doação de órgãos de fetos anencéfalos e autonomia e tratamento de pacientes terminais, respectivamente; e) ética em pesquisa, incluindo pesquisa social ou ética na publicação científica; f) medicamentos, incluindo patentes de medicamentos para tratamento da AIDS; g) pesquisa com células-tronco ou clonagem. Além disso, há temas da saúde pública ou coletiva, tais como: alocação de recursos na saúde, humanização da atenção básica à saúde, saúde da família e sistema de saúde. Entre as mais negligenciadas, segundo um editor, estão os temas de bioética ambiental, como mostra o depoimento a seguir:

Eu trabalho duas temáticas que são importantes na bioética e que são pouco trabalhadas. Porque a bioética se fixou mais numa bioética clínica, hospitalar e também uma bioética, eu diria, ligada à pesquisa científica, ciências e tecnologias que é a questão de ética em pesquisa. Mas tem outras duas áreas.... Primeiramente, a área ambiental. Com a questão do aquecimento global, a bioética ambiental está se tornando muito importante. E uma segunda área, é a bioética da saúde pública. Não pensar apenas a bioética clínica hospitalar.

Editor (periódico de bioética)

Esses temas refletem as características da bioética no Brasil cujas pesquisas e debates têm focado tanto questões remotas quanto recentes, a exemplo de pesquisas com células-tronco ou clonagem. As questões sobre o início ou fim da

vida, inclusive aquelas associadas à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos, tais como o aborto, são recorrentes no diálogo acadêmico brasileiro. A ética em pesquisa é outro tema constantemente citado pelos entrevistados e, a exemplo de nações estrangeiras, as questões éticas relacionadas à pesquisa social ou qualitativa têm sido incluídas no debate. No entanto, a ênfase da bioética brasileira é nas questões humanas, inclusive no que diz respeito à ética em pesquisa.

Os avaliadores mencionaram alguns desafios no tocante à pesquisa, avaliação ou edição desses temas mais citados. Alguns deles dizem ter dificuldades e não se sentirem aptos a avaliar artigos sobre determinados temas, tais como o aborto. Isso se dá, não só porque cada linha ou tema de pesquisa traz consigo conceitos, argumentos e fundamentos específicos sobre os quais o pesquisador precisa ter domínio para a avaliação dos artigos, mas também por serem esses temas bastante controversos do ponto de vista ético e moral, além de ilegais do ponto de vista jurídico.

De um lado, avaliadores se dizem criteriosos e rigorosos em fazer avaliações isentas dos artigos, sobretudo no que diz respeito à argumentação e fundamentação desses temas. Mas, de outro, há editores que se preocupam com a tomada de decisão com relação a artigos que vão de encontro a questões legais da entidade publicadora ou editora, como no caso da Revista Bioética já que o Conselho Federal de Medicina desempenha função normatizadora na área de saúde, dentre outras. A seguir, um editor relata os desafios no tocante aos temas, argumentação e fundamentação em bioética presentes ao longo da edição, avaliação e seleção dos artigos:

Nós dávamos inteira liberdade ao articulista para apresentar a argumentação que ele achasse ou que julgasse mais adequada. A favor da eutanásia, a favor do aborto, enfim... e, com esse propósito, nós tivemos que, em determinado local da revista, né?...grafarmos um termo de responsabilidade, que os artigos ali contidos eram da inteira responsabilidade do articulista. O Conselho Federal, realmente, se isentando de toda e qualquer argumentação que pudesse ferir, principalmente, o seu código.

Editor (periódico de bioética)

4.3 - Edição Científica

4.3.1 - Autores na edição científica

Agora, o interesse, ele vem dos artigos dos autores...

Editor (periódico de saúde coletiva)

Os autores iniciam o fluxo da comunicação científica ao produzir e registrar o conhecimento científico. Quando escolhem e enviam um artigo para um periódico específico, não só dão início ao fluxo editorial, mas tornam-se sujeitos ativos no processo de organização da comunicação científica e, com isso, podem contribuir para a delimitação e o desenvolvimento de determinada área ou campo do conhecimento (MEADOWS, 1999; MERTON, 1973b).

Para boa parte dos editores, o interesse do periódico em publicar em determinadas áreas ou temas e assuntos surge também a partir da oferta dos artigos dos autores. Desse modo, autores exercem influência sobre as regras e os padrões acadêmicos do campo e pautam o que é importante para a pesquisa e a ciência (ORTIZ, 1983). E o fazem não apenas ao produzir em determinada linha de pesquisa e assunto ou ao adotar determinado marco teórico e metodologia, mas também ao selecionar um periódico para submeter seu artigo. Com a escolha do periódico, os autores apontam com quais membros da comunidade científica pretendem se relacionar, dialogar ou debater, assim como para quais áreas, subáreas ou campos intencionam trabalhar ou dar ênfase (BOURDIEU, 2004, 2002).

Porém, em se tratando de um campo com as características da bioética, a existência de autores e a demanda de artigos estão sujeitas a algumas variações ao longo do tempo e a depender do periódico (CRANE, 1972). No início da década de

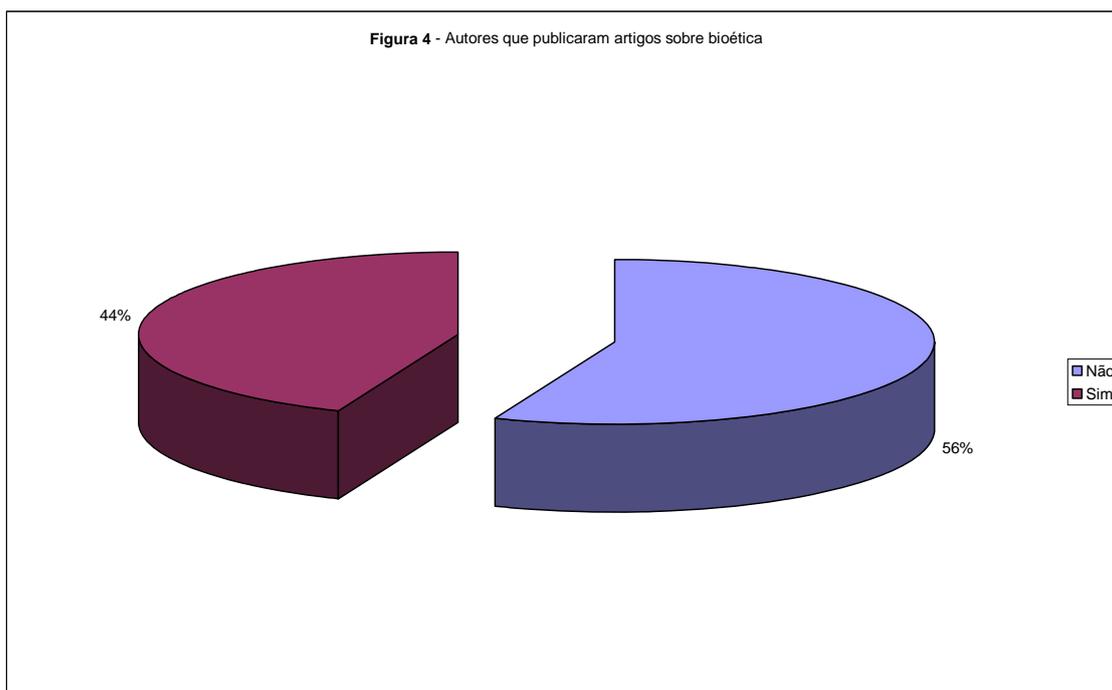
1990, quando a bioética começou a se institucionalizar no Brasil, uma das maiores dificuldades dos editores científicos foi a carência de autores no campo. Por isso, os primeiros artigos da Revista Bioética, periódico especializado pioneiro, foram de pessoas vinculadas ao próprio conselho editorial. À época, a quantidade de pesquisadores produzindo no campo era baixa, por isso não havia material suficiente para publicar, segundo o seguinte testemunho:

Então, os primeiros artigos foram de pessoas vinculadas ao próprio conselho editorial. Assim como a responsabilidade do próprio simpósio foi também de um conselheiro. Os dois artigos avulsos...foi também elaborado por cada um dos conselheiros. Mas, naquele momento, nós começamos a divulgar a própria revista no jornal, sondando aqueles realmente que tivessem artigos ou alguma publicação e que desejassem contribuir.

Editor (periódico de bioética)

Posteriormente, os editores ampliaram a participação de autores por meio da informação, educação e divulgação do campo em publicações secundárias e eventos científicos ou por meio de convites aos pesquisadores. Nesse sentido, esses editores atuaram como *gatekeepers*, facilitando diversas relações sociais entre a comunidade científica da bioética, seja ao atuarem eles próprios como autores, seja ao induzirem uma demanda de autores ou ao ligarem os colégios invisíveis compostos por autores, avaliadores e leitores dos periódicos.

Atualmente, segundo os editores, há uma oferta espontânea de artigos sobre bioética, tanto nos periódicos especializados quanto nos de saúde pública. Os autores reiteram esse dado, pois quase a metade (44%) deles informou ter publicado artigos sobre bioética nos periódicos científicos brasileiros, como se pode ver na Figura 4.



Fonte: dados da pesquisa (questionário aos autores), 2008.

Apesar dessa oferta nos dias atuais, os autores enfrentam desafios ao tentar publicar seus artigos. Na escolha dos periódicos, precisam optar entre periódicos de áreas diversas ou periódicos especializados em bioética que, além de serem escassos, possuem baixa avaliação na classificação Qualis e na metodologia SciELO. Em se tratando dos periódicos especializados, os próprios editores acreditam que os autores que enviam artigos para eles valorizam mais o crescimento da bioética do que suas carreiras acadêmicas individuais uma vez que poderiam incrementar sua produtividade publicando em periódicos de maior qualidade e, portanto, prestígio e reconhecimento.

Para esses autores, publicar artigos em periódicos científicos permite-lhes (vide Tabela 1): a) registrar e divulgar o conhecimento científico, além de democratizar o debate entre a sociedade; b) estimular o crescimento e o desenvolvimento teórico e metodológico do campo, bem como consolidar novas linhas de pesquisa; c) validar o conhecimento científico por meio da avaliação pelos pares na ciência, promover o debate entre a comunidade científica, reforçar a atuação de grupos de pesquisa ou trabalhos em cooperação e subsidiar o ensino no campo. Ao escolherem periódicos como veículos para publicar seus artigos, os

autores estão menos preocupados em serem citados por outros pesquisadores, aumentar sua produtividade acadêmica individual, obter prestígio e reconhecimento ou atrair novos pesquisadores para o campo.

Tabela 1 - Razões apontadas pelos autores para publicar nas revistas científicas brasileiras (sobre o total de 100% que publicou artigos sobre bioética)

	Importante	Muito Importante	Não é Importante	Pouco Importante	Sem Resposta	Total
Divulgar o conhecimento	17%	83%	-	-	-	100%
Contribuir para o crescimento do campo	15%	83%	-	1%	1%	100%
Estimular o desenvolvimento teórico e metodológico do campo	18%	77%	-	3%	2%	100%
Promover o debate entre a comunidade científica	27%	68%	-	4%	1%	100%
Subsidiar o ensino no campo	27%	68%	1%	3%	1%	100%
Registrar o conhecimento	31%	66%	1%	1%	1%	100%
Democratizar o debate entre a sociedade	32%	66%	-	-	2%	100%
Consolidar novas linhas de pesquisa no campo	31%	63%	1%	4%	1%	100%
Reforçar a atuação de grupos de pesquisa ou de trabalhos em cooperação	27%	62%	-	8%	3%	100%
Validar o conhecimento por meio da avaliação pelos pares (peer review)	30%	55%	1%	13%	1%	100%
Atrair novos pesquisadores para o campo	59%	32%	3%	4%	2%	100%
Ser citado por outros pesquisadores	52%	20%	1%	25%	2%	100%
Obter prestígio/reconhecimento no campo	51%	17%	1%	30%	1%	100%

Aumentar a produtividade acadêmica individual	49%	40%	-	8%	3%	100%
---	-----	-----	---	----	----	------

Fonte: dados da pesquisa (questionário aos autores), 2008.

Isso é pode ser interpretado como uma evidência de que os autores dizem valorizar os aspectos coletivos e associados à organização da comunicação científica, ao crescimento do campo e à criação do senso de comunidade científica em detrimento dos aspectos individuais de sua carreira acadêmica. Contudo, consideram mais importante comunicar-se e dialogar com a própria comunidade científica e democratizar o conhecimento para a sociedade do que atrair pesquisadores de fora do campo. Com isso, os autores parecem atuar no sentido de ampliar e fortalecer o campo, além de estender suas influências para além dele, mas estão mais fechados a receber influências externas a ele. Esses são movimentos de expansão, mas também de proteção do campo, cujas disputas permitem o desenvolvimento da bioética (BOURDIEU, 2004, 2002; MERTON, 1973c; ORTIZ, 1983).

Na seleção dos títulos dos periódicos, os autores de artigos sobre bioética alegam valorizar os seguintes aspectos relacionados à linha editorial, à política editorial e à qualidade do periódico (HAMES, 2007; THYER, 1994.; WAGER, 2005; WELLER, 2001): a) a área de conhecimento da revista; b) a transparência na avaliação de artigos, a agilidade do tempo de publicação, a facilidade de busca e acesso da revista e seus artigos e a abrangência geográfica; c) o prestígio e reconhecimento da revista junto à comunidade científica, a qualidade da revista segundo metodologias de avaliação (Qualis) e a indexação da revista em bases de dados bibliográficos. No entanto, dão menor prioridade aos temas e assuntos publicados pela revista, ao tipo de artigo que pretende publicar, à clareza das instruções aos autores, à composição de editores ou conselho editorial, à avaliação dos artigos pelos pares na ciência e à facilidade de acesso e comunicação com os editores e ao prestígio e reconhecimento da editora ou entidade publicadora (vide Tabela 2).

Tabela 2 – Aspectos considerados pelos autores ao selecionar revistas científicas brasileiras (sobre o total de 100% que publicou artigos sobre bioética)

	Importante	Muito Importante	Não é Importante	Pouco Importante	Sem Resposta	Total
Revista indexada em bases de dados bibliográficos	35%	56%	1%	4%	4%	100%
Prestígio e reconhecimento da revista junto à comunidade acadêmica	38%	55%	-	6%	1%	100%
Área de conhecimento da revista	37%	54%	-	9%	-	100%
Facilidade de busca e acesso da revista e seus artigos	37%	54%	3%	3%	3%	100%
Transparência na avaliação dos artigos	35%	52%	3%	8%	2%	100%
Agilidade no tempo de publicação do artigo	37%	52%	1%	8%	2%	100%
Abrangência geográfica da revista (estadual, nacional ou internacional)	38%	51%	1%	8%	2%	100%
Qualidade da revista segundo metodologias de avaliação (ex.: Qualis, da Capes)	34%	51%	1%	11%	3%	100%
Clareza das normas explicitadas nas "instruções aos autores"	52%	21%	3%	21%	3%	100%
Avaliação dos artigos pelos pares na ciência (<i>peer review</i>)	51%	37%	1%	10%	1%	100%
Temas e assuntos publicados na revista	49%	42%	-	4%	5	100%
Tipo de artigo (original, revisão, nota de pesquisa, etc.) que pretende	44%	38%	1%	14%	3%	100%

publicar						
Facilidade de acesso e comunicação com os editores	44%	34%	1%	20%	1%	100%
Composição de editores ou conselho editorial	42%	28%	7%	18%	5%	100%
Prestígio e reconhecimento da editora ou entidade publicadora	41%	38%	1%	17%	3%	100%

Fonte: dados da pesquisa (questionário com autores), 2008.

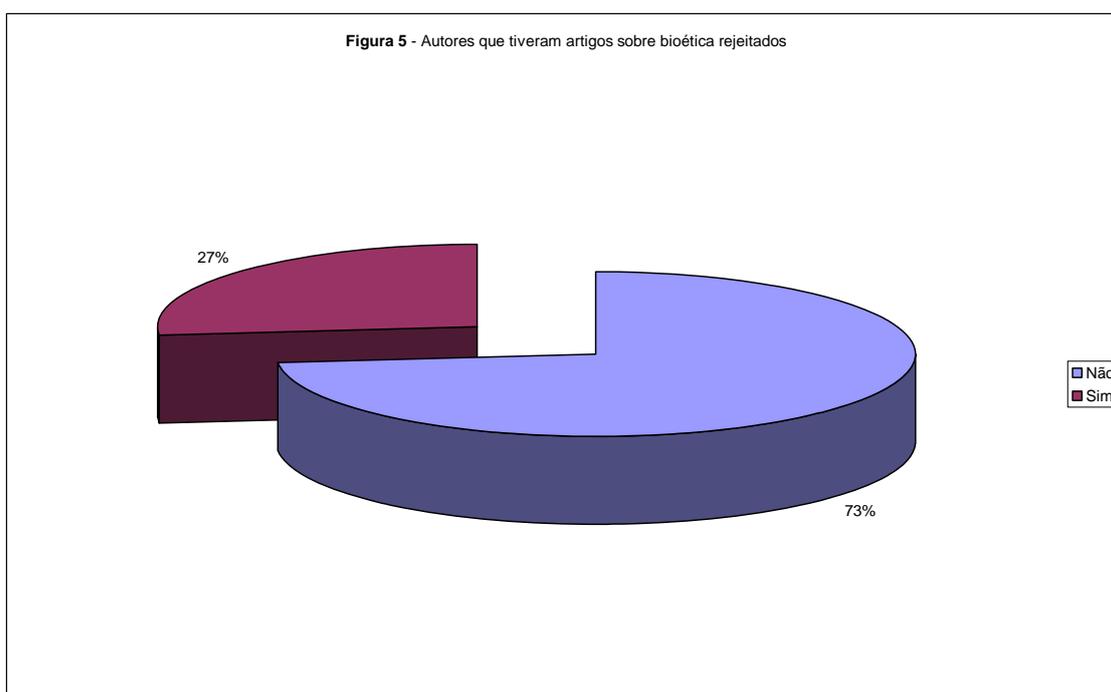
Além da linha editorial, a qualidade do periódico certificada por entidades de apoio ao ensino e à pesquisa é o aspecto mais valorizado pelos autores. Mas os dados mostram que, para eles, a transparência e a agilidade das atividades editoriais assim como a acessibilidade e a abrangência da informação são complementares ao prestígio e reconhecimento da editora ou entidade publicadora e ao prestígio do periódico. Prestígio, reconhecimento e qualidade por si sós não se sustentam sem que os editores e avaliadores dos periódicos atuem em benefício da comunidade e da comunicação científica.

Após submeterem seus artigos à publicação nos periódicos de sua escolha, os autores recebem a comunicação sobre se os mesmos foram aceitos em pré-seleção e, em caso afirmativo, se serão encaminhados para a avaliação pelos pares. Após a avaliação, o artigo pode ser aceito sob a condição de que os autores façam as devidas modificações com base nos pareceres dos editores e avaliadores ou que apresentem justificativas por que não querem fazê-las (HAMES, 2007; THYER, 1994.; WAGER, 2005).

Se de um lado, a avaliação e seleção dos artigos para publicação é uma espécie de controle social da qualidade do conhecimento científico produzido e divulgado, de outro, os autores também esperam e contribuem para manter a justiça no processo de edição científica. Na verdade, a avaliação e seleção do artigo é uma etapa de crítica ao trabalho científico, mas também de diálogo entre os pares na ciência (MERTON, 1973b, c). Por isso, autores não são obrigados a concordar e

realizar todas as sugestões oferecidas por editores e avaliadores. Desse modo, o processo de edição científica é um espaço de negociação onde nem sempre existe ou se espera que haja consenso entre as partes (BERKENKOTTER, 1995; LEVIN, 1993).

Algumas vezes, essa negociação pode falhar ou se esgotar e os artigos serem rejeitados para publicação. Outras vezes, no entanto, os artigos são rejeitados sem que essa negociação seja feita de modo transparente ou com base em critérios poucos justos, segundo apontam os autores. Os autores que tiveram seus artigos sobre bioética rejeitados para publicação nos periódicos científicos (27%) enumeram não só as falhas ou o esgotamento dessa negociação, mas também os problemas durante o processo de edição científica, principalmente aqueles relacionados à avaliação pelos pares (vide Figura 5).



Fonte: dados da pesquisa (questionário com autores), 2008.

Os autores destacaram diversos aspectos com relação aos pareceres ou às comunicações dos editores quanto à rejeição de seus artigos sobre bioética submetidos a periódicos científicos brasileiros. Esses aspectos dizem respeito à:

1) política editorial: escassez de avaliadores ou baixa qualidade na avaliação dos artigos, rejeitado com base no parecer de apenas um avaliador; pouca clareza ou inexistência de critérios de avaliação e demora na comunicação da decisão do editor. Um autor, por exemplo, esperou durante um ano inteiro até que ser informado da rejeição de seu artigo.

Em geral, motivos frívolos e pouco consistentes.

Autor (artigo sobre bioética)

2) linha editorial: prioridade a áreas, campos, temas ou assuntos, teorias e metodologias de campos mais consolidados, ainda que tratem de temas da bioética e tenham interface com ela. Nos periódicos médicos e de saúde pública, em que os autores mais publicam, dá-se preferência aos artigos sobre bioética clínica e epidemiológicos, respectivamente, em detrimento das inúmeras perspectivas teóricas, metodológicas e temáticas com que a bioética trabalha, inclusive com relação à argumentação e à fundamentação filosóficas.

As grandes revistas da área de saúde ainda não despertaram para a importância da bioética ou têm uma visão muito estreita (puramente clínica) da bioética.

Autor (artigo sobre bioética)

3) forma: redução do tamanho dos artigos e citação de estudos de pesquisadores reconhecidos no campo da bioética. No início, a Revista Bioética recebeu artigos contendo até 120 páginas e, ainda hoje, a edição de alguns inclui a normalização das referências bibliográficas. Segundo os editores de periódicos de maior prestígio, artigos com esse tipo de problema são rejeitados em pré-seleção. No entanto, ao que indicam os dados, essas não são situações incomuns em campos emergentes, com tradição de pesquisa em formação, e cuja comunicação científica está em fase de organização, tais como a bioética.

Falta de citação de autores brasileiros reconhecidos na área de bioética.

Autor (artigo sobre bioética)

Em uma última etapa de negociação durante a edição científica, os autores podem recorrer da decisão do editor. O recurso é um instrumento não meramente administrativo, mas político, ao qual os autores têm acesso a fim de se defender de possíveis enganos, injustiças, arbitrariedades, exigências excessivas ou até erros que, porventura, os editores ou avaliadores tenham cometido. Alguns periódicos adotam o recurso à decisão de uma maneira informal. Outros, porém, não só o adotam como um instrumento formal e parte da política editorial como também estimulam os autores a utilizá-lo, o que foi declarado por um editor de um dos periódicos de maior prestígio.

A possibilidade de recurso diante de qualquer recusa que é um mecanismo bom. Dado esse volume enorme que a gente tem muitas vezes você comete enganos, e eu digo para os autores sempre que posso: vocês se não estiverem satisfeitos com os pareceres que receberam, seja de editor associado, de editor científico ou de revisor, recorram. Porque nós temos inclusive de melhorar a qualidade do que nós estamos fazendo. Então eu acho que esse é o mecanismo mais eficiente da gente estar revendo os próprios erros.

Editor (periódico de saúde pública)

Nenhum editor dos periódicos de bioética, no entanto, mencionou adotar o recurso à decisão, ao menos como instrumento formal da política editorial, muito embora um editor da Revista Bioética tenha admitido ter o conselho editorial cometido diversos erros na tomada de decisão sobre o quê publicar, ao menos no início da existência do periódico, quando nem mesmo os editores sabiam muito bem de que se tratava o campo. Durante todas as etapas da edição científica descritas acima, os autores desempenham um papel não meramente acadêmico e científico,

mas também social e político, de contribuir para delinear os contornos e limites da bioética.

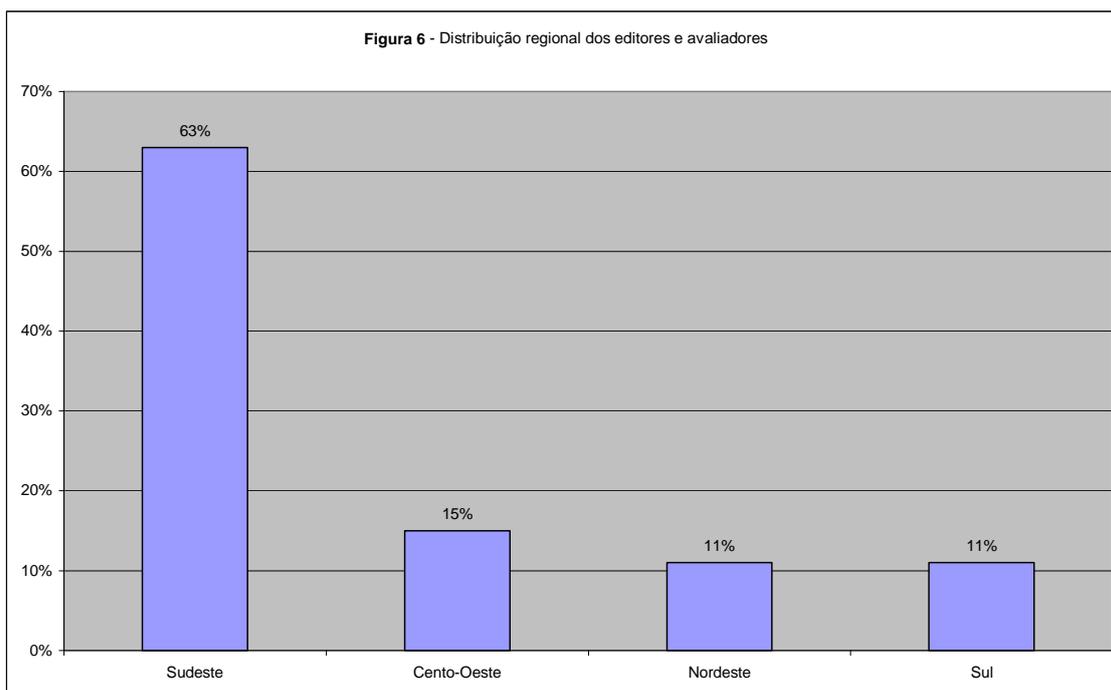
Em outro momento, nós tivemos que não aceitar um artigo ou considerá-lo como um artigo que teria sido já abordado em um número muito recente e que, posteriormente, nós vimos o equívoco cometido nesse sentido, porque o artigo era de muito boa qualidade, não é? E tanto que foi publicado em revista indexada e, ainda hoje, é um artigo que é uma referência aos iniciantes em bioética. Mas, é um reconhecimento, como editor, de um equívoco de uma tomada de decisão que eu acho que nós cometemos.

Editor (periódico de bioética)

4.3.2 - Papel dos editores e avaliadores na edição científica

4.3.2.1 - Perfil e relações sociais entre editores e avaliadores

Os editores e avaliadores estão concentrados em apenas sete cidades de quatro regiões brasileiras, excetuando-se a Região Norte. A maior parte dos entrevistados encontra-se na Região Sudeste (63%) e os demais estão espalhados entre as regiões Centro-Oeste (15%), Nordeste (10%) e Sul (10%). Esses dados vão ao encontro da academicização do campo, já que foi nas regiões Sudeste e Centro-Oeste que surgiram as primeiras iniciativas de ensino e foram criados os primeiros cursos de mestrado e doutorado do país. Isso sem levar em conta a mobilidade de editores, avaliadores e pesquisadores em geral, que podem se formar em uma instituição e atuar em outra ou pesquisar e publicar em outro veículo (Figura 6)



Fonte: dados da pesquisa (protocolo da comunidade científica), 2008.

A maioria dos editores e avaliadores dos periódicos científicos da amostra têm inserção acadêmica. Esses pesquisadores possuem nível de escolaridade elevado e atuam profissionalmente em instituições de ensino superior, nas quais desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e orientação de estudantes em todos os níveis. Os editores e avaliadores são altamente escolarizados, pois 89% têm doutorado e pós-doutorado. O pequeno percentual de profissionais com menor titulação acadêmica, com nível de escolaridade até residência médica ou especialização, inclui alguns dos editores dos periódicos especializados em bioética. Essa situação se repete com relação aos locais onde os editores e avaliadores atuam profissionalmente, pois a maioria trabalha em instituições de ensino superior públicas ou privadas (89%). A pequena parcela (10%) que não atua profissionalmente em instituições de ensino superior corresponde também a alguns dos editores dos periódicos de bioética.

Essa é uma tradição herdada desde o surgimento da bioética no Brasil, marcada pela atuação de médicos cujas reflexões no campo foram estimuladas pela ética aplicada às suas práticas profissionais cotidianas ou como uma extensão da ética profissional, o que teve reflexos na comunicação científica (DINIZ, 2002). No

entanto, esse pequeno percentual (10%) de profissionais que têm menor nível de escolaridade e não atuam em instituições de nível superior é um indício de que, desde a academicização da bioética, essa situação vem se modificando. Por isso, os periódicos do campo começam a contar com editores e avaliadores que são também pesquisadores ou estão envolvidos em ensino e orientação de jovens pesquisadores, tal como afirmou a maioria dos entrevistados (61%), incluindo a totalidade (100%) dos avaliadores. Segundo relatos de alguns avaliadores, eles se consideram pesquisadores em bioética, ainda que não direta ou exclusivamente, pois acreditam desenvolver pesquisas em áreas de interface ou intercessão com a bioética, isto é, em linhas de pesquisa específicas dentro da bioética ou em áreas do conhecimento como a saúde coletiva, respectivamente.

Eu me considero uma pesquisadora em bioética por alguns motivos, né? Eu estou pesquisando em bioética, não só porque eu estou olhando a ética, mas é que quando eu discuto a saúde, a humanização, a saúde pública, a saúde coletiva, eu tento fazer esta ponte entre humanidades e conhecimentos biológicos ou conhecimentos da área da saúde. E esse também é um dos parâmetros, pra mim, de bioética.

Avaliador (artigos sobre bioética)

Quanto à área de formação e especialização, a maioria dos entrevistados tem formação multidisciplinar, geralmente, iniciada em ciências da saúde e continuada em ciências sociais e humanidades ou saúde coletiva, tal como revelam os dados a seguir (Tabela 3):

Tabela 3 – Formação e especialização dos editores e avaliadores (sobre o total de 100% de entrevistados)

	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado
Ciências da Saúde	79%	68%	27%	29%	-
Ciências Sociais e Humanidades	21%	16%	33%	18%	33%
Bioética	-	16%	13%	-	22%
Saúde Coletiva	-	-	27%	53%	45%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: dados da pesquisa (protocolo da comunidade científica), 2008.

A formação original dos editores e avaliadores é em ciências da saúde, principalmente medicina. Porém, esses profissionais foram se especializando em subáreas das ciências da saúde ou áreas multidisciplinares, como a saúde coletiva e bioética. A formação e a especialização de seus pesquisadores reforçam a ideia de que a bioética é um campo de natureza multidisciplinar, onde as ciências da saúde e as ciências sociais e humanidades se encontram (LEVINE, 2007). A grande presença de especialistas em saúde coletiva deve-se, sobretudo, ao fato de que os periódicos da amostra são especializados nesse campo. Porém, qualquer que seja o periódico, tanto em saúde coletiva como em bioética, à medida que aumenta o nível de escolaridade dos pesquisadores, sua formação se aproxima de áreas de interface com as ciências sociais e humanidades.

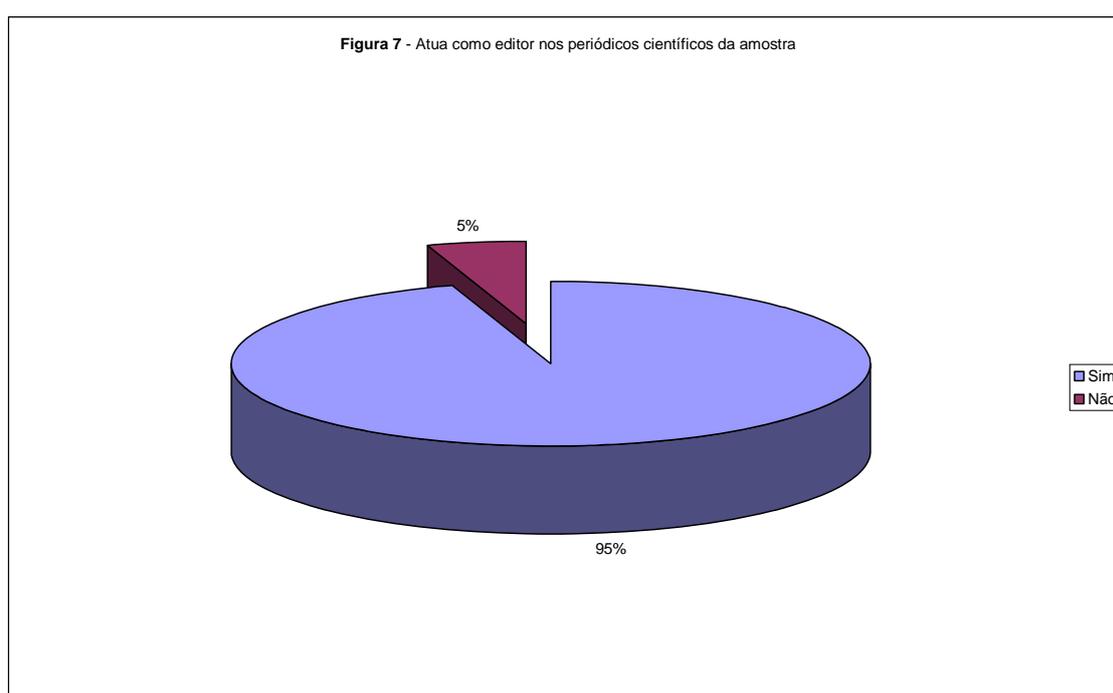
Este parece representar, portanto, um terceiro momento da bioética brasileira, subsequente à institucionalização e academicização, pois o campo é composto por pesquisadores de diversas áreas que não apenas a medicina. Tanto a pesquisa vem se consolidando quanto os pesquisadores vêm ganhando prestígio, a ponto de editores e avaliadores afirmarem que os convites para atuar nos periódicos são uma consequência das demais atividades acadêmicas desenvolvidas por eles. À medida que vão ganhando visibilidade, sobretudo ao conduzirem pesquisas em determinadas linhas de pesquisa na bioética, começam a surgir inúmeros convites para atuar em diversas funções dos periódicos. Os pesquisadores com maior

acúmulo de capital social e prestígio no campo são também aqueles que ocupam mais posições de decisão na ciência, incluindo as funções nos periódicos científicos (BOURDIEU, 1989, 2004), como é possível verificar no depoimento do pesquisador abaixo:

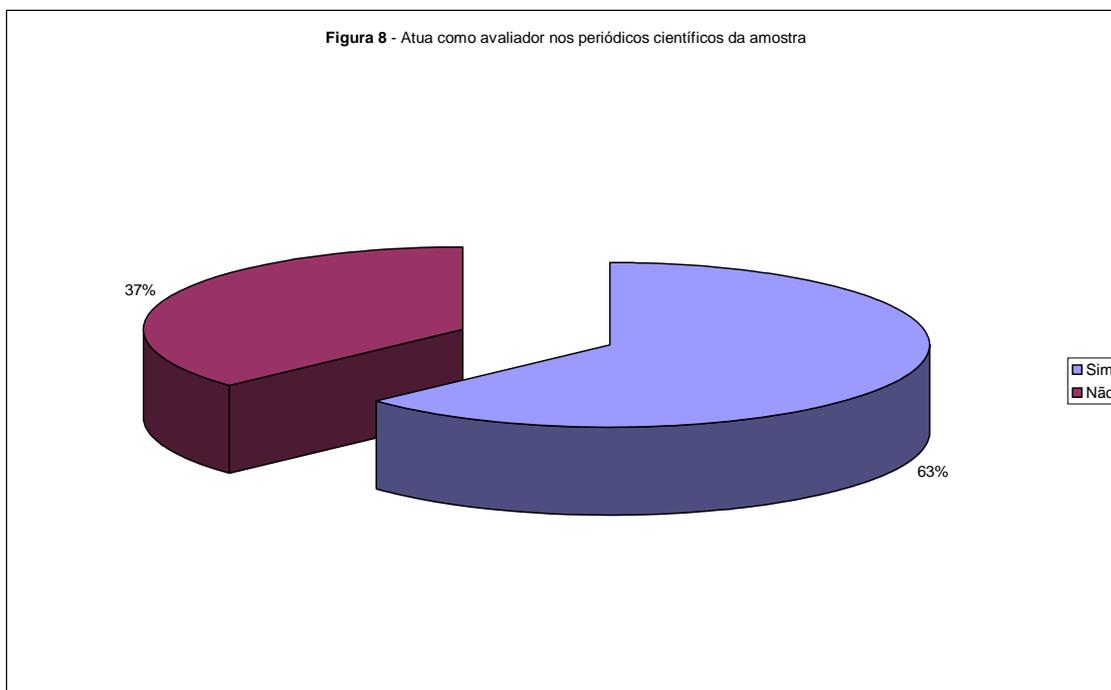
Não pessoalmente apenas, mas uma consolidação de grupo, trabalhando junto, eu acho que a gente teve a oportunidade de consolidar mesmo um trabalho nessa área e as pessoas começam a ver isso. E a outra coisa, talvez, a participação em eventos internacionais com apresentação de trabalho, enfim, esse tipo de coisa também abre uma oportunidade para que as pessoas comecem a te convidar para esse tipo de trabalho.

Avaliador (artigos sobre bioética)

Entretanto, as funções de edição e avaliação nos periódicos estão concentradas em um mesmo grupo da comunidade científica, pois, entre os entrevistados, a maioria exerce funções diversas de editores (95%) e atua como avaliadores (63%) nos periódicos da amostra como revelam os dados da Figura 7 e da Figura 8, a seguir:



Fonte: dados da pesquisa (protocolo da comunidade científica), 2008.



Fonte: dados da pesquisa (protocolo da comunidade científica), 2008.

Isso revela não só a estreita relação entre os pesquisadores de bioética e os de saúde coletiva e, portanto, a proximidade desses dois campos; mas também que as decisões sobre o que publicar em bioética estão concentradas e sob a responsabilidade de um pequeno grupo. Esses são aspectos determinantes para os rumos do campo, pois os editores e avaliadores desempenham funções estratégicas na edição científica que são decisivas tanto para a organização do conhecimento científico quanto para a delimitação e desenvolvimento da bioética.

4.3.2.2 - Papel dos editores na edição científica

Olha, eu acho que a revista deve pegar o humor do editor, viu?

Avaliador (artigos sobre bioética)

Em termos gerais, os editores têm a função de estabelecer as diretrizes e organizar o periódico a fim de compilar artigos sobre assuntos diversos sob um título único. Nesse sentido, são responsáveis pela criação e manutenção da linha e política editoriais, pela seleção do avaliador para cada artigo, pela avaliação dos pareceres, pela decisão sobre a publicação ou rejeição do artigo e a comunicação da decisão ao autor, além do zelo pela qualidade do periódico (HAMES, 2007; LOCK, 1986.; THYER, 1994.; WAGER, 2005; WELLER, 2001).

A composição editorial dos periódicos científicos inclui ao menos três tipos de editores com denominações distintas: a) editor-chefe, editor-científico ou, simplesmente, editor; b) editor-associado ou editor convidado e, por fim; c) editor-executivo ou editor-adjunto. Os periódicos de maior qualidade e prestígio recebem maior quantidade e diversidade de artigos e, por isso, possuem editores associados ou convidados a cada fascículo temático. A função desses editores é auxiliar o editor-chefe com a oferta excessiva e, sobretudo, cobrir todas as especialidades dos artigos submetidos. Desse modo, constituem-se em uma instância consultiva e, em alguns casos, deliberativa a fim de operacionalizar a edição científica e subsidiar a tomada de decisão do editor-chefe, principalmente, quando este último tem pouco conhecimento sobre o assunto, área ou campo do conhecimento do artigo ou em casos mais controversos. (GODLEE, 2000; MIZZARO, 2003; SHATZ, 2004).

Por sua vez, os periódicos de menor qualidade e prestígio, entre os quais os de bioética, possuem editor-executivo ou editor-adjunto. Como as denominações sugerem, os editores executivos ou adjuntos são responsáveis por operacionalizar as atividades de edição científica, mas têm menor autonomia em relação à criação e manutenção da linha, política e composição editoriais do periódico e às decisões do editor-chefe, do conselho editorial e dos demais membros da entidade publicadora ou editora. (HAMES, 2007).

As atividades desses editores dependem tanto de conhecimentos sobre a bioética quanto da sua comunidade científica. Essas são atividades de cunho técnico e científico, mas também social e político em âmbito interno e externo ao periódico. Ao convidar autores, indicar avaliadores, selecionar e rejeitar artigos para publicação ou divulgar o periódico, dentre tantas outras atividades, editores facilitam as trocas e relações sociais entre a comunidade científica, definem prioridades na ciência e dão visibilidade e fortalecem áreas ou campos do conhecimento. Nessa posição privilegiada, têm acesso às novidades na ciência, sobretudo em se tratando de campos emergentes como a bioética e, por isso, atuam ora como *gatekeepers*, ora como articuladores políticos do campo (CRANE, 1967; DILL, 2002; HAMES, 2007; MEADOWS, 1999; ORTIZ, 1983).

4.3.2.3 - Papel dos avaliadores na edição científica

Veja! Eu acho que a responsabilidade moral de um parecerista é muito grande, né?

Avaliador (artigos sobre bioética)

Segundo os editores, a seleção dos avaliadores é feita com base nos seguintes critérios: a) área de formação ou de especialidade do pesquisador, que deve ser o mais próximo possível da área de conhecimento ou assunto do artigo; b) linha de pesquisa na qual trabalha o pesquisador; c) ser doutor, d) ser autor frequente e produtivo ou ter submetido artigo para publicação no periódico que lhe faz o convite; e) ter reconhecimento em sua área de atuação; e f) não ser da mesma instituição do autor que submeteu o artigo.

Entretanto, muitas vezes esses critérios não são suficientes para selecionar os avaliadores dos artigos sobre bioética, pois não é simples identificar os pares por meio da formação, especialização, atividades de pesquisa ou publicação em um campo em desenvolvimento. Por isso, editores recorrem às instituições que

constituem o campo, tais como as sociedades científicas e os centros de ensino e pesquisa, a fim de identificar a comunidade científica por meio de suas vinculações institucionais. Isso é uma evidência da importância da institucionalização na ciência, não apenas para fins burocráticos ou de proteção corporativa de seus membros, mas principalmente para dar visibilidade e legitimidade à comunidade científica que se reúne em volta de um novo campo (ANDRE, 2002; DINIZ, 2002.; ELLIOTT, 2007; ZUCKERMAN, 1971).

Os pareceres dos avaliadores, segundo os editores, têm grande peso na seleção e tomada de decisão de publicar ou rejeitar determinado artigo. Por isso, a escolha de um ou mais avaliadores para cada artigo é uma das atividades mais criteriosas durante a edição científica. Nos periódicos de bioética, os avaliadores são escolhidos pelos editores-adjuntos entre os membros do conselho editorial indicados de antemão pela entidade publicadora ou editora, além disso, não são designados pareceristas *ad hoc*. No entanto, a qualidade e a credibilidade da avaliação dos artigos dependem tanto da autonomia e independência de escolha dos editores quanto da diversidade e isenção dos avaliadores (HAMES, 2007; WELLER, 2001).

Os avaliadores consideram importante a isenção na avaliação de qualquer aspecto do artigo e o respeito na elaboração do parecer. No entanto, utilizam o rigor da avaliação na medida certa, pois levam em conta que a bioética é um campo em formação, que a comunicação científica está em vias de organização e, sobretudo, os artigos têm caráter educativo que os artigos têm sobre a formação dos pesquisadores em um campo ainda com pouca tradição de pesquisa. Isso tudo sem, no entanto, abrir mão de critérios mínimos de mérito da pesquisa e de qualidade do artigo.

Além do mérito da pesquisa, editores e avaliadores baseiam a avaliação e seleção dos artigos nos seguintes aspectos: a) ineditismo, pois o artigo não deve ter sido submetido a outro periódico; b) forma, normalização e citação, sobretudo com relação à revisão teórica que deve ter correspondência com o tema ou assunto tratado e estar atualizada; c) pertinência segundo a linha editorial e o interesse do público-alvo, principalmente no que diz respeito à área do conhecimento e ao tema ou assunto; d) relevância do conhecimento científico produzido para a consolidação ou o crescimento da área e seus saberes específicos; e e) originalidade e inovação quanto à autoria e às novidades no campo, respectivamente.

Ao avaliar o que tem mérito e é pertinente e relevante para a bioética, os avaliadores certificam o conhecimento no campo. Além disso, estabelecem um diálogo científico com os autores, contribuindo para melhorar a qualidade de seus artigos, e subsidiam a seleção e tomada de decisão do editor sobre o quê publicar. Desse modo, os avaliadores desempenham um papel acadêmico, mas também social e político na edição científica, na organização do conhecimento e no desenvolvimento da bioética (BERKENKOTTER, 1995).

O papel de autores, editores e avaliadores na edição científica não se restringe à produção e publicação do conhecimento. Ao desenvolverem as atividades de edição de sua responsabilidade, eles estabelecem relações sociais e disputas políticas no interior do campo científico. Nem sempre essas relações sociais e disputas políticas são explícitas à primeira vista, mas mediante análise e interpretação das informações prestadas pelos próprios pesquisadores, foi possível compreender o quanto elas contribuem para a organização do conhecimento, a criação do senso de comunidade científica e, conseqüentemente, a delimitação e o desenvolvimento da bioética.

Capítulo V

5 - CONCLUSÃO

No início da década 1990, a iniciativa pioneira de criação de um periódico especializado em bioética, a Revista Bioética, editada e publicada pelo Conselho Federal de Medicina, marcou a fase de institucionalização do campo no Brasil. As dificuldades iniciais foram grandes, pois havia um número reduzido de pesquisadores capazes de produzir, avaliar, selecionar ou editar os artigos sobre bioética. No entanto, o fato de esses pioneiros terem insistido na criação de um periódico especializado com pretensões científicas demonstra a importância que atribuíam à bioética não só como uma nova fonte de reflexões da prática biomédica e do exercício profissional da medicina, mas também como um novo campo do conhecimento. Na segunda metade da década de 1990, iniciava-se a fase de academicização da bioética, e começaram a aumentar a oferta e a demanda de literatura especializada no campo, incluindo a publicação de artigos em periódicos de maior credibilidade e qualidade, tais como alguns dos principais na área médica e de saúde pública.

Esses acontecimentos não apenas marcaram a fase inaugural, mas também imprimiram certa identidade à bioética brasileira, sobretudo à comunicação científica do campo. A bioética possuía características multidisciplinares, mas na prática era composta por maioria de médicos e teólogos. Porém, o interesse e o impacto do campo rapidamente se estenderam a pesquisadores de outras áreas de saúde, incluindo aquelas de interface com as ciências sociais e humanidades, em especial a saúde pública, para, apenas alguns anos depois, alcançar os próprios pesquisadores das ciências sociais e humanidades, inclusive filósofos, sociólogos e antropólogos. Por isso, a produção científica do campo também se espalhou por periódicos de diversas áreas do conhecimento.

A criação do segundo periódico especializado, a Revista Brasileira de Bioética, editada e publicada pela Sociedade Brasileira de Bioética, refletiu tanto as

inquietações da comunidade científica quanto a expansão do campo e marcou a fase de sua consolidação. Nessa fase, há indícios de que a bioética começou a se constituir em um campo de pesquisa com limites epistemológicos, teóricos e metodológicos próprios e uma comunidade científica especializada que pesquisava, ensinava, atuava e, por isso, tinha legitimidade para falar em nome do campo. Com a participação de pesquisadores de diversas áreas, a bioética foi deixando para trás a antiga visão de que era apenas uma reflexão da prática médica ou uma extensão do exercício profissional da medicina.

Porém, a consolidação da bioética também depende da profissionalização dos periódicos científicos. Por suas características e funções na ciência, os periódicos são os principais veículos utilizados pelos pesquisadores na comunicação e no diálogo com os pares e, sobretudo, na divulgação e validação do conhecimento produzido. Na ciência, os periódicos podem estar menos suscetíveis às burocracias das instituições, pois em geral são gerenciados, conduzidos e fiscalizados de perto pela própria comunidade que pesquisa e atua em determinada área ou campo do conhecimento. Por isso, eles são potencialmente importantes para acompanhar a complexidade e o dinamismo do conhecimento, atender às necessidades da comunidade científica, promover o debate científico e tornar públicas as novidades do campo, principalmente daqueles em fase de expansão, como a bioética.

No caso da bioética, a profissionalização dos periódicos científicos especializados depende principalmente do aumento dos níveis de qualidade e credibilidade junto à comunidade científica do campo, sob pena de as áreas mais consolidadas, isto é, com maior tradição de pesquisa e comunicação científica mais organizada, absorverem o conhecimento gerado. A saúde pública, por exemplo, não só participa da disputa política para absorver tal produção como também aproveita esse vácuo deixado pela própria bioética. Por isso, *a baixa qualidade e credibilidade dos periódicos científicos especializados em bioética, e não necessariamente a escassez deles, podem comprometer o desenvolvimento e a consolidação do campo no Brasil, uma vez que podem contribuir para a desmobilização da comunidade científica do campo e, sobretudo, para a dispersão do conhecimento produzido.*

Na edição científica, a independência e a autonomia dos editores estão entre os maiores desafios para a qualidade e a credibilidade dos periódicos especializados em bioética, uma vez que esses veículos já realizam a avaliação pelos pares dos

artigos submetidos à publicação. Qualquer que seja a decisão tomada pelo editor quanto à linha e política editoriais e, em particular, quanto à seleção dos artigos para publicação, ela não pode estar sujeita às pressões dos integrantes, às mudanças de diretorias ou aos interesses das entidades publicadoras ou editoras. Ainda que no processo editorial ocorra boa parte dos diálogos científicos e acadêmicos, das relações sociais e das negociações políticas entre a comunidade científica, não podem ser objetos dessa negociação a liberdade acadêmica do autor, a independência do editor e a isenção do avaliador.

No Brasil, a produção e os debates acadêmicos da bioética são direcionados em grande parte aos periódicos de medicina e saúde pública, além dos especializados no campo. Por isso, essas áreas do conhecimento se constituem nos principais limites epistemológicos da bioética brasileira, entre os quais transitam diferentes visões sobre o campo. De um lado, está a tradição histórica, que leva alguns pesquisadores a entender a ética médica e a ética aplicada às reflexões sobre a prática da medicina como objeto principal da bioética. De outro, está uma visão multi e interdisciplinar da bioética, cujo objeto principal é a saúde, mas vista sob as perspectivas individuais ou coletivas, econômicas, políticas, sociais, culturais e, por fim, éticas.

Qualquer que seja a visão, começa a se consolidar entre esses dois limites a percepção de que para a bioética se consolidar deverá estar pautada em pesquisa e baseada em argumentos e fundamentos teóricos e metodológicos consistentes, alguns próprios ao campo. Apesar disso, essa proximidade com a medicina e a saúde pública torna a bioética mais suscetível às influências dos saberes desses campos mais consolidados, assim como das regras da comunicação científica. Entre estas, estão a tradição de pesquisa e a publicação de artigos em periódicos científicos.

No entanto, as ciências sociais e as humanidades, em particular a filosofia, contrabalançam o peso e a influência da medicina e da saúde pública sobre a bioética. Essas áreas têm contribuído não só para a construção do arcabouço teórico, sobre o qual se sustenta boa parte da argumentação e fundamentação no campo, como também para a crítica a qualquer visão ética universal e abstrata, a exemplo do que propunham os pressupostos da teoria principialista. Ainda que, em se tratando de comunicação científica, as ciências sociais e humanidades pouco tenham

influenciado a bioética, uma vez que a publicação de artigos em periódicos não é uma tradição consolidada em boa parte das suas áreas e subáreas.

Atualmente, entre as áreas das ciências sociais e humanidades que mais influenciam a comunicação científica da bioética, estão a teologia e o direito. Na teologia, esta influência se dá por meio da formação de jovens pesquisadores, da publicação de literatura especializada desde a década de 1970 e da criação de um novo periódico no campo, *Bioethikos*, editado pelo Centro Universitário São Camilo a partir de 2007. O direito, por sua vez, começa a despontar como uma nova área de influência, tanto que os periódicos especializados nesse campo ocupam o quarto lugar na preferência dos autores para publicar seus artigos sobre bioética. No Brasil, esse interesse foi alavancado por discussões recentes a respeito de questões como o aborto ou as pesquisas com células-tronco, ocorridas no âmbito dos poderes públicos Judiciário e Legislativo, além da ética em pesquisa, no Poder Executivo.

Entre as atividades acadêmicas e profissionais desempenhadas pelos pesquisadores, apenas a pesquisa recebe de autores, editores e avaliadores a mesma importância que a publicação e a edição científicas de artigos ou periódicos. Isso ocorre não só em razão das funções que a comunicação científica, em particular por meio dos periódicos, tem para a ciência, mas principalmente do impacto que as atividades de edição e publicação exercem sobre as carreiras acadêmicas e sobre a área ou campo do conhecimento em que os pesquisadores atuam. Para a comunidade científica, publicar ou participar da edição de artigos e periódicos, em qualquer de suas etapas, aumenta o prestígio e o reconhecimento dos pesquisadores no campo.

Além disso, a publicação é a forma mais direta e dinâmica que os pesquisadores têm de contribuir para o crescimento e definir os limites epistemológicos, teóricos e metodológicos da própria área ou campo do conhecimento. Em um campo com características como as da bioética, o desafio dos pesquisadores é ainda maior, pois envolve interesses tanto científicos como sociais e políticos no que tange à organização do conhecimento científico, à criação do senso de comunidade, ao crescimento e à consolidação do campo. Desse modo, autores, editores e avaliadores assumem diferentes papéis e responsabilidades nos periódicos científicos, sejam eles especializados ou não.

Os editores dos periódicos científicos atuam como *gatekeepers* e ocupam uma posição privilegiada no processo editorial, a ponto de exercerem grande influência sobre a organização da comunicação científica e a delimitação e o desenvolvimento da bioética, seja ao estimular ou administrar a oferta espontânea de artigos, seja ao tomar a decisão sobre quais publicar. Eles têm, ainda, a responsabilidade de manter os altos níveis de qualidade – e, portanto, de credibilidade – do periódico.

Os avaliadores contribuem para as decisões fundamentadas dos editores, principalmente em um campo jovem e emergente como a bioética, uma vez que estes não dominam completamente o campo, principalmente no início de sua formação. Em seus pareceres, os avaliadores têm contribuído para o aperfeiçoamento dos artigos ao fazerem sugestões referentes à argumentação e à fundamentação teóricas próprias da bioética. Contudo, os editores enfrentam problemas: nem sempre é fácil identificar os pares na ciência correspondentes a cada artigo submetido e há escassez de avaliadores.

Os autores, por sua vez, são responsáveis por uma oferta espontânea e crescente de artigos sobre bioética, típica de um campo em expansão. Nos periódicos de bioética, os pesquisadores se sentem atraídos a publicar com o intuito de contribuir para aumentar a visibilidade de determinadas especialidades e favorecer o crescimento e fortalecimento do campo. Isso porque publicar em periódicos de qualidade mais alta teria maior impacto sobre sua produtividade e traria mais benefícios para suas carreiras acadêmicas, a exemplo do que ocorre quando veiculam seus artigos em alguns dos periódicos de medicina ou de saúde pública. Ao escolherem determinado periódico científico para publicar, os autores estão criando uma oferta de artigos, sobre a qual o editor também tem interesse – principalmente em se tratando de publicar as novidades da ciência, recorrentes em campos emergentes, como a bioética.

Nesse sentido, autores, editores e avaliadores desempenham diversos papéis ao longo do processo editorial e, por isso, exercem diferentes tipos e intensidades de influência sobre a avaliação, a seleção e a publicação dos artigos nos periódicos. Ainda que pese o poder de decisão dos editores sobre a publicação desses artigos, as diferentes responsabilidades e papéis desempenhados pelos pesquisadores durante a edição científica contribuem para certo equilíbrio de forças entre eles. Assim, para

manter os altos níveis de qualidade dos periódicos sob sua responsabilidade, editores dependem também de bons artigos ofertados pelos autores.

Estudar a edição científica não se trata, portanto, de identificar a sequência cronológica de suas atividades ou de prescrever regras e normas da comunicação científica. Trata-se, na verdade, de reconhecer que as atividades editoriais na ciência, principalmente aquelas que ocorrem nos periódicos, são palco dos debates acadêmicos, das relações sociais e das disputas políticas entre a comunidade científica. Sendo assim, os periódicos se constituem em espaços não só de delimitação e desenvolvimento de um campo, mas também de organização de seu conhecimento e de criação de um senso de comunidade científica, tal como ocorre com a bioética. No entanto, o conhecimento é dinâmico: se hoje ele pode ser assim descrito, analisado e interpretado, talvez possa ser recontado de outra maneira em um futuro bem próximo, em que não só os periódicos terão atingido níveis de excelência, como também a bioética brasileira existirá como um campo de pesquisa cada vez mais consolidado.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - ABEL, Richard E. The change of book and journal infrastructure: two publishers, consolidation, and niche publishers. In: ABEL, Richard; NEWLIN, Lyman W. **Scholarly publishing: books, journals, publishers, and libraries in the 20th century**. New York: Willey, 2002.
- 2 - ABEL, Richard; NEWLIN, Lyman W. (Ed.). **Scholarly publishing: books, journals, publishers, and libraries in the 20th century**. New York: Willey 2002.
- 3 - ADAMI, Anderson; MARCHIORI, Patrícia Zeni. Autoria e leitura de artigos por docentes pesquisadores: motivações e barreiras. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (Orgs.). **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann & autores, 2005. p.73-100.
- 4 - ALTBACH, Philip G. The role of journals in knowledge distribution. In: ALTBACH, Philip G. **INTERNATIONAL SEMINAR ON DEVELOPMENT SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL RESEARCH EFFECTIVENESS**. Rio de Janeiro: [s.n], 1985.
- 5 - ANDRE, Judith. Bioethics as something new. In: BRANDT, Allan M.; CHURCHILL, Larry R. **Bioethics as a practice**. : Bioethics as something new. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2002. p.14-77. .
- 6 - ANTONIO, Irati; PACKER, Abel. Seminário sobre avaliação da produção científica: relatório final. **Ciência da Informação**, v.27, n.2, p.236-238, 1998.
- 7 - ARANHA, Márcio Iorio (Org.). **Direito sanitário e saúde pública: Direito sanitário e saúde pública**. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão de Educação na Saúde, 2003.
- 8 - ARONSON, Marc. The evolution of the American editor. In: GROSS, Gerald. **Editors on editing: what writers need to know about what editors do** The evolution of the American editor. New York: Grove Press, 1993.
- 9 - AVALIAÇÃO QUALIS: concepção e diretrizes básicas. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.1, p.149-151, 2004.

10 - AZAR, Ofer H. The academic review process: how can we make it more efficient? **American Economist**, v.50, n.1, p.37-50, Spring 2006.

11 - BAEZ, Benjamim. Confidentiality and peer review: the paradox of secrecy in academie. **The review of higher education**, v.25, n.2, p.163-183, Winter 2002.

12 - BAKANIC, Von; McPHAIL, Clark; SIMON, Rita J. The manuscript review and decision-making process. **American Sociological Review**, v.52, p.631-642, Oct., 1987.

13 - BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Periódico científico: parâmetros para avaliação de qualidade. In: FERREIRA, Sueli Mara S. P.; TARGINO, Maria das Graças. **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann & autores, 2005. p.123-158.

14 - BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

15 - BEAUCHAMP, Tom L. The origins, goals, and core commitments of the Belmont Report and principles of Biomedical Ethics. In: WALTER, Jennifer K.; KLEIN, Eran P. (Eds.). **The story of Bioethics: from seminal works to contemporary explorations**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2003. p.17-46.

16 - BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, Tom. **Principles of biomedical ethics**. New York: Oxford University Press, 1978.

17 - BELL, Judith. Interpretando as evidências e relatando as conclusões. In: BELL, Judith. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciência sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p.173-195.

18 - BERKENKOTTER, Carol. The power and the perils of peer review. **Rhetoric Review**, v.13, n.2, Spring 1995.

19 - BINGHAM, Craig. Peer review and the ethics of internet publishing. In: A. H. M. Jones, Faith. (Eds.). **Ethical issues in biomedical publication**. Baltimore & London: Johns Hopkins University Press, 2000.

20 - BLACKBURN, Jessie L.; HAKEL, Milton D. An examination of sources of peer review bias. **Psychological science**, v.17, n.5, p.378-382, 2006.

- 21 - BORRY, Pascal; SCHOTSMANS, Paul; DIERICKX, Kris. How international is bioethics? A quantitative retrospective study. **BMC Medical Ethics**, v.7, n.1, p.1-6, 2006.
- 22 - BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a
- 23 - _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.
- 24 - _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- 25 - _____. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- 26 - _____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- 27 - BRAGA, G.M.; OBHERHOFER, A. Diretrizes para a avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Rev. Lat. Doc.**, v.2, p.27-31, 1982.
- 28 - BRAGA, Kátia Soares. **Bibliografia brasileira bioética: 1980-2002**. Brasília: LetrasLivres, 2002.
- 29 - BUSSAB, Wilton de Oliveira; BOLFARINE, Heleno. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Edgar Blucher, 2005.
- 30 - CAELLEIGH, Addeane S. Educating the leaders: towards systemic change. In: A. H. M. Jones, Faith. (Eds.). **Ethical issues in biomedical publication**. Baltimore, MD, USA: John Hopkins University Press, 2003. p.276-300.
- 31 - CAMPANARIO, Juan Miguel. Have referees rejected some of the most-cited articles of all times? **Journal of the American Society for Information Science**, v.47, n.4, p.302-310, 1996.
- 32 - CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Marguerite (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

33 - CASTRO, R.C.; FERREIRA, M.C.G. Periódicos latino-americanos: avaliação das características formais e sua relação com a qualidade científica **Ciência da Informação**, v.25, p.357-367, 1996.

34 - CHILDRESS, James F. Principles of biomedical ethics: reflections on a work in progress. In: WALTER, Jennifer K.; KLEIN, Eran P. (Eds.). **The story of bioethics**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2003. p.47-66.

35 - CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

36 - COHEN, Jeremy. Breathing new life into peer review: it's time for a commission on peer review. **Journalism & Mass Communication**, v.60, n.3, p.239-242, Autumn, 2005.

37 - CORREIA, Ana Maria Ramalho; TEIXEIRA, José Carlos. Reforming scholarly publishing and knowledge communication: from the advent of the scholarly journal to the challenges of open access. **Information services and uses**, v.25, p.13-21, 2005.

38 - COSTA, Ana Ludmila Freire; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação Qualis de psicologia. **Psicologia em estudo**, v.13, n.1, p.13-24, 2008.

39 - CRANE, Diana. The gatekeepers of science: some factors affecting the selection of articles for scientific journals. **American Sociologist**, v.2, n.4, p.195-201, Nov., 1967.

40 - _____. Social Structure in a Group of Scientists: A Test of the "Invisible College" Hypothesis. **American Sociological Review**, v.34, n.3, p.335-352, Jun., 1969.

41 - _____. **Invisible colleges: diffusion of knowledge in scientific communities**. Chicago: University of Chicago, 1972.

42 - CRESWELL, John W. Procedimentos qualitativos. In: ROCHA, Luciana de Oliveira da. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto: procedimentos qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p.193-194.

43 - CRONIN, Blaise; MCKENZIE, Gail. The trajectory of rejection. **Journal of documentation**, v.48, n.3, p.310-317, Sept. 1992.

44 - CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais:** fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

45 - CURTIS, Richard. Are editors necessary? In: GROSS, Gerald. **Editors on editing:** what writers need to know about what editors do: Are editors necessary? New York: Grove Press, 1993.

46 - DILL, John Francis. The creative role of the professional or STM publisher. In: ABEL, Richard; NEWLIN, Lyman W. **Scholarly publishing:** books, journals, publishers, and libraries in the 20th century. New York: Willey, 2002.

47 - DINIZ, Debora. Em defesa das pesquisas com células-tronco embrionárias. **Série Anis**, n.49, p.1-10, maio 2007.

48 - _____. Audiência pública: anencefalia (ADPF 54). **Série Anis**, n.57, p.1-3, set. 2008a.

49 - DINIZ, Debora; GUILHEM, Dirce. **O que é bioética.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

50 - DINIZ, Debora; GUILHEM, Dirce. Bioética feminista na América Latina: a contribuição das mulheres. **Estudos Feministas**, v.16, n.2, p.599-612, maio/ago. 2008b.

51 - DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito.** São Paulo: Saraiva, 2008c.

52 - DUFFY, Brendan. Análise de evidências documentais. In: BELL, Judith. **Projeto de pesquisa:** guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Porto Alegre: Artmed, 2008. p.107-117.

53 - EASTWOOD, Susan. Ethical scientific reporting and publication: training the trainees. In: Jones, A. H. M., Faith. (Eds.). **Ethical issues in biomedical publication.** Baltimore, MD, USA: John Hopkins University Press, 2003. p.250-275.

54 - ELLIOTT, Carl. The tyranny of expertise. In: ECKENWILER, Lisa A.; COHN, Felicia G. **The ethics of Bioethics:** mapping the moral landscape. Baltimore, Mariland, USA: John Hopkins University Press, 2007. p.43-46.

55 - ENGELHARDT Jr., H. Tristram. Bioethics as politics: a critical reassessment. In: ECKENWILER, Lisa A.; COHN, Felicia G. **The ethics of bioethics: mapping the moral landscape**. Baltimore, MD, USA: the John Hopkins University Press, 2007. p.118-133.

56 - EVANS, John H. Consensus and knowledge production in an academic field. **Poetics**, v.35, p.1-21, 2007.

57 - FACHIN, Gleisy Regina Bories; RADOS, Jean Varvakis. Modelo de avaliação para periódico científico. In: FACHIN, Gleisy Regina Bories; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade. **Periódico científico: padronização e organização**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p.109-130.

58 - FACHIN, Gleisy Regina Bories; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade. **Periódico científico**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

59 - FERREIRA, Maria Cecília G. Avaliação de periódicos científicos. In: FÓRUM NACIONAL DE PADRONIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2001, Fortaleza. **Anais...Fortaleza**: [s.n], 2001.

60 - FERREIRA, Sueli Mara S. P.; KRZYZANOWSKI, Rosely Favero. Periódicos científicos: critérios de qualidade. **Pesqui. Odontol. Bras.**, v.17, n.1, p.43-48, 2003a.

61 - FERREIRA, Sueli Mara S. P.; MODESTO, Fernando; WEITZEL, Simone da Rocha Comunicação científica e o protocolo OAI: uma proposta na área de ciências da comunicação In: XIII ENDOCOM – Encontro de Informação em Ciências da Comunicação. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da INTERCOM, 2003, Belo Horizonte. **Comunicação científica e o protocolo OAI: uma proposta na área de ciências da comunicação**. Belo Horizonte: [s.n], 2003.

62 - FLICK, Uwe. Entrando no campo. In: FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004a.

63 - _____. Entrevista episódica. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.114-136.

64 - _____. Estratégias de amostragem. In: FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004b. p.76-86.

65 - _____. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

66 - FOSTER, Stephen W. Reading Pierre Bourdieu. **Cultural Anthropology**, v.1, n.1, p.103-110, 1986.

67 - FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2007.

68 - GARVEY, William D. **Communication**: the essence of science: facilitating information exchange among librarians, scientists, engineers, and students. Oxford: Pergamon Press, 1979.

69 - GARVEY, William D.; GRIFFITH, B.C. Communication and information processing within scientific disciplines: empirical findings for psychology. **Information storage and retrieval**, v.8, n.3, p.123-136, 1972.

70 - GODLEE, Fiona. The ethics of peer review. In: JONES, Anne Hudson; McLELLAN, Faith. (Ed.). **Ethical issues in biomedical publication**. Baltimore & London: Johns Hopkins University Press, 2000. p.59-84.

71 - GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2003.

72 - HAMES, Irene. **Peer review and manuscript management in scientific journals**: guidelines for good practice. United States: Blackwell publishing, 2007.

73 - HARNARD, S. Scholarly skywriting and the prepublication continuum of scientific inquiry. **Psychological science**, v.1, p.342-343, 1991. (reprinted in Current Contents, v.45, p. 9-13, 11 Nov. 1991).

74 - HENDERSON, A. **Diversity and the growth of serious/scholarly/scientific journals**. New York: Willey, 2002.

75 - HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew. O estudo preliminar. In. **Investigação por questionário**. Lisboa: Edições Silabo, 2005a.

76 - HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew. A elaboração do questionário. In. **Investigação por questionário**. Lisboa: Edições Silabo 2005b. p.84-106.

77 - _____. Preparação final do questionário. In. **Investigação por questionário**. Lisboa: Edições Silabo, 2005c. p.161-169.

78 - HURD, Julie M. Models of scientific communications systems. In: Crawford, Susan Y.; Hurd, Julie M.; Weller, Ann C. **From print to electronic: the transformation of scientific communication**. Medford, NJ: Information today, 1996. p.9-33.

79 - ISAY, Jane. Editing scholars in three modes for three audiences. In: GROSS, Gerald. **Editors on editing: what writers need to know about what editors do**. New York: Grove Press, 1993.

80 - JONSEN, Albert R. **A short history of medical ethics**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

81 - _____. **The birth of bioethics**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

82 - JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.90-113.

83 - KING, Donald W.; TENOPIR, Carol. A publicação de revistas eletrônicas: economia da produção, distribuição e uso. **Ciência da Informação**, v.27, n.2, p.176-182, 1998.

84 - KLEIN, Eran P.; WALTER, Jennifer. **The story of Bioethics**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2003.

85 - KRONICK, David. **A history of scientific and technical periodical: the origins and development of the scientific and technical press 1665-1790**. New York: Scarecrow Press, 1976.

86 - KRONICK, David. Peer Review in Eighteenth-Century Scientific Journalism. **Journal of the American Medical Association**, v.263, n.10, p.1321-1322, 1990.

87 - KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero et al. Programa de apoio às revistas científicas para a FAPESP. **Ciência da Informação**, v.20, p.137-150, 1991.

88 - KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, v.27, n.2, p.165-175, 1998.

89 - KUHN, Thomas S. Reflections on my critics. In: Lakatos, I.; Musgrave, A. **Criticism and growth of knowledge: Reflections on my critics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970b. p.231-278.

90 - _____. Second thoughts on paradigms. In: KUHN, Thomas S. **The essential tension**. Chicago: University of Chicago Press, 1977a. p.293-319.

91 - _____. Comment on the relations between science and art. In: KUHN, Thomas S. **The essential tension**. Chicago: University of Chicago Press, 1977b. p.340-351.

92 - _____. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

93 - _____. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003. 262 p.

94 - LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, Editora UFMG, 1999.

95 - LEEDY, Paul D.; ORMROD, Jeanne Ellis. **Practical research: planning and design**. Columbus, Ohio, EUA: Merrill Prentice Hall, 2001.

96 - LEVIN, Martha K. The editor as negotiator In: GROSS, Gerald. **Editors on editing: what writers need to know about what editors do**. New York: Grove Press, 1993.

97 - LEVINE, Carol. Analyzing Pandora's box: the history of Bioethics. In: ECKENWILER, Lisa A.; COHN, Felicia G. **The ethics of Bioethics: mapping the moral landscape**. Baltimore, Mariland, USA: The John Hopkins University Press, 2007. p.3-23.

98 - LINDEMANN, Hilde. Obligations to fellow and future bioethicists: publication. In: ECKENWILER, Lisa A.; COHN, Felicia G. **The ethics of Bioethics**. Washington, DC: John Hopkins University Press, 2007. p.270-277.

99 - LOCK, Stephen. **A difficult balance:** editorial peer review in medicine. Philadelphia, USA: ISI Press, 1986.

100 - MacDONALD, Ross. What are the factors that will shape peer review in e-journals? **Library Hi Tech News**, v.19, n.6, p.14-16, July, 2002.

101 - MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso:** uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

102 - MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Editora Atlas, 2007.

103 - MARTINS, M.D. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Rev. Biblioteconomia**, v.14, p.197-208, 1986.

104 - MATON, Karl. A question of autonomy: Bourdieu's field approach and higher education policy. **Journal of Education Policy**, v.20, n.6, p.687-704, Nov. 2005.

105 - MAY, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

106 - MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica.** Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

107 - MEDEIROS, Marcelo. Questionários: recomendação para formatação. **Textos para discussão**, n. 1063, 2005.

108 - MENEGHINI, Rogério. Avaliação e produção científica e o projeto SciELO. **Ciência da Informação**, v.27, n.2, p.219-220, 1998.

109 - MENZEL, Herbert. **The flow of information among scientists - problems, opportunities, and research questions.** New York: Columbia University/Bureau of Applied Social Research, 1958.

110 - MERTON, Robert K. The Matthew effect in science. In: MERTON, Robert K. **The sociology of science.** Chicago: the University of Chicago Press, 1973a.

111 - _____. The normative structure of science (1942). In: MERTON, Robert K. **The sociology of science**. Chicago: the University of Chicago Press, 1973b.

112 - _____. Priorities in scientific discovery. In: MERTON, Robert K. **The sociology of science**. Chicago: the University of Chicago Press, 1973c.

113 - MINAYO, Maria Cecília de Souza. Anthropological contributions for thinking and acting in the health area and its ethical dilemmas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.13, n.2, p.329-339, abril 2008.

114 - MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, v.25, n.3, p.375-382, 1996.

115 - MIZZARO, Stefano. Quality control in scholarly publishing: a new proposal. **Journal of the American Society for Information and Technology**, v.52, n.11, p.989-1005, 2003.

116 - MORAN, Gordon. **Silencing scientists and scholar in other fields: power, paradigm controls, peer review, and scholarly communication**. London, UK: Ablex Publishing, 1998.

117 - MORENO, Lêda Virgínia Alves. O Mundo da Saúde - perfil e tendências. **O Mundo da Saúde**, v.25, n.1, p.36-45, jan./fev./mar. 2001.

118 - MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A publicação de artigos científicos para publicação em revistas brasileiras: um levantamento de práticas e procedimentos adotados pelas revistas científicas brasileiras financiadas pelo CNPq e FINEP 1995-1996. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.21, n.2, p.229-250, 1997.

119 - _____. O periódico científico. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Marguerite (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p.73-95.

120 - _____. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, v.35, n.2, p.27-38, 2006.

121 - MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v.0, n.0, 1999.

122 - MULLIGAN, A. Is peer review in crisis? **Perspectives in publishing**, n.2, p.2-6, 2004.

123 - NUNES, Everardo Duarte. Pós-graduação em saúde coletiva no Brasil: histórico e perspectivas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.15, n.1, p.13-38, 2005.

124 - ODLYZKO, A.M. Tragic loss or good riddance? The impending demise of traditional scholarly journals. **International Journal of Human-Computer Studies**, v.42, n.1, p.71-122, 1995.

125 - ORTIZ, Renato (Org.). O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983. p.122-155.

126 - PACKER, Abel Laerte e colaboradores. SciElo: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ciência da Informação**, v.27, n.2, p.109-121, 1998.

127 - PARKER, Lisa S. Bioethics as activism. In: ECKENWILER, Lisa A.; COHN, Felicia G. **The ethics of bioethics: mapping the moral landscape**. Baltimore, Mariland, USA: the John Hopkins University Press, 2007. p.144-157.

128 - PELLEGRINO, Edmund D. From medical ethics to a moral philosophy of the professions In: WALTER, Jennifer K.; KLEIN, Eran P. (Eds.). **The story of Bioethics**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2003. p.3-15.

129 - PESSINI, Léo. Comemorando 25 anos de vida. **O Mundo da Saúde**, v.25, n.1, p.3-4, jan./fev./mar., 2001.

130 - PETERS, John. The hundred years war started today: an exploration of electronic peer review. **Management decision**, v.34, n.1, p.54-59, 1996.

131 - PINCH, T.J. Kuhn - the conservative and radical interpretations: are some mertorians "Kuhnians" and some Kuhnians "Mertonians"? **Social Studies of Science**, v.27, p.465-482, 1997.

132 - POTTER, Van Rensselaer. **Bioethics: a bridge to the future**. Englewood Cliffs, NJ, EUA: Prentice-Hall, 1971.

133 - POTTER, Van Rensselaer. The science of survival. **Perspectives in biology and medicine**, n.14, p.127-153, 1970.

134 - PRICE, Derek J. de Solla. Quantitative measures of the development of science. **Archives internationales d'Histoire des Science**, v.4, n.14, p.85-93, 1951.

135 - _____. **Science since Babylon**. New Haven: Yale University Press, 1961.

136 - _____. Networks of scientific papers: the pattern of bibliographic references indicates the nature of the scientific research front. **Science**, v.148, n.3683, p.510-515, 1965.

137 - _____. **Little science, big science.... and beyond**. New York: Columbia University Press, 1968.

138 - _____. **O desenvolvimento da ciência**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

139 - REGO, Sérgio. Contribuições da bioética para a saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v.23, n.11, p.2530-2531, 2007.

140 - REICH, Warren Thomas. Shaping and mirroring the field: The Encyclopedia of Bioethics. In: WALTER, Jennifer K.; KLEIN, Eran P. (Eds.). **The story of Bioethics: from seminal works to contemporary explorations**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2003. p.165-196.

141 - REICH, Warren Thomas (Org.). **The Belmont Report**. New York: Mac Millan-Free Press, 1995.

142 - REICH, Warren Thomas. **Encyclopedia of bioethics**. New York: Simon & Schuster. v.2 1995.

143 - SCHRAMM, Fermin Roland; PALACIOS, Marisa; REGO, Sérgio. O modelo bioético principialista para a análise da moralidade da pesquisa científica envolvendo seres humanos ainda é satisfatório? **Ciência & Saúde Coletiva**, v.13, n.2, p.361-373, 2008.

144 - SCOTT, Alister. Peer review and the relevance of science. **Futures**, n.doi:10.1016/j.futures.2006.12.009, 2006.

145 - SENA, Nathália Kneipp. Open archives: caminho alternativo para a comunicação científica. **Ciência da Informação**, v.29, n.3, p.71-78, 2000.

146 - SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n.20, p.60-70, 2002.

147 - SHATZ, David. **Peer review: a critical inquiry**. New York: Rowman & Littlefield, 2004.

148 - SOUZA, Elaine Pereira; PAULA, Maria Carlota de Souza. QUALIS: a base de qualificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação CAPES. **Infocapes: boletim informativo**, v.10, n.2, 2002.

149 - STORER, Norman W. **The social system of science**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1966.

150 - STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnica e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008a.

151 - STUMPF, Ida Regina Chitto. Reflexões sobre as revistas brasileiras. **InTexto: Revista do Mestrado de Comunicação UFRGS**, n.3, 1998.

152 - TENOPIR, Carol; KING, Donald D.; BOYCE, Peter; GRAYSON, Matt; ZHANG, Yan; EBUEN, Mercy. Patterns of journal use by scientists through three evolutionary phases. **D-Lib Magazine**, v.9, n.5, 2003.

153 - THYER, Bruce A. **Successful publishing in scholarly journals**. Califórnia: Sage Publications, 1994.

154 - Unesco. **Grupo de trabajo para la selección de revistas científicas latino-americanas: 1964; Rio das Pedras, Puerto Rico**. Montevideo: Centro de Cooperación Científica de la Unesco para la América Latina, 1964.

155 - _____. **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos**. Paris, FR: Unesco 2005.

156 - VASCONCELOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, v.23, n.78, p.77-87, 2002.

157 - VILAN FILHO, Jayme Leiro; SOUZA, Held Barbosa de; MUELLER, Suzana. Artigos de periódicos científicos das áreas de informação no Brasil: evolução da produção e da autoria múltipla. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.2, p.2-17, aug. 2008.

158 - WADE, James O´Shea. Doing good - and doing it right: the ethical and moral dimensions of editing. In: GROSS, Gerald. **Editors on editing**: what writers need to know about what editors do. New York: Grove Press, 1993.

159 - WAGER, Elizabeth; GODLEE, Fiona; JEFFERSON, Tom. **How to survive peer review**. London: BMJ Books, 2005

160 - WALTERS, LeROY. The birth and youth of the Kennedy Institute of Ethics. In: WALTER, Jennifer K.; KLEIN, Eran P. (Eds.). **The story of Bioethics**: from seminal works to contemporary explorations. Washington, DC: Georgetown University Press, 2003. p.215-231.

161 - WELLER, Ann C. Editorial peer review: research, current practices, and implications for librarians. **Serials Review**, p.53-65, Spring, 1995.

162 - _____. **Editorial peer review**: its strengths and weaknesses. Medford, NJ: Asis&t, 2001.

163 - WILLIAMS, Alan D. What is an editor? In: GROSS, Gerald. **Editors on editing**: what writers need to know about what editors do. New York: Grove Press, 1993.

164 - WILLIAMS, Malcon. Surveys sociais: do desenho à análise. In: MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004. p.116-177.

165 - YAHN, V.G. Avaliação de periódicos brasileiros de agricultura. **Rev. Bras. Bibliotecon. Doc.**, v.18, p.39-53, 1985.

166 - YAMAMOTO, O. et. al. Periódicos científicos em psicologia: uma proposta de avaliação. **Infocapes**, v.7, p.5-11, 1999.

167 - _____. Avaliação de periódicos científicos brasileiros na área de psicologia. **Ciência da Informação**, v.31, n.2, p.163-177, 2002.

168 - YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

169 - ZANOTTA, LIA. ADPF 54 e anencefalia: apresentação Rede Feminista de Saúde **Série Anis**, n.58, p.1-3, set. 2008.

170 - ZIMAN, John M. **Public knowledge: an essay concerning the social dimension of science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

171 - ZIMAN, John M. **Real Science**. Chicago: University of Chicago, 2000.

172 - ZIMAN, JOHN. **An introduction to science studies: the philosophical and social of science and technology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

173 - ZUCKERMAN, Harriet; MERTON; Robert K. Institutionalized patterns of evaluation in Science. **Minerva**, v.9, n.1, p.66-100, 1971.

ANEXO A

Protocolo de Pesquisa Periódicos Científicos

1. Identificação do periódico:

- 1.1. Título do periódico: identificação do periódico
- 1.2. Editora ou entidade publicadora: centro ou grupo de pesquisa, instituição de ensino superior, sociedade científica ou profissional que mostra a filiação do periódico.
- 1.3. Agência financiadora: entidade de apoio ao ensino superior ou agência de fomento à pesquisa que se associam ao periódico
- 1.4. Apoiadores: entidade de apoio ao ensino superior ou agência de fomento à pesquisa que se associam ao periódico
- 1.5. Estado: local de publicação
- 1.6. Volume (ano) inicial e final: período de publicação
- 1.7. Periodicidade: período de publicação
- 1.8. Regularidade: período de publicação

2. Forma de apresentação:

- 2.2. Sumário: idiomas do sumário
- 2.3. Seções do periódico: tipos de artigo que publica
- 2.4. Autoria: instruções quanto à atribuição do nome, filiação, tipo de participação na pesquisa e contato do autor
- 2.5. Título: instruções quanto à atribuição do título, incluindo idiomas
- 2.6. Resumo: instruções quanto à confecção do resumo, incluindo idiomas
- 2.7. Palavras-chave: baseada em linguagem natural ou controlada e idiomas das palavras-chave
- 2.8. Seções do artigo: método científico

3. Composição editorial do periódico

- 3.1. Tipologia do corpo editorial: tipos de editores e conselho editorial

- 3.2. Funções, por tipo, do corpo editorial: funções dos editores e conselho editorial
- 3.3. Editores entrevistados: quantidade de editores entrevistados em cada periódico
- 3.4. Avaliadores entrevistados: quantidade de editores entrevistados em cada periódico

4. Conteúdo e linha editorial do periódico:

- 4.1. Área do periódico: área do conhecimento de abrangência do periódico
- 4.2. Assuntos dos artigos que publica: especialidades, sub-especialidades, campo, sub-campos e linha de pesquisa cobertos pelo periódico
- 4.3. Editoriais sobre bioética: ênfase para o campo de bioética, sobretudo os periódicos em saúde pública
- 4.4. Fascículos sobre bioética: ênfase para o campo da bioética, sobretudo os periódicos em saúde pública
- 4.5. Artigos sobre bioética (busca no campo título): quantidade de artigos, segundo o título, relacionados à bioética no periódico
- 4.6. Artigos sobre bioética (busca no campo assunto): quantidade de artigos, segundo o assunto, relacionados à bioética no periódico

5. Política editorial do periódico:

- 5.1. Tipo de avaliação pelos pares: características do peer review adotado pelo periódico
- 5.2. Tipos de artigos submetidos à avaliação pelos pares: características do peer review adotado pelo periódico
- 5.3. Aspectos éticos na edição e publicação dos artigos: recomendações aos autores sobre questões éticas durante o processo de edição e publicação dos artigos
- 5.4. Originalidade dos artigos:
 - 5.4.1. Autoria: pesquisadores que efetivamente participaram da pesquisa ou redação do artigo e têm responsabilidade sobre eles
 - 5.4.2. Idéia nova: pesquisa gera um novo tipo de conhecimento científico
- 5.5. Ineditismo: pesquisa ou artigo não foram submetidos ou publicados em outro periódico científico
- 5.6. Pertinência: artigo está relacionado à área ou temas e assuntos de interesse do periódico

- 5.7. Relevância: artigo apresenta contribuição para o conhecimento científico e para o desenvolvimento da área

6. Acessibilidade:

- 6.1. Versão impressa (ISSN): acessibilidade do periódico
- 6.2. Versão online (ISSN): acessibilidade
- 6.3. Sítio da Revista ou outro: acessibilidade na Internet
- 6.4. Sítio Scielo: acessibilidade em rede
- 6.5. Bases de dados que indexam o periódico: Bases de dados bibliográficos nacionais e estrangeiras que indexam o periódico

7. Mérito:

- 7.1. Scielo (Fapesp): faz parte da Rede Scielo
- 7.2. Qualis (Capes): classificação, por área, na Classificação Qualis

ANEXO B

Protocolo de Pesquisa Comunidade Científica

1. Entrevista: N^o e ano em que foi realizada a entrevista, com a seguinte notação 00/00
2. Convite e aceite para a entrevista: meio e número de vezes desde o convite até o aceite em conceder a entrevista
 - 2.1. Meio de contato: email ou telefone
 - 2.2. Data ou datas do convite:
 - 2.3. Data do aceite para a entrevista:
3. Data da entrevista: Data da realização da entrevista, com a seguinte notação dd/mm/aa
4. Hora: Horário de realização da entrevista, com a seguinte notação hh:mm
5. Lugar da entrevista: Esse item incluiu tanto o local da entrevista, quando concedida pessoalmente ou o meio quando concedida por email ou telefone.
6. Duração da entrevista: Tempo de duração da entrevista, com previsão de 20 a 30 minutos, segundo estimativa do pré-teste
7. Entrevistadora: Nome da entrevistadora que foi, em todos os casos, a pesquisadora
8. Nome do entrevistado ou entrevistada: Nome do pesquisador ou pesquisadora quem concedeu a entrevista
9. Endereço/Telefone: Endereço e telefone da instituição de ensino, pesquisa ou trabalho do entrevistado ou da entrevistada
10. Email: endereço eletrônico do entrevistado ou entrevistada
11. Gênero: gênero masculino ou feminino do entrevistado ou entrevistada
12. Cidade/Estado: Cidade e estado do local da instituição de ensino, pesquisa ou trabalho do entrevistado ou da entrevistada
13. Nível de escolaridade: Nível mais alto de escolaridade do entrevistado ou entrevistada

14. Formação: Se for o caso, área do conhecimento na qual se formou o entrevistado ou entrevistada nos seguintes níveis de escolaridade:
 - 13.1. Graduação:
 - 13.2. Mestrado:
 - 13.3. Doutorado:
 - 13.4. Pós-doutorado:
15. Entidade(s) na qual trabalha: Nome de uma ou mais instituições de ensino, pesquisa ou trabalho com a qual o entrevistado ou entrevistada mantém vínculo de trabalho atualmente.
16. Áreas de Pesquisa: Área ou áreas do conhecimento nas quais o entrevistado ou entrevistada desenvolvem pesquisa
17. Linhas de pesquisa: Linha ou linhas de pesquisa nas quais o entrevistado ou entrevistada desenvolvem pesquisa
18. Atuação profissional: Se for o caso, o nome da instituição de ensino, pesquisa ou trabalho para a qual o entrevistado ou entrevistada desenvolvem as seguintes atividades acadêmicas e profissionais, assim como o título dos periódicos para os quais eles exercem atividades de edição e avaliação de periódicos científicos:
 - 18.1. professor:
 - 18.2. pesquisador:
 - 18.3. profissional:
 - 18.4. editor:
 - 18.5. avaliador de periódicos:
19. Anotações da entrevista: Espaço para anotações sobre as declarações do entrevistado ou entrevistada. Como se tratava de entrevista aberta, a entrevistada gravou a entrevista e, simultaneamente, tomou notas para poder acrescentar novas perguntas e explorar pontos que deveriam ser retomados, aprofundados ou esclarecidos.
- 20: Observações sobre a entrevista: Espaço para anotações pessoais da entrevistadora. Nele fez anotações sobre qualquer intercorrência, dificuldades ou impressões sobre a entrevista ou entrevistado e entrevistada.

ANEXO C

Questionário aos autores

Estimado(a) pesquisador(a),

Esta é uma pesquisa de doutorado sobre comunicação científica em bioética no Brasil. As 6 (seis) perguntas do questionário são relativas à sua experiência na publicação de artigos sobre bioética em revistas científicas brasileiras. O tempo estimado de resposta é de aproximadamente 5 (cinco) minutos.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília. Os dados informados são sigilosos e confidenciais e os resultados ficarão disponíveis após a defesa da tese.

Se você concorda em participar, por favor, clique na alternativa a seguir e dê início ao preenchimento do questionário.

- **Sim, compreendi e aceito participar da pesquisa**

Os dados informados são sigilosos e confidenciais.

1) Você já publicou artigos sobre bioética em revistas científicas brasileiras?

(Assinale com um “X” uma única alternativa)

- 1. Sim
- 3. Não (em caso negativo, pule para as questões 5 e 6)

2) Quais as revistas científicas brasileiras em que você publicou artigos sobre bioética?

(No espaço abaixo, cite os títulos das revistas)

3) Quais são as razões que levaram você a publicar artigos sobre bioética nas revistas científicas brasileiras?

(Assinale com um clique o **grau de importância** que você atribui a cada questão.

Não deixe nenhuma questão sem resposta)

Questão	Razões	Não é importante	Pouco importante	Importante	É muito importante
A	Registrar o conhecimento				
B	Divulgar o conhecimento				
C	Contribuir para o crescimento do campo				
D	Validar o conhecimento por meio da avaliação dos pares (<i>peer review</i>)				
E	Contribuir para o desenvolvimento teórico e metodológico do campo				
F	Consolidar novas linhas de pesquisa no campo				

G	Reforçar a atuação de grupos de pesquisa ou de trabalhos em cooperação				
H	Promover o debate entre a comunidade científica				
I	Atrair novos pesquisadores para o campo				
J	Subsidiar o ensino no campo				
L	Aumentar a produtividade acadêmica individual				
M	Obter prestígio e reconhecimento no campo				
N	Ser citado por outros pesquisadores				
O	Democratizar o debate entre a sociedade				

4) Quais são os aspectos que você levou em consideração ao selecionar uma revista científica brasileira para publicar artigos sobre bioética?

(Assinale com um "X" o **grau de importância** que você atribui a cada questão.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.)

Questão	Aspectos	Não é importante	É pouco importante	É Importante	É muito importante
A	Área do conhecimento da revista				
B	Temas e assuntos publicados na revista				
C	Tipo de artigo (original, revisão, nota de pesquisa, etc.) que pretende publicar				
D	Clareza das normas explicitadas nas "instruções aos autores"				
E	Prestígio e reconhecimento da revista junto à comunidade acadêmica				

F	Prestígio e reconhecimento da editora ou entidade publicadora				
G	Qualidade da revista segundo metodologias de avaliação (Ex.: Qualis, da Capes)				
H	Revista indexada em base de dados bibliográficos				
I	Composição de editores ou conselho editorial				
J	Avaliação do artigo pelos pares na ciência (<i>peer review</i>)				
L	Transparência na avaliação dos artigos				
M	Facilidade de acesso e comunicação com os editores				

N	Abrangência geográfica da revista (estadual, nacional ou internacional)				
O	Facilidade de busca e acesso da revista e seus artigos (Ex.: acesso livre na Internet, como a base Scielo)				
P	Agilidade no tempo de publicação do artigo				

5) Você já recebeu algum parecer rejeitando a publicação de artigo sobre bioética de sua autoria nas revistas científicas brasileiras?

(Assinale com um “X” uma única alternativa)

- 1. Sim
- 3. Não (em caso negativo, pule a questão 6)

6) Você poderia citar os motivos alegados por editores ou avaliadores para rejeitar a publicação do seu artigo sobre bioética na revista?

(No espaço abaixo, cite os motivos. Se possível, anexe cópia do(s) citado(s) parecer(es) junto à mensagem eletrônica de devolução do questionário preenchido. **Você terá garantia total de sigilo e anonimato sobre os dados e informações nele contidos**)

Obrigada por sua participação!
Kátia Soares Braga

ANEXO D

Roteiro de entrevista aberta para editores das revistas em bioética

Apresentação

1. Muito obrigada por ter aceitado me conceder esta entrevista.
2. Estimo que não tomarei mais do que 20 minutos do seu tempo.

Introdução

1. Essa é uma pesquisa de doutorado sobre a comunicação científica e bioética no Brasil. Meu doutorado é pela UnB.
2. O projeto foi submetido e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa - nossa entrevista será gravada. Você consente em participar da pesquisa?.Concorda com a gravação da entrevista?
3. A entrevista será em torno de sua experiência como editora da revista: ver ficha do entrevistado. Então, a partir de agora, todas as perguntas serão referentes a sua atuação nesse periódico.

Pergunta/Tópico da entrevista:

1. Como surgiu a idéia de criação da Revista Bioética/Revista Brasileira de Bioética?

Histórico da criação dos periódicos em bioética.

2. Como essa idéia foi colocada em prática?

Processo de criação de um periódico em bioética

3. O que foi decidido sobre a linha e a política editorial da revista?

Definição da linha editorial, das áreas e dos temas de publicação da revista.

Definição da política editorial: tipo de “peer review” adotado pelo periódico.

4. Quem foram as pessoas envolvidas na criação da revista? Qual era o papel dessas pessoas?

Composição editorial: escolha dos editores e colaboradores.

5. Quais foram os desafios de publicar o primeiro fascículo da revista?

6. Quando começaram a receber os primeiros artigos? Como isso aconteceu?

Qual era o encaminhamento dado a esses artigos?

Fluxo da edição dos artigos desde o recebimento até a publicação.

Avaliação e seleção dos artigos para publicação feita pelos editores.

Seleção e indicação dos avaliadores para avaliar os artigos.

Orientação/instrução/treinamento dado aos avaliadores para realizar a avaliação dos artigos.

7. Como era feita a decisão do que deveria ser publicado?

Avaliação e seleção dos artigos para publicação feita pelos editores.

Peso dos pareceres dos avaliadores na tomada de decisão dos editores de publicar ou não um artigo.

8. Ocorreram casos de dúvidas ou discordâncias sobre o que deveria ser publicado? Fale-me um pouco sobre isso.

Avaliação e seleção dos artigos para publicação feita pelos editores.

9. Havia artigos que eram rejeitados para publicação? O que acontecia nesses casos?

Razões para rejeição dos artigos.

10. Havia algum tipo de contato entre os autores e a equipe da revista? Como era esse contato?

Comunicação entre os autores, editores ou avaliadores durante a edição dos artigos, sobretudo durante a avaliação dos artigos.

11. Saberia mencionar exemplos de questões éticas envolvendo as pesquisas ou os artigos em bioética, tais como conflitos de interesse, quebra de anonimato, submissão de pesquisa a um comitê de ética em pesquisa ou outros? Fale-me sobre isso. Como a revista lidou com essas questões?

12. Ao longo dos anos em que foi editor, quais as transformações que a revista passou?

13. Tem mais alguma coisa que gostaria de acrescentar à entrevista?

14. Me autoriza a retornar a ligação caso ainda tenha dúvida com relação a qualquer ponto da entrevista?

ANEXO E

Roteiro de entrevista aberta para editores das revistas em saúde pública

Apresentação

1. Muito obrigada por ter aceitado me conceder esta entrevista.
2. Estimo que não tomarei mais do que 20 minutos do seu tempo.

Introdução

1. Essa é uma pesquisa de doutorado sobre a comunicação científica e bioética no Brasil. Meu doutorado é pela UnB.
2. O projeto foi submetido e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa - nossa entrevista será gravada. Você consente em participar da pesquisa?.Concorda com a gravação da entrevista?
3. A entrevista será em torno de sua experiência como editora da revista: ver ficha do entrevistado. Então, a partir de agora, todas as perguntas serão referentes a sua atuação nesse periódico.

Pergunta/Tópico da entrevista:

1. Esta revista é especializada em saúde pública. Quando foi publicado o primeiro editorial ou fascículo em bioética? Como isso aconteceu?

Definição da linha editorial, das áreas e dos temas de publicação da revista.

Definição da política editorial: tipo de “peer review” adotado pelo periódico.

2. Quando começaram a receber os primeiros artigos em bioética? Como isso aconteceu? Qual era o encaminhamento dado a esses artigos?

Fluxo da edição dos artigos desde o recebimento até a publicação.

Avaliação e seleção dos artigos para publicação feita pelos editores.

Seleção e indicação dos avaliadores para avaliar os artigos.

Orientação/instrução/treinamento dado aos avaliadores para realizar a avaliação dos artigos.

3. A revista tem uma equipe de editores especializada em bioética? Convida consultores ou avaliadores externos? Fale-me sobre isso.

Composição editorial: escolha dos editores, colaboradores ou avaliadores externos.

4. Como é feita a decisão de publicar os artigos em bioética? Quais são as áreas e os temas desses artigos?

Avaliação e seleção dos artigos para publicação feita pelos editores.

Peso dos pareceres dos avaliadores na tomada de decisão dos editores de publicar ou não um artigo.

5. Ocorrem casos de dúvidas ou discordâncias se esses artigos devem ser publicados? Fale-me um pouco sobre isso.

Avaliação e seleção dos artigos para publicação feita pelos editores.

Pareceres discordantes.

Peso dos pareceres dos avaliadores na tomada de decisão dos editores de publicar ou não um artigo.

6. Há artigos em bioética rejeitados para publicação? O que acontece nesses casos?

Razões para rejeição dos artigos.

7. Há algum tipo de contato entre os autores e a equipe da revista? Como é esse contato?

Comunicação entre os autores, editores ou avaliadores durante a edição dos artigos, sobretudo durante a avaliação dos artigos.

8. Saberia mencionar exemplos de questões éticas envolvendo as pesquisas ou os artigos em bioética, tais como conflitos de interesse, quebra de anonimato, submissão de pesquisa a um comitê de ética em pesquisa ou outros? Fale-me sobre isso. Como a revista lida com essas questões?

9. quais são os desafios de publicar artigos em bioética em uma revista de saúde pública?

10. Poderia mencionar nomes de avaliadores dos artigos em bioética?

Tem mais alguma coisa que gostaria de acrescentar à entrevista?

11. Me autoriza a retornar a ligação caso ainda tenha dúvida com relação a qualquer ponto da entrevista?

ANEXO F

Roteiro de entrevista aberta para os avaliadores dos artigos sobre bioética

Apresentação

1. Muito obrigada por ter aceitado me conceder esta entrevista.
2. Estimo que não tomarei mais do que 20 minutos do seu tempo.

Introdução

1. Essa é uma pesquisa de doutorado sobre a comunicação científica e bioética no Brasil. Meu doutorado é pela UnB.
2. O projeto foi submetido e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa - nossa entrevista está sendo gravada. Você consente em participar da pesquisa? Concorda com a gravação da entrevista?
3. A entrevista será em torno de sua experiência como avaliadora de artigos em periódicos científicos. Como sei que avalia artigos em vários periódicos, qual desses você atua de forma mais frequente ou tem mais experiência? Então, a partir de agora, todas as perguntas serão referentes a sua atuação nesse periódico.

Pergunta/Tópicos da entrevista:

1. Como o artigo chega até você para avaliação?
Se não entender, dar opções: e-mail, correio.
2. O que chega para você com o pedido de avaliação?
Se não entender, dar opções: carta de encaminhamento, artigo, regras de avaliação, formulário, etc. Se houver regras de avaliação, solicitar para ter acesso.
3. (Em caso de haver regras). Você segue essas orientações ou se guia por esse formulário?
4. O que busca nos artigos para escrever o seu parecer?

Ficar atenta para as descrições dos passos de análise: se é forma, mérito, conteúdo ou faz referências explícitas à bioética.

5. Quais são as recomendações mais comuns em seus pareceres? Fale-me sobre isso.

6. Você se lembra de alguma ocasião em que se recusou a avaliar algum artigo? Fale-me sobre isso.

7. Você se lembra de alguma ocasião em que estabeleceu algum tipo de comunicação com os autores ou editores do periódico durante a avaliação dos artigos? Fale-me sobre isso.

8. Quais os maiores desafios da elaboração de um parecer em bioética?

Essa pode ser uma pergunta específica para explorar questões relativas ao campo.

9. Quais são as áreas e os temas dos artigos que costuma avaliar na revista (nome do periódico)?

Listar áreas ou temas. Se ele não entender, explorar temas de artigo que tenha já avaliado.

10. Saberá mencionar exemplos de questões éticas envolvendo as pesquisas ou os artigos em bioética, tais como conflitos de interesse, quebra de anonimato, submissão de pesquisa a um comitê de ética em pesquisa ou outros? Fale-me sobre isso.

11. (Mencionar dados do currículo *lattes*) e perguntar: você se considera um(a) pesquisador(a) em bioética? Fale-me sobre isso.

12. Tem mais alguma coisa que queira acrescentar à entrevista?

13. Me autoriza a retornar a ligação, caso ainda tenha dúvida com relação a qualquer ponto da entrevista?